Manserv Montagem e Manutenção S.A.

CNPJ/MF nº 54.183.587/0001-40

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.018	6.154
Contas a receber de clientes	4	234.996	212.565
Estoques		25.050	13.292
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6 a	25.402	25.160
Impostos a recuperar		2.411	3.401
Despesas antecipadas	7	18.293	31.299
Instrumentos financeiros derivativos	19 c. 2)	1.420	–
Adiantamentos diversos		480	2.019
Total do ativo circulante		**315.069**	**293.890**
Não circulante			
Depósitos judiciais	14 d	18	1.221
Retenções contratuais	8	10.224	6.088
Instrumentos financeiros derivativos	19 c. 2)	1.147	300
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 b	43.787	31.917
		55.176	**39.526**
Imobilizado	9	141.062	123.213
Direito de uso em arrendamentos	10	113.028	39.832
Total do ativo não circulante		**309.266**	**202.571**
Total do ativo		**624.335**	**496.461**

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Empréstimos e financiamentos CP	11	87.341	97.158
Arrendamentos a pagar	10	58.721	19.264
Fornecedores		89.901	98.946
Adiantamento de clientes	12	14.400	11.212
Impostos e contribuições a recolher	13	18.422	16.215
Salários e encargos sociais		10.228	7.688
Provisão para férias		65.666	70.397
Partes relacionadas	5	86.381	2.190
Instrumentos financeiros derivativos	19 c. 2)	–	5.745
Outras obrigações a pagar		1.352	3.166
Total do passivo circulante		**432.411**	**331.981**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos LP	11	61.522	41.648
Arrendamentos a pagar	10	61.436	25.400
Adiantamento de clientes	12	5.378	7.601
Provisão para contingências	14	12.199	14.916
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 b	3.777	2.173
Outras obrigações a pagar		200	802
Total do passivo não circulante		**144.512**	**92.540**
Patrimônio líquido			
Capital social		54.000	54.000
Reserva legal		7.579	7.579
Reserva de lucros		10.361	38.540
Reserva de capital		–	(2.637)
Prejuízos acumulados		(24.528)	(25.542)
Total do patrimônio líquido	**15**	**47.412**	**71.940**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**624.335**	**496.461**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Receita líquida da prestação de serviços	16	1.430.870	1.459.820
Custo dos serviços prestados	17	(1.338.523)	(1.392.131)
Lucro bruto		**92.347**	**67.689**
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(75.049)	(71.712)
Despesas com vendas	17	(840)	(1.831)
Despesas com impostos e taxas	17	(1.450)	(1.416)
Outras receitas operacionais	17	390	1.218
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**15.398**	**(6.052)**
Receitas financeiras	18	28.751	4.144
Despesas financeiras	18	(78.551)	(38.375)
Resultado financeiro líquido		(49.800)	(34.231)
Equivalência Patrimonial		–	443
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(34.402)**	**(39.840)**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	6 c	–	–
Diferido	6 b	10.267	14.298
Prejuízo líquido do exercício		**(24.135)**	**(25.542)**
Prejuízo por ação			
Prejuízo por ação – (em R$)	15.1	(0,45)	(0,47)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Prejuízo líquido do exercício	**(24.135)**	**(25.542)**
Outras resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes	**(24.135)**	**(25.542)**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		(24.135)	(25.542)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	9	18.327	14.244
Depreciação de arrendamentos	10	48.684	12.023
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11	12.706	14.352
Resultados instrumentos financeiros derivativos	19	5.497	5.514
Juros sobre arrendamentos	10	13.221	7.045
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 b	(10.267)	(14.298)
Equivalência patrimonial		–	(443)
Resultado nas alienações de imobilizado	9	(62)	(664)
Resultado nas baixas de arrendamento	10	(425)	–
Reversão para crédito de liquidação duvidosa	4	(318)	(1.491)
Reversão (Provisão) para contingências	14	(2.717)	400
		60.511	**11.140**
(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:			
Contas a receber de clientes		(22.113)	77.375
Estoques		(11.758)	(7.016)
Partes relacionadas		84.191	2.283
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar		2.583	(1.302)
Despesas antecipadas		13.006	(20.731)
Adiantamentos diversos		1.536	2.442
Depósitos judiciais		1.204	(240)
Retenções contratuais		(4.136)	211
Acréscimo ou (decréscimo) de passivos:			
Fornecedores		(9.044)	17.202
Impostos e contribuições a recolher		313	2.111
Salários e encargos sociais		2.540	2.073
Provisão para férias		(4.731)	17.875
Provisão para participação nos lucros e resultados		–	(7.563)
Adiantamento de clientes		963	(51.161)
Outras obrigações a pagar		(2.409)	1.576
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais		112.652	46.275
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Alienação de imobilizado	9	1.308	1.243
Aquisições de ativo imobilizado	2 f	(48.959)	(20.640)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(47.651)	(19.397)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos	11	246.583	97.027
Pagamento de empréstimos e financiamentos	11	(238.266)	(95.988)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	11	(12.938)	(3.377)
Pagamentos de arrendamentos	10	(45.962)	(11.423)
Juros pagos sobre arrendamentos	10	(13.221)	(7.048)
Dividendos pagos	5	–	(38)
Juros sobre capital próprio pagos	5	(333)	(4.823)
Caixa líquido (aplicado) proveniente nas atividades de financiamentos		(64.137)	(25.670)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**864**	**1.208**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3	6.154	4.946
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	3	7.018	6.154
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**864**	**1.208**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de Lucros	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**54.000**	**7.579**	**–**	**40.518**	**8.471**	**–**	**110.568**
Destinação para reserva de lucros	–	–	–	8.471	(8.471)	–	–
Prejuizo do exercicio	–	–	–	–	–	(25.542)	(25.542)
Destinação dos lucros							
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(3.353)	–	–	(3.353)
Dividendos propostos	–	–	–	(7.096)	–	–	(7.096)
Transações com acionistas	–	–	(2.637)	–	–	–	(2.637)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**54.000**	**7.579**	**(2.637)**	**38.540**	**–**	**(25.542)**	**71.940**
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	–	–	–
Destinação para reserva de lucros	–	–	–	(25.542)	–	25.542	–
Destinação para reserva de capital	–	–	2.637	(2.637)	–	–	–
Prejuizo do exercicio	–	–	–	–	–	(24.135)	(24.135)
Destinação dos lucros							–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(393)	(393)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**54.000**	**7.579**	**–**	**10.361**	**–**	**(24.528)**	**47.412**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional – A Manserv Montagem e Manutenção S.A. ("Companhia" ou "Manserv") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.511, Conjunto 71, Sala 2, Cidade de Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, cujo objetivo é a prestação de serviços de manutenção de ativos físicos industriais e de infraestrutura incluindo instalações de indústrias extrativas, de transformação e manufatureira, refinarias de petróleo, oleodutos, gasodutos, minerodutos, plataformas de extração de petróleo, plantas de geração de energia, linhas de transmissão, subestações e redes de distribuição de energia, estações de tratamento de água e efluentes, instalações portuárias e ferrovias. Os serviços de manutenção prestados pela Manserv Montagens e Manutenção S.A. são individuais ou integrados incluindo componentes estruturais, equipamentos, caldeiraria, vasos, tanques, dutos, tubo-vias, tubulações, instalações elétricas, instalações de instrumentação e controle, isolamento térmico, pintura e tratamento de superfície. Os referidos serviços são prestados em diversos Estados da Federação. A Companhia faz parte do Grupo Manserv que tem como holding a Manserv Investimentos e Participações S.A., também domiciliada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.511, Conjunto 71, Sala 1, Cidade de Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As demonstrações financeiras da Companhia para exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 30 de abril de 2025. **1.1. Relação das entidades investidas:** Em março de 2022 a Companhia participou do investimento da Simak Locação Serviços S.A. com aporte inicial e em outubro de 2022 e novembro de 2023 realizou integralização de capital com bens, direitos e obrigações com as demais coligadas do grupo. Em dezembro de 2023 a Companhia vendeu sua participação societária na Simak. Simak Locação Serviços S.A. – Locadora de máquinas e veículos para carga, descarga, manipulação de materiais, tais como pás-carregadeiras, empilhadeiras, escavadeiras, inclusive equipamentos pesados para terraplanagem, pavimentação, construção e demolição, máquinas e equipamentos agrícolas, sem operador, veículos de transporte rodoviário de cargas, mercadorias e produtos de terceiros em geral, máquinas e equipamentos industriais e comerciais sem operador e gerenciamento e gestão de ativos. Os referidos serviços são prestados em todos os Estados da Federação. **2. Base de preparação** – a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os princípios contábeis em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia tem divulgado todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:* A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e as taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na nota explicativa 4. *Ativo fiscal diferido:* É reconhecido ativo diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos a compensação dos prejuízos fiscais acumulados é restrito ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide nota explicativa 6 b). *Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 19 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. *Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:* A Companhia determina taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar em um financiamento, caso adquirisse o bem locado como novo. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis quando disponíveis as informações estão divulgadas na nota explicativa 10. *Provisões para riscos contingentes cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões ou informações adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A nota explicativa 14 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. e) Principais politicas contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. e.1) *Apuração do resultado:* O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando mensurada de forma confiável e no cumprimento de suas obrigações vinculadas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida e impostos ou encargos sobre os serviços prestados. e.2) *Operações de arrendamento mercantil:* No começo de um contrato a Companhia define se um contrato ou conjunto de contratos é ou contém um arrendamento mercantil financeiro quando: (i) o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado e (ii) o contrato contém direito de utilização do ativo. Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro. Essas transações são registradas como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento. e.3) *Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):* A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido. e.4) *Ajuste a valor presente:* Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As operações efetuadas junto a clientes e fornecedores não possuem vencimentos relevantes, não havendo necessidade de se efetuar ajuste a valor presente destes. Os valores contabilizados relativos a empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil estão registrados a valor presente. e.5) *Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação legal, ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. e.6) *Tributos sobre as vendas:* Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. e.7) *Distribuição de lucros:* A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a ser distribuídos, sendo a mensuração ao valor justo reconhecida diretamente no patrimônio líquido. No momento da distribuição de ativos sem desembolso de caixa, eventual diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado. e.8) *Provisões:* Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. e.9) *Classificação corrente versus não corrente:* A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. e.10) *Estoques:* Os estoques são registrados ao custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens, sendo apresentado pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos incorridos são contabilizados da seguinte forma: • Produtos para revenda – custo de aquisição registrado ao custo médio, baixado à medida que os itens são revendidos ao cliente; • Produtos industrializados – custo de aquisição registrado ao custo médio, baixado à medida que os itens são vendidos ao cliente; f) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC): As informações anuais dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC). Os efeitos no caixa que não afetaram a DFC estão apresentados como informação suplementar abaixo:

	2024	2023
Aquisições de ativo imobilizado – Nota 9	(37.422)	(51.283)
Captações de *Leasing/CDC/Finame* – Nota 11	20.089	42.357
Pagamentos de *Leasing/CDC/Finame* -Nota 11	(31.626)	(11.714)
Caixa pago pela aquisição de ativos	**(48.959)**	**(20.640)**

2.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1): - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (Primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2): - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Caixa e equivalentes de caixa** – Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

	2024	2023
Caixa e bancos	7.016	5.972
Aplicações financeiras	2	182
	7.018	**6.154**

Os saldos das contas bancárias são aplicados ao final de cada dia de acordo com as seguintes premissas de resgate: menor risco, liquidez diária e rendimento atrelado ao CDI. Para operações de prazo menor que 30 dias, utilizam-se operações compromissadas de bancos de primeira linha, remuneradas a taxa de 85% a 97% a.a. do CDI com isenção de IOF (79% a 97% a.a. do CDI em 2023). **4. Contas a receber de clientes** – Política contábil: As contas a receber de clientes são registradas pela receita faturada, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. As contas a receber não são registradas pelo seu valor presente, considerando que a Companhia avaliou que eventuais ajustes não seriam materiais em relação às demonstrações financeiras. Contas a receber a faturar refere-se ao direito reconhecido em troca dos serviços prestados aos clientes. A Companhia atua fornecendo serviços a clientes antes que o cliente pague a contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, logo as receitas a faturar são reconhecidas pela contraprestação que é condicional. Para os serviços prestados em que os clientes ainda não aprovaram a medição no final do período, a receita é reconhecida com base em estimativas ou medições internas. Após a conclusão dos serviços e aceitação pelos clientes, o valor reconhecido como contas a receber a faturar é reclassificado para contas a receber – serviços. A Companhia constituiu a provisão para crédito de liquidação duvidosa por um modelo de "perdas de crédito esperadas". A análise é realizada trimestralmente. O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes da Companhia é de 59 dias em 2024 (52 dias em 2023).

	2024	2023
Contas a receber – serviços	82.415	79.776
Contas a receber – a faturar	160.488	127.645
	242.903	**207.421**

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/07/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Manserv Montagem e Manutenção S.A.

	2024	2023
Cessão de recebíveis com coobrigação	–	9.751
	242.903	217.172
Créditos a identificar	(4.455)	(837)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.452)	(3.770)
	234.996	**212.565**

Movimentação da provisão para perda de liquidação duvidosa:

Em 31 de março de 2022	(5.261)
Provisões	(4.417)
Reversões	5.908
Em 31 de março de 2023	(3.770)
Provisões	(2.987)
Reversões	3.305
Em 31 de março de 2024	(3.452)

A Companhia realizou a cessão de recebíveis sem coobrigação de parte de suas contas a receber com o objetivo de antecipar seus fluxos de caixa. O saldo correspondente da operação foi de R$95.056 (em 2023 R$51.342), sendo deduzido do saldo de contas a receber no balanço, pois todos os riscos relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos aos bancos. **5. Partes relacionadas** – Política contábil: *Despesas gerais e administrativas:* A prestação dos serviços em caráter exclusivo pela Manserv Investimentos e Participações S.A. ("Controladora") para a Companhia, dos serviços administrativos corporativos, gestão administrativa, serviços de informática, serviços de gestão de suprimentos, serviços contábeis, serviços financeiros, serviços jurídicos, serviços de administração de pessoal, serviços de engenharia e marketing institucional são ressarcidos mensalmente pela Companhia. *Partes relacionadas a pagar/receber:* Refere-se à concessão sucessiva e recíproca de créditos e débitos entre as partes através de conta corrente em moeda nacional. A Manserv Investimentos e Participações S.A. ("Controladora") detém o controle da Companhia com 99,99% do capital. As transações entre a Controladora e a Companhia são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes. As operações com fornecedores realizadas entre partes relacionadas são efetuadas em condições de preço, taxa de juros, prazos e condições definidas entre as partes.

Despesas gerais e administrativas (a)	2024	2023
Manserv Investimentos e Participações S.A.	31.853	28.531
Partes relacionadas a pagar (b)		
LSI Administração e Serviços S.A.	44	–
LSI Logística S.A.	29.169	–
Manserv Investimentos e Participações S.A.	20.580	2.190
Manserv Facilities Ltda.	36.588	–
	86.381	2.190
Despesas locação de equipamentos (c)		
Simak Locação e Serviços S.A.	35.007	21.589
Despesas locação de imóveis (d)		
C3 Administração de bens e participações ltda	3.988	3.320
Despesas gestão de saúde (e)		
GRS+ Núcleo saúde empresarial ltda	7.555	10.241
Fornecedores		
Simak Locação e Serviços S.A. (c)	3.770	8.483
C3 Administração de bens e participações ltda(d)	172	26
GRS+ Núcleo saúde empresarial Ltda. (e)	966	1.163
	4.908	9.672

(a) Referem-se substancialmente a despesas administrativas cobradas pela Controladora como salários de funcionários, seguros e outras em benefício da Companhia. (b) Referem-se substancialmente a transações de caixa entre as coligadas. (c) Referem-se as despesas com locações de máquinas e equipamentos com a empresa Simak Locação e Serviços S.A. (d) Referem-se a despesas com locação de imóveis com a empresa C3 Administração de Bens e Participações Ltda. (e) Referem-se a despesas com gestão de saúde com a empresa GRS Núcleo de Saúde Empresarial Ltda.

Movimentação dos dividendos a pagar	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	–	38
Dividendos propostos	–	7.096
Dividendos pagos	–	(38)
Dividendos pagos mediante a dação em pagamento	–	(7.096)
Saldo em 31 de dezembro	–	–

Movimentação dos juros sobre capital próprio a pagar

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	–	1.973
Juros sobre capital próprio apropriados (nota 15)	333	2.850
Juros sobre capital próprio pagos	(333)	(4.823)
Saldo em 31 de dezembro	–	–

Remuneração dos membros-chave da administração: A Companhia é administrada por dois diretores executivo (dois diretores em 2023), não possuem ações ordinárias e foram remunerados da seguinte forma:

	2024	2023
Pró-labore	1.317	1.383
Encargos sociais	64	277
	1.381	1.660

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros proveitos de longo prazo, tais como licença e/ou outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. **6. Imposto de renda e contribuição social** – Política contábil: *Imposto de renda e contribuição social:* O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto de renda corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, ou, em outros resultados abrangentes. *Imposto de renda e contribuição social – correntes:* Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. *Imposto de renda e contribuição social – diferido:* O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

a) *Imposto de renda e contribuição social a recuperar*

	2024	2023
Imposto de renda	17.433	16.119
Contribuição social	7.969	9.041
	25.402	**25.160**

Referem-se ao excesso de retenção de imposto de renda e contribuição social nas notas fiscais por nossos clientes, gerando saldo negativo para compensação de impostos futuros à partir da apuração de 2025. b) *Imposto de renda e contribuição social diferidos:* O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Ativo não circulante	2024	2023
Provisão para contingências	4.148	5.072
Provisão de despesas	1.764	2.415
Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	1.174	1.282
Instrumentos financeiros derivativos	689	970
Arrendamentos	2.424	1.643
Prejuízos fiscais	33.588	20.535
	43.787	**31.917**

Passivo não circulante	2024	2023
Depreciação sobre bens do ativo imobilizado	(1.950)	(1.388)
Leasing	(1.827)	(785)
	(3.777)	**(2.173)**
Diferido líquido	40.010	29.744

Reconciliação patrimonial do imposto de renda e a contribuição social diferidos:

	2024	2023
Em 1º de janeiro	29.743	15.445
Receita (despesa) de imposto reconhecida no resultado	10.267	14.298
Tributos diferidos transferidos Simak	–	–
Em 31 de dezembro	40.010	29.743

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos demais eventos que geraram sua constituição e dos seus prejuízos fiscais na expectativa de lucros tributários futuros. Com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, a Companhia demonstra para 31 de dezembro de 2024 que o imposto de renda e contribuição social diferido, o qual prevê a seguinte realização:

Ano realização	Ativo
2025	14.378
2026	6.644
2027	5.045
2028	4.392
2029	5.319
Mais de cinco anos	8.009
Total	43.787

c) *Imposto de renda e contribuição social:* **Reconciliação para a taxa efetiva:** A diferença da alíquota de imposto efetiva em relação a alíquota nominal foi causada pelos seguintes fatores:

	2024	2023
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(34.402)	(39.840)
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Expectativa débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	11.697	13.546
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):		
Juros sobre capital próprio	133	1.140
Outras exclusões/adições permanentes, líquidas	(1.563)	(388)
Débito de imposto de renda e contribuição social	10.267	14.298
Imposto de renda e contribuição social Diferido	10.267	14.298
	10.267	14.298
Taxa efetiva	29,84%	35,89%

7. Despesas antecipadas – Política contábil: Custos incrementais para implantação de um contrato devem ser reconhecidos como ativo se a Companhia espera recuperar esses custos com a transferência dos serviços prestados de acordo com CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Entende-se por custos incrementais aqueles custos necessários para implantação de um novo cliente, onde a Companhia tem como objeto e obrigação a entrega de uma prestação de serviços previamente acordada. As amortizações do ativo reconhecido devem acontecer à medida que exista a transferência ao cliente dos serviços prestados.

	2024	2023
Custos de implantação	16.819	29.082
Outros	1.474	2.217
	18.293	**31.299**

8. Retenções contratuais – Política contábil: Referem-se a retenções previstas em contrato de prestação de serviços, com percentual pré- definido entre 2,43% e 2,75%, efetuadas por clientes no ato do pagamento das notas fiscais, com a finalidade de garantir pagamentos de verbas trabalhistas, inclusive verbas rescisórias durante a vigência do contrato, sendo ao término do contrato de prestação de serviços esses valores são reembolsados, após o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas da Companhia com seus colaboradores.

A vencer	2024	2023
De 31 a 60 dias	–	898
Acima de 181 dias	8.664	2.463
Vencido (*)		
De 31 a 60 dias	–	569
De 61 a 90 dias	–	4
De 91 a 180 dias	438	–
Acima de 181 dias	1.122	2.154
	10.224	**6.088**

9. Imobilizado – Política contábil: O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças sobressalentes substituídas são baixados e registrados na conta do resultado do exercício. Todos reparos de manutenção preventiva ou corretiva efetuados nos ativos imobilizados são lançados em contrapartida no resultado do exercício, quando incorridos. *Depreciação:* A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando-se o método linear onde a depreciação é reconhecida no resultado do exercício. As taxas de depreciação utilizadas para os ativos imobilizados da Companhia são determinadas de acordo com a avaliação da vida útil dos ativos imobilizados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos pelo menos uma vez ao ano, havendo alteração o valor é ajustado nas contas do resultado do exercício de forma prospectiva. *Revisão da vida útil:* Conforme estabelecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a vida útil dos ativos imobilizados da Companhia são reavaliadas anualmente. A estimativa da vida útil foi embasada nos processos de coleta de informações, realizadas pela área de engenharia da Companhia, as premissas relevantes para o cálculo da vida útil e o valor recuperável do bem foram consideradas e após a estimativa da vida útil do bem, estimou-se a vida remanescente dos ativos através da utilização da metodologia de depreciação linear. Cada um dos bens que fez parte da análise possui uma vida transcorrida até a data de referência. Ao longo desse período os ativos imobilizados mantem condições operacionais que estão fundamentalmente compostas pelo uso que foi dado ao bem e pela manutenção que este recebeu ao longo da sua vida útil. Este histórico operacional está diretamente relacionado com o estado de conservação do bem e este por sua vez diretamente relacionado com a expectativa de sobrevida que possa ter. Existem outras variáveis que têm impacto sobre os prognósticos de vidas úteis remanescentes tais como os graus de obsolescência em todas suas formas e também os programas de substituição de equipamentos que possa haver. Os prognósticos de vida útil remanescente para cada bem das classes de máquinas e equipamentos e veículos foram estabelecidos em função dos seguintes parâmetros: (a) Idade cronológica; (b) Estado de conservação física; (c) Condições de operação; (d) Condições de manutenção; (e) Graus de obsolescência; (f) Programas de substituição. Todos os fatores indicados foram considerados para determinação final quanto ao prognóstico de vida útil remanescente. *Arrendamentos de ativos:* O valor residual do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2024 foi de R$30.067 (R$32.198 em 31 de dezembro de 2023) e as adições sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$3.276 (R$12.918 em 31 de dezembro de 2023), que são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos. *Alienação de imobilizado:* Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso, ocorridas nas seguintes situações: venda direta, venda por leilão, venda entre coligadas, furto, sinistro, roubo e no momento do inventário físico. Eventual ganho ou perda resultante da alienação de imobilizado são consideradas no resultado conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Valor de venda	1.308	1.243
Valor de baixa do ativo imobilizado	(1.412)	(579)
Baixa residual – Inventário	166	–
	62	**664**

Movimentação dos saldos

Custo	2022 Custo	Adições	Baixas	Simak (a)	2023 Custo	Adições	Baixas	2024 Custo
Instalações	1.836	545	(23)	–	2.358	1.730	(220)	3.869
Ferramentas	20.155	5.211	(169)	–	25.197	8.882	(398)	33.681
Máquinas e equipamentos	14.793	31.029	(919)	(205)	44.699	18.606	(1.130)	62.175
Aeronave	40.070	–	–	–	40.070	–	–	40.070
Equipamentos de informática	13.133	2.699	(508)	–	15.325	2.565	(1.058)	16.831
Móveis e utensílios	3.800	704	(64)	–	4.440	814	(306)	4.948
Veículos	21.702	473	(461)	(1.058)	20.656	901	(613)	20.943
Outros	7.977	10.622	(727)	–	17.872	3.924	(254)	21.542
	123.466	**51.283**	**(2.870)**	**(1.263)**	**170.616**	**37.422**	**(3.979)**	**204.059**

Depreciação acumulada	Taxa	2022 Depreciação	Adições	Baixas	Simak (a)	2023 Depreciação	Adições	Baixas	2024 Depreciação
Instalações	10%	(469)	(138)	20	–	(587)	(220)	9	(798)
Ferramentas	10% a 20%	(7.973)	(2.131)	128	–	(9.977)	(2.937)	243	(12.670)
Máquinas e equipamentos	10%	(457)	(6.222)	511	29	(6.140)	(5.229)	599	(10.770)
Aeronave	10%	(3.296)	(401)	–	–	(3.697)	(2.146)	–	(5.843)
Equipamentos de informática	10% a 20%	(7.249)	(1.841)	439	–	(8.650)	(2.096)	973	(9.774)
Móveis e utensílios	10%	(2.221)	(276)	52	–	(2.445)	(348)	290	(2.503)
Veículos	10% a25%	(9.827)	(601)	416	299	(9.713)	(649)	412	(9.950)
Outros		(4.285)	(2.634)	725	–	(6.194)	(4.702)	207	(10.689)
		(35.779)	**(14.244)**	**2.291**	**328**	**(47.403)**	**(18.327)**	**2.733**	**(62.997)**
Imobilizado líquido		**87.687**				**123.213**			**141.062**

10. Direito de uso em arrendamentos e Arrendamentos a pagar – Política contábil: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso é mensurado inicialmente pelo seu valor de custo ajustado a valor presente, e posteriormente pelo custo menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelos pagamentos remanescentes dos contratos ajustados a valor presente, com a utilização da taxa de juros incremental. A taxa incremental é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar em um financiamento, caso adquirisse o bem locado como novo. A Companhia utilizou como componente de custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos, que representam os pagamentos mínimos acordados em contrato. As possíveis variações nos pagamentos não podem ser estimadas e estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidas mensalmente como despesas de locação. A Companhia não reconhece contratos com vigência inferior a 12 meses e valor do ativo identificado de baixo valor. Para esses contratos a despesa com locação é reconhecida mensalmente ao longo da vigência do contrato.

Categoria	Direito de uso 2024	Direito de uso 2023	Arrendamentos a pagar 2024	Arrendamentos a pagar 2023
Imóveis	23.669	28.070	26.713	31.058
Frota	22.631	11.592	23.340	13.425
Equipamentos	66.728	170	70.104	181
Total	**113.028**	**39.832**	**120.157**	**44.664**

Movimentação dos saldos

	Direito de uso 2024	Direito de uso 2023	Arrendamentos a pagar 2024	Arrendamentos a pagar 2023
Saldo início do exercício	39.832	53.594	44.664	57.826
Adições (baixas) e remensuração de contratos (a)	130.330	(1.739)	130.330	(1.739)
Baixas de contratos	(8.450)	–	(8.875)	–
Depreciação de arrendamentos	(48.684)	(12.023)	–	–
Pagamento de principal	–	–	(45.962)	(11.423)
Pagamento de juros	–	–	(13.221)	(7.048)
Juros provisionados	–	–	13.221	7.048
Saldo final do exercício	**113.028**	**39.832**	**120.157**	**44.664**
Circulante	–	–	58.721	19.264
Não circulante	113.028	39.832	61.436	25.400
Saldo final do exercício	**113.028**	**39.832**	**120.157**	**44.664**

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

2026	52.252
2027	3.777
2028	2.733
2029	2.674
Total	**61.436**

(a) Aumento devido ao reconhecimento dos contratos de arrendamento com a Simak Locação e Serviços S.A. com um incremento de R$95.416 e vigência contratual até 12/2026. **11. Empréstimos e financiamentos** – Política contábil: A política contábil relacionada a empréstimos e financiamentos está descrita na nota 20. A Companhia possui compromissos decorrentes de: contratos de capital de giro, operação 4131 e de arrendamento mercantil financeiro relativos às aquisições de máquinas e equipamentos e veículos, com prazos que variam de 24 a 60 meses. Em sua maioria, os contratos de arrendamento contêm cláusulas de opção de compra dos bens por valor residual de 1%. Todas as operações de financiamentos relativas às aquisições de máquinas, equipamentos e veículos, possuem como garantia o próprio bem financiado; já as demais operações de empréstimos e financiamentos são tomadas nas empresas Controladas, com aval da Controladora.

Modalidade	**Encargos financeiros anuais**	12/2024 Circulante	12/2024 Não circulante	12/2024 Total	12/2023 Circulante	12/2023 Não circulante	12/2023 Total
Arrendamento mercantil (a)	CDI + 3,78% a.a.	12.074	12.621	24.695	10.421	19.468	29.889
Finame (b)	CDI + 3,11% a.a.	19.458	4.079	23.537	14.211	15.353	29.564
CDC (C)	CDI + 3% a.a.	2.879	4.743	7.622			
Itaú – operação 4131 (d)	CDI + 1,94% a.a.	2.623	–	2.623	46.811	2.315	49.126
Citibank – operação 4131 (e)	CDI + 1,95% a.a	33.733	6.595	40.328	15.965	4.512	20.477
Votorantim – operação 4131 (f)	CDI + 1,65% a.a.	16.574	33.484	50.058	–	–	–
Antecipação de recebíveis – BV (g)	13,28% a.a.	–	–	–	9.750	–	9.750
Total		**87.341**	**61.522**	**148.863**	**97.158**	**41.648**	**138.806**

(a) A Companhia contratou arrendamentos financeiros para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm opção de compra dos bens por valor residual de 1%, mas não possuem cláusulas de reajuste de preço com prazo de vencimento em 10/2029. (b) Os empréstimos contratados pela modalidade Finame, com prazo de vencimento em 05/2028. (c) Empréstimos contratados pela modalidade de CDC, com prazo de vencimento em 09/2027. (d) Captação de operação 4131 (USD) atrelado a um contrato de *Swap*, na mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxa pré fixada com prazo de vencimento em 02/2025. (e) Captações de operações 4131(USD) atrelado a um contrato de *Swap*, na mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxa pré fixada com prazo de vencimento em 02/2026. (f) Captações de operações 4131(USD) atrelado a um contrato de *Swap*, na mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxa pré fixada com prazo de vencimento em 11/2028. (g) A Companhia realizou antecipações de recebíveis junto ao Banco Votorantim que foram quitados em 03/2024. As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos:	
13 a 24 meses	35.454
25 a 36 meses	15.432
37 a 48 meses	10.292
49 a 60 meses	344
Total	61.522

Movimentação dos saldos

Modalidade	2023 Saldo final	Adições	Liquidações	Despesas de juros	Variação cambial	Juros pagos	2024 Saldo final
Passivos de arrendamentos financeiros	29.889	3.726	(9.059)	3.525	–	(3.386)	24.695
Finame	29.564	8.368	(15.987)	3.997	–	(2.405)	23.537
CDC	–	7.995	(780)	416	–	(9)	7.622
Financiamento ativo imobilizado	59.453	20.089	(25.826)	7.938	–	(5.800)	55.854
Empréstimos – operação 4131	69.603	95.000	(79.011)	4.768	13.509	(10.860)	93.009
Antecipação de Recebíveis	9.750	151.583	(159.255)		–	(2.078)	–
Outras modalidades	79.353	246.583	(238.266)	4.768	13.509	(12.938)	93.009
Total	**138.806**	**266.672**	**(264.092)**	**12.706**	**13.509**	**(18.738)**	**148.863**

Modalidade	2022 Saldo final	Adições	Liquidações	Despesas de juros	Variação cambial	Juros pagos	2023 Saldo final
Passivos de arrendamentos financeiros	20.295	12.918	(8.084)	7.046	–	(2.286)	29.889
Finame	–	29.439	(698)	1.469	–	(646)	29.564
Financiamento ativo imobilizado	20.295	42.357	(8.782)	8.515	–	(2.932)	59.453
Empréstimos – operação 4131	73.902	71.487	(79.012)	5.547	1.034	(3.356)	69.603
Empréstimos – capital de giro	918	–	(918)	21	–	(21)	–
Empréstimos – capital de giro argentina	–	–	–	–	–	–	–
Antecipação de Recebíveis	–	25.540	(16.058)	269	–	–	9.750
Outras modalidades	74.820	97.027	(95.988)	5.837	1.034	(3.377)	79.353
Total	**95.115**	**139.384**	**(104.770)**	**14.352**	**1.034**	**(6.309)**	**138.806**

Covenants: Os contratos de operação 4131 incluem cláusulas restritivas ("covenants") que exigem a manutenção da relação "Dívida Líquida/EBITDA" em níveis específicos: no Banco Citibank, inferior ou igual a 2,5 vezes, e no Banco BV, inferior ou igual a 3,0 vezes. O cálculo é realizado pela instituição financeira com base no balanço auditado. **12. Adiantamento de clientes** – Política contábil: Os adiantamentos de clientes são valores previamente acordados no início dos contratos firmados entre as partes. Os valores são registrados no momento do recebimento bancário e sua liquidação ocorre após a prestação de serviço, respeitando o cronograma de abatimentos também previamente acordado.

	2024	2023
Circulante	14.400	11.212
Não circulante	5.378	7.601
	19.778	**18.813**

13. Impostos e contribuições a recolher – Política contábil: Os impostos e contribuições são reconhecidos no resultado de acordo com sua apuração, e acrescidos de encargos monetários, multas e juros quando devidos.

	2024	2023
COFINS	2.825	2.120
PIS	613	459
ISS	579	356
IRRF – Imposto de renda retido na fonte sobre terceiros	5.722	5.417
CPRB	6.869	4.800
INSS retido sobre faturamento	–	1.920
Outros	1.814	1.143
	18.422	**16.215**

14. Provisão para contingências e depósitos judiciais – Política contábil: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O processo de estimativa da provisão para contingências é efetuado pela Administração com o suporte de seus assessores jurídicos. Para os processos em andamento, de naturezas trabalhista, cível e tributária, em que a opinião dos assessores jurídicos é de perda provável, a Companhia constituiu provisão, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro:

	2024	2023
Trabalhistas – individuais (a)	7.722	9.609
Trabalhistas – ações coletivas (b)	4.043	5.188
Cíveis	349	41
Previdenciária	85	78
	12.199	**14.916**

Movimentação dos saldos

	Trabalhistas – individuais	Trabalhistas – ações coletivas	Cíveis	Previdenciária	2024 Total
Saldo em 2022	6.062	8.383	-	71	14.516
Provisões	9.914	855	41	7	10.817
Reversões	(6.367)	(4.050)	–	–	(10.417)
Saldo em 2023	9.609	5.188	41	78	14.916
Provisões	4.273	764	385	7	5.429
Reversões	(6.160)	(1.909)	(77)	–	(8.146)
Saldo em 2024	**7.722**	**4.043**	**349**	**85**	**12.199**

a) *Causas trabalhistas – ações individuais:* A Companhia figura no polo passivo em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados . A estimativa da provisão para essas demandas judiciais é efetuada pela Administração com o suporte de seus assessores jurídicos, baseada nas perdas prováveis atribuídas aos pedidos reclamados, a saber: diferenças salariais, indenizações, horas extras, horas à disposição, descaracterização da jornada de trabalho, adicional de função, adicional de periculosidade/insalubridade, dentre outros, os quais perfazem, consoante registrado em 31 de dezembro de 2024 uma provisão de R$7.722 (R$9.609 em 31 de dezembro de 2023), a qual é considerada suficiente para suportar às correspondentes indenizações. b) *Causas trabalhistas – ações coletivas:* São caracterizados por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados (ações coletivas). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos a legislação trabalhista de cada categoria profissional. Segundo os advogados internos, a Companhia mantém registrado em 31 de dezembro de 2024 uma provisão de R$4.043 (R$5.188 em 31 de dezembro de 2023), a qual é considerada suficiente para suportar às prováveis perdas nesses processos. c) *Outras contingências possíveis:* A Administração da Companhia, suportada na opinião de seus consultores jurídicos, não constitui provisão as demandas com riscos classificados como "possível". O montante total correspondente a tais causas, dentre elas processos trabalhistas individuais e coletivos é de R$11.791 (R$9.578 em 31 de dezembro de 2023). d) *Depósitos Judiciais:* A Companhia possui o valor contabilizado de R$18 (R$1.221 em 31 de dezembro de 2023) de depósitos judiciais, correspondentes aos processos trabalhistas, cíveis e tributários apresentados no ativo não circulante. **15. Patrimônio líquido** – Capital social: O capital social de R$54.000 em 31 de dezembro de 2024 (R$54.000 em 31 de dezembro de 2023), totalmente subscrito e integralizado,

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/07/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Manserv Montagem e Manutenção S.A.

é representado por 54 milhões (54 milhões em 31 de dezembro de 2023) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal todas pertencentes à Manserv Investimentos e Participações S.A. Reserva legal: Constituída em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital realizado atualizado. Não foram destinados valores para reserva legal dos saldos da retenção de lucros ano base 2024 e 2023. Reserva de lucros: Corresponde ao remanescente de lucro visando, principalmente, atender ao plano de investimentos da Companhia e ao reforço de capital circulante. Foram destinados para reserva de lucros o valor de R$2.637 dos saldos da reserva de capital. O saldo de reserva de lucros em 2024 é de R$10.361 (R$38.540 em 2023). Juros sobre capital próprio: De acordo com a faculdade prevista na Lei no 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre capital próprio, limitados à variação pro-rata de da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP para o exercício de 2024 no valor de R$393 (R$3.353 em 31 de dezembro de 2023). Dividendos: O estatuto social da Companhia determina que do lucro líquido de cada exercício, após constituída as reservas, será deduzida quantia correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas, como dividendo mínimo, ou, por proposta dos órgãos de administração, como juros sobre capital próprio, ou a combinação dos dois. Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2024 e 2023, na rubrica de dividendos a pagar, conforme segue:

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(24.135)	(25.542)
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido do exercício)	–	–
Juros sobre capital próprio (líquido de imposto de renda)	(333)	(2.850)
Dividendos a pagar	**–**	**–**

15.1. Lucro por ação: O cálculo do resultado por ação é feito por meio da divisão do lucro do exercício, pela quantidade de ações ordinárias atribuídas aos seus detentores. A seguir cálculo do lucro por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(24.135)	(25.542)
Quantidade de ações ordinárias	54.000	54.000
(Prejuízo) por ação	(0,45)	(0,47)

Não ocorreram transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações financeiras. **16. Receita líquida da prestação de serviços** – Política contábil: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. As receitas provenientes das prestações de serviços são reconhecidas, pela Companhia, em concordância com o contrato firmado com seus clientes, podendo ser: (a) Contrato fixo, o qual, tem como base valores e datas mensais pré-estabelecidos, (b) Contrato por medição, que tem seu valor mensal atrelado a boletim de medição dos serviços prestados e com aprovação do cliente. As receitas são apresentadas no resultado do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre as mesmas.

	2024	2023
Receita bruta	1.663.978	1.668.062
Impostos (PIS, COFINS, ISS e CPRB)	(233.108)	(208.242)
Receita operacional líquida	**1.430.870**	**1.459.820**

17. Despesas por natureza – As demonstrações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

	2024	2023
Custos com materiais, locações e serviços	(257.575)	(278.720)
Depreciação	(18.327)	(14.244)
Depreciação de direito de uso em arrendamentos	(48.684)	(12.023)
Resultado na alienação de imobilizado	1.308	1.243
Despesas com pessoal	(1.090.604)	(1.161.851)
Outras (despesas) receitas operacionais	(1.590)	(277)
	(1.415.472)	(1.465.872)
	2024	**2023**
Custos dos serviços prestados	(1.338.523)	(1.392.131)
Despesas gerais e administrativas	(75.049)	(71.712)
Despesas com vendas	(840)	(1.831)
Despesas com impostos e taxas	(1.450)	(1.416)
Outras receitas operacionais	390	1.218
	(1.415.472)	(1.465.872)

18. Receitas e despesas financeiras – Política contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros, descontos obtidos, atualização de impostos retidos e outras receitas financeiras. As despesas financeiras abrangem, impostos sobre operações financeiras, juros sobre empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos, juros e multas por atraso no pagamento, descontos concedidos, despesas bancárias e despesas com contrato de fiança/financiamento. Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira, ou, despesa financeira dependendo se, as variações cambiais estão em posição de ganho ou perda líquida.

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receitas de juros	524	1.641
Atualização de impostos retidos	4.823	1.321
Instrumentos financeiros derivativos (a)	21.731	–
Outras receitas financeiras	1.673	1.182
	28.751	4.144
Despesas financeiras		
Impostos sobre operações financeiras	(1.258)	(2)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.706)	(14.352)
Juros sobre arrendamentos operacionais	(13.221)	(7.045)
Juros e multas por atraso no pagamento	(50)	(117)
Juros sobre cessão de recebíveis sem coobrigação	(22.636)	(9.823)
Descontos concedidos	(112)	(224)
Despesas bancárias	(550)	(592)
Despesa com contrato de fiança/financiamento	(762)	(437)
Instrumentos financeiros derivativos (a)	(27.228)	(5.514)
Variação cambial	(28)	(269)
	(78.551)	(38.375)
Resultado financeiro líquido	(49.800)	(34.231)

(a) Resultado com instrumentos financeiros derivativos relacionados a contratação de *Swap* na captação de empréstimos operação 4131.

	2024	2023
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	21.731	–
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(27.228)	(5.514)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(5.497)	(5.514)
Reconhecimento do contrato de *Swap*	19.457	(4.480)
Atualização da dívida	(24.954)	(1.034)
	(5.497)	(5.514)

19. Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros – Política contábil: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito; risco de liquidez; risco de mercado; e risco operacional. *Gerenciamento de risco:* A Manserv Investimentos e Participações S.A. (Controladora da Companhia) tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Com base nas políticas da Controladora, foi estabelecido o Comitê de Finanças, Investimentos, Auditoria e Riscos, o qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Visando o gerenciamento de riscos, a Controladora mapeou os respectivos eventos identificando- os em uma matriz, envolvendo as diversas áreas de negócios do grupo. Para garantir a efetividade e consistência das ações mitigatórias, a Companhia busca estabelecer políticas e instrumentos de controles, que se encontram em fase de implantação. *Gestão de capital:* A política da Administração é manter uma sólida base de capital para salvaguardar a confiança do investidor, credor e mercado, e, sustentar o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, bem como, o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo da Administração é assegurar sustentabilidade da Companhia no longo prazo, resguardando sua continuidade operacional, mitigando riscos inerentes a suas atividades, de forma a sustentar sua estratégia de crescimento e retorno para os acionistas. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	148.863	138.806
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(7.018)	(6.154)
Dívida líquida	141.845	132.652
Patrimônio líquido	47.412	71.940

a) *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, as quais surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A Companhia segue procedimentos de política interna na qual estabelece que todo novo cliente tem sua capacidade de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.018	6.154
Contas a receber de clientes	4	242.903	226.923
Retenções contratuais	8	10.224	6.088
		260.145	**239.165**

A maior exposição à crédito da Companhia é o contas a receber e os valores constantes nessa rubrica são lastreados preponderantemente por contratos de longo prazo superior a 1 ano, cuja prestação de serviços é atestada pelos clientes antes do faturamento. O risco de inadimplência é baixo, sendo o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa representa 1,4% do saldo do contas a receber de clientes (1,66% em 31 de dezembro de 2023). Os vencimentos dos títulos a receber estão distribuídos da seguinte forma:

	2024	2023
A vencer	223.669	202.937
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	12.355	15.539
De 31 a 60 dias	2.177	1.774
De 61 a 90 dias	681	1.131
De 91 a 180 dias	764	2.320
Acima de 181 dias	3.257	3.222
	242.903	**226.923**

A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa por um modelo de perdas de crédito esperadas conforme CPC 48, os percentuais de perda esperada variam da seguinte forma: • A Vencer: matriz de migração: 0,26% matriz de recuperação: 91,29% • Vencidos entre 1 a 180 dias: matriz de migração: de 3,79% a 55,36% matriz de recuperação: de 80,88% a 96,21% • Vencidos a mais de 180 dias: 100%. b) *Risco de liquidez*: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia se depara ao cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento. A Companhia realiza a gestão do contas a receber, com acompanhamento diário dos recebimentos e cobranças efetivas sob montante de R$242903 advém de contratos de prestação de serviços, com prazo médio de recebimento de 59 dias. A Companhia possui linhas de crédito substanciais, pré-aprovadas em bancos de primeira linha nas mais variadas modalidades. Com base nos fatos apresentados a Companhia entende que possui liquidez suficiente para cumprir suas obrigações e para sustentar o crescimento dos negócios. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Valor futuro	1 – 12 meses	1 – 2 Anos	2024 2 – 5 anos
Empréstimos e financiamentos	11	148.863	150.589	88.476	51.416	10.697
Fornecedores		89.901	89.901	89.901	–	–
Partes relacionadas	5	86.381	86.381	86.381	–	–
Outras obrigações a pagar		1.552	1.552	1.552	–	–
Total		**326.697**	**328.423**	**266.310**	**51.416**	**10.697**

Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Valor futuro	1 – 12 meses	1 – 2 Anos	2023 2 – 5 anos
Empréstimos e financiamentos	11	138.806	141.662	99.060	30.678	11.924
Fornecedores		98.946	98.946	98.946		
Partes relacionadas	5	2.190	2.190	2.190		
Outras obrigações a pagar		3.166	3.166	3.166		
Total		**243.108**	**245.964**	**203.362**	**30.678**	**11.924**

O endividamento está composto por Empréstimos e Financiamentos, sendo 16,59% em operações de Leasing, 15,81% em operações de Finame, 62,48% para capital de giro e 5,12% para CDC (15.43% em operações de Leasing, 41,77% de finame e 42,80% para capital de giro em 2023). c) *Risco de mercado:* A Companhia poderá incorrer em um risco de mercado em casos de desaceleração econômica que traga impacto direto para seus clientes. Nesse sentido, tal evento poderia repercutir nos negócios da Companhia, causando, num primeiro momento diminuição de margem de lucro. Para minimizar esse impacto, a Companhia tem como prática o controle firme de seus custos, buscando sempre a proteção contra a corrosão de suas margens. Em uma situação de retração da economia, também é possível um aumento da carga tributária (impostos indiretos), onde a Companhia possui mecanismos contratuais de repasse. c.1) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em virtude de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em fundos de renda fixa. A Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições à taxa de juros ativas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os juros de empréstimos – capital de giro são corrigidas pelo CDI pós-fixado. A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível 2: outras técnicas para as quais todas as informações que tem efeito material sobre o valor justo reconhecido são disponíveis e podem ser observadas, diretamente ou indiretamente. Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo:

	2024 Nível 2	2023 Nível 2
Aplicações financeiras de curto prazo	2	182
Arrendamento Financeiro	24.695	29.889
CDC	7.622	–
Empréstimo – capital de giro	93.009	69.603

Análise de sensibilidade: Estando os instrumentos financeiros da Companhia sujeitos às oscilações do CDI, a análise de sensibilidade foi realizada considerando: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros pós fixados em 31 de dezembro de 2024 seja mantido para 2025 e o respectivo indexador anual acumulado para esta data base permaneça estável (CDI média: 10,88% a.a.). O quadro abaixo apresenta o impacto no resultado financeiro analisado em três cenários de variação de índices CDI (i) manutenção do índice de acordo com dados Banco Central, disponibilizado em 31 de dezembro de 2024: 10,88 % a.a.; (ii) alta do índice atual em 25%; (iii) alta do índice atual em 50%; (iv) diminuição do índice atual em 25%; e (v) diminuição do índice atual em 50%.

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I Manutenção CDI 2024	Cenário II Alta do índice em 25%	Cenário III Alta do índice em 50%	Cenário IV Diminuição do índice em 25%	Cenário V Diminuição do índice em 50%
Aplicações Financeiras	2	Variação CDI	–	–	–	–	–
Arrendamento Financeiro	24.695	Variação CDI	2.445	3.057	3.973	1.835	1.222
CDC	7.622	Variação CDI	755	944	1.226	566	377
Empréstimo – capital de giro	93.009	Variação CDI	9.208	11.515	14.965	6.911	4.604

c.2) Risco de moeda (cambial): A Companhia está sujeita ao risco cambial nas contratações de empréstimo de operação 4131 com contratações de *Swap* denominadas em moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o Real (R$). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível 2: outras técnicas para as quais todas as informações que tem efeito material sobre o valor justo reconhecido são disponíveis e podem ser observadas, diretamente ou indiretamente. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo:

	2024 Nível 2	2023 Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos (passivo circulante, ativo circulante e não circulante)	(2.566)	(5.445)

Análise de sensibilidade: Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia sujeitos às oscilações das taxas de moedas estrangerias foi realizada a análise de sensibilidade considerando: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 seja mantido para 2025. O quadro abaixo apresenta o impacto no resultado financeiro analisado em três cenários de variação: (i) manutenção do índice das taxas fixadas nos contratos de *Swap;* (ii) alta do índice atual em 25%; (iii) alta do índice atual em 50%; (iv) diminuição do índice atual em 25%; e (v) diminuição do índice atual em 50% para análise de sensibilidade no cenário provável, a Companhia segue as projeções do mercado futuro da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I Manutenção 2024	Cenário II Alta do índice em 25%	Cenário III Alta do índice em 50%	Cenário IV Diminuição do índice em 25%	Cenário V Diminuição do índice em 50%
Instrumentos financeiros derivativos	2.566	Variação câmbio	4.100	(5.124)	(6.149)	(3.075)	(2.050)

d) *Risco operacional:* Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação, buscando eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. Instrumentos financeiros: A Companhia classifica ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado e valor justo por meio de resultado. Redução ao valor recuperável (impairment) Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: i) inadimplência ou atraso do devedor, ii) a reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condição normais, iii) indicações de que o devedor ou emissor irá entrar em processo de falência, iv) o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento e v) dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um Companhia de ativos financeiros. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual, como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente, quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente, quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução do valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração: as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores, ou, menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, impostos a recuperar e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço afim de verificar se há a indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou unidades geradoras de caixa (UGCs). Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente quando o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge*. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado: Os empréstimos e financiamentos são classificados como custo amortizado no reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contratados sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. A amortização dos empréstimos e financiamentos é pelo método da taxa de juros efetiva e a despesa de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Desreconhecimento: Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge. A Companhia contratou empréstimos em moeda estrangeira com operação 4131 que sofrem impactos de variação cambial, e visando a proteção dos fluxos de caixa foram atrelados aos contratos a contratação de *Swap*, com a finalidade de proteção. Em atendimento ao CPC 48 – Instrumentos financeiros, com objetivo de apresentar aos usuários das demonstrações financeiras as atividades de gerenciamento de risco para exposições que podem afetar o resultado e fluxos de caixas futuros, a Companhia realizou a contabilização de hedge conforme marcação de mercado. Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros: O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A tabela abaixo apresenta os valores contábeis e os valores justos (os quais são aproximados aos valores contábeis) dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Saldo em 2024	Nota	Valor justo por meio do resultado	Valor contábil Custo amortizado	Valor contábil Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.018	–	7.018
Contas a receber de clientes	4	–	242.903	242.903
Retenções contratuais	8	–	10.224	10.224
Instrumentos financeiros	19	2.566	–	2.566
		9.584	**253.127**	**262.711**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	11	–	148.863	148.863
Fornecedores		–	89.901	89.901
Partes relacionadas	5	–	86.381	86.381
Outras obrigações a pagar		–	1.552	1.552
		–	**326.697**	**326.697**

Saldo em 2023	Nota	Valor justo por meio do resultado	Valor contábil Custo amortizado	Valor contábil Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.154	–	6.154
Contas a receber de clientes	4	–	226.923	226.923
Retenções contratuais	8	–	6.088	6.088
Instrumentos financeiros	19	300	–	300
		6.454	**233.011**	**239.465**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	11	–	138.806	138.806
Fornecedores		–	98.946	98.946
Partes relacionadas	5	–	2.190	2.190
Instrumentos financeiros		–	5.745	5.745
Outras obrigações a pagar			3.166	3.166
		–	**248.853**	**248.853**

20. Seguros – A contratação dos seguros é realizada de forma global para contemplar os riscos: trabalhistas, civeis e de danos materiais com cobertura de responsabilidade civil, profissional e danos em patrimônios para todas as Companhias do Grupo Manserv. A seguir, apresentamos o valor de cobertura em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Responsabilidade Civil	60.700	57.250
D&O	20.000	20.000
Danos materiais	23.000	16.504

21. Eventos subsequentes – O Conselho de Administração, em reunião realizada em 3 de fevereiro de 2025, elegeu o Sr. Carlos Alberto Bezerra de Moura, como Diretor Presidente, e o Sr. Henrique dos Reis Meirelles, como Diretor Administrativo e Financeiro.

Murilo Oliveira – Diretor Presidente

Helem Helene Negri Teixeira Rodrigues – Contadora CRC 1SP 246.496/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Manserv Montagem e Manutenção S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Manserv Montagem e Manutenção S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/07/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Manserv Montagem e Manutenção S.A.

auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 034.519/O

Wallace Weberling Pereira
Contador
CRC SP 230.870/O

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*

DATA MERCANTIL São Paulo

Manserv Investimentos e Participações S.A.

CNPJ 11.596.852/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos milhares de Reais)*

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	123	615	16.275	19.644
Contas a receber de clientes	4	41	–	522.479	583.886
Estoques		–	–	25.562	14.304
Partes relacionadas	5	24.563	4.969	–	–
IRPJ e CSLL a recuperar	6 a	–	–	63.510	52.903
Impostos a recuperar	7	873	1.710	5.317	12.765
Dividendos a receber	5	25.427	17.824	–	–
Juros sobre capital próprio	5	2.722	2.535	–	–
Despesas antecipadas	8	157	65	29.355	38.184
Adiantamentos diversos		25	66	2.261	12.107
Instrumentos financeiros derivativos	21 c.2)	–	–	1.420	–
Total do ativo circulante		53.931	27.784	666.179	733.793
Não circulante					
Depósitos judiciais	16 d)	–	–	685	1.798
Retenções contratuais	9	–	–	27.951	22.132
Despesas antecipadas NC	8	–	–	–	347
Instrumentos financeiros derivativos	21 c.2)	–	–	1.147	300
IRPJ e CSLL diferidos	6 b)	–	–	76.679	53.054
		–	–	106.462	77.631
Investimentos	10	250.677	315.224	–	–
Imobilizado	11	2.983	3.513	220.945	199.982
Direito de uso em arrendamentos	12	2.462	821	677.514	101.225
Total do ativo não circulante		256.121	319.558	1.004.921	378.838
Total do ativo		310.052	347.342	1.671.100	1.112.631

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Empréstimos e financiamentos CP	13	176	411	126.115	113.790
Arrendamentos a pagar	12	692	647	321.478	52.732
Fornecedores		2.951	2.496	236.933	235.205
Adiantamento de clientes	14	–	–	14.400	31.212
Impostos e contribuições a recolher	15	949	951	44.036	43.733
Salários e encargos sociais		1.195	1.071	21.624	18.744
Provisão para férias		3.763	3.561	156.685	155.108
Provisão para participação nos lucros e resultados		–	–	1.387	1.733
Dividendos a pagar	5	5.000	–	5.000	–
Juros sobre capital próprio	5	2.471	2.301	2.471	2.301
Aquisição de investimentos		–	54.722	–	–
Partes relacionadas	5	54.760	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	21 c.2)	–	–	–	5.745
Outras obrigações a pagar		5	29	12.320	12.845
Total do passivo circulante		71.962	66.189	942.450	673.148
Empréstimos e financiamentos	13	85	117	67.314	52.839
Arrendamentos a pagar	12	1.810	264	390.026	58.822
Adiantamento de clientes	14	–	–	5.378	7.602
Provisão para contingências	16	–	29	21.517	29.824
IRPJ e CSLL diferidos	6 b)	–	–	7.489	6.720
Partes relacionadas	5	20.000	–	20.000	–
Outras obrigações a pagar		–	–	732	2.933
Total do passivo não circulante		21.895	410	512.456	158.740
Patrimonio líquido					
Capital social		170.000	170.000	170.000	170.000
Reserva legal		15.138	15.138	15.138	15.138
Reserva de lucros		75.605	80.708	75.605	80.708
Reserva de capital		–	(14.087)	–	(14.087)
Retenção de lucros		–	28.984	–	28.984
Prejuízos acumulados		(44.548)	–	(44.548)	–
Total do patrimonio líquido	17	216.195	280.743	216.195	280.743
Total do passivo e do patrimonio líquido		310.052	347.342	1.671.100	1.112.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita operacional líquida da prestação de serviços	18	–	–	3.405.011	3.466.130
Custo dos serviços prestados	19	–	–	(3.118.272)	(3.112.479)
Lucro bruto				286.739	353.651
(Despesas)/receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	–	–	(199.190)	(208.851)
Despesas com vendas	19	–	–	(3.829)	(7.413)
Despesas com impostos e taxas	19	–	–	(2.763)	(3.478)
Outras receitas operacionais líquidas	19	–	–	1.180	14.314
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		–	–	82.137	148.223
Receitas financeiras	20	–	–	33.623	11.506
Despesas financeiras	20	–	–	(165.385)	(122.567)
Resultado financeiro líquido		–	–	(131.761)	(111.061)
Equivalência patrimonial	10	(30.541)	28.984	–	–
(Prejuízo) lucro antes do IRPJ e CSLL		(30.541)	28.984	(49.625)	37.162
IRPJ e CSLL					
Corrente	6 c)	–	–	(3.772)	(18.834)
Diferido	6 b)	–	–	22.856	10.656
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(30.541)	28.984	(30.541)	28.984
(Prejuízo) lucro por ação					
(Prejuízo) lucro por ação – (em R$)	17.1	(0,18)	0,17	(0.18)	0,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(30.541)	28.984	(30.541)	28.984
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total dos resultados abrangentes	**(30.541)**	**28.984**	**(30.541)**	**28.984**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de lucros	Retenção de lucros	Prejuízos (lucros) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 2022	170.000	13.693	–	164.825	18.125	–	366.643
Constituição de reserva legal	–	1.445	–	(1.445)	–	–	–
Destinação para retenção de lucros	–	–	–	18.125	(18.125)	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–			–	28.984	28.894
Destinação dos lucros							
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(13.974)	–	–	(13.974)
Dividendos propostos	–	–	–	(86.822)	–	–	(86.822)
Transações com acionistas	–	–	(14.088)	–	–	–	(14.088)
Retenção de lucros	–	–	–	–	28.984	(28.984)	–
Saldos em 2023	170.000	15.138	(14.088)	80.709	28.984	–	280.743
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	–	–	–
Destinação para reserva de lucros	–	–	–	28.984	(28.984)	–	–
Destinação para reserva de capital	–	–	14.088	(14.088)	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(30.541)	(30.541)
Destinação dos lucros							
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(14.007)	(14.007)
Dividendos propostos	–	–	–	(20.000)	–	–	(20.000)
Transações com acionistas	–	–	–	–	–	–	–
Retenção de lucros	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 2024	170.000	15.138	–	75.605	–	(44.548)	216.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(30.541)	28.984	(30.541)	28.984
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação	11	1.920	904	38.085	108.514
Depreciação de arrendamentos	12	664	1.125	278.006	42.882
Juros sobre empréstimos, financiamentos e cessão de recebíveis	13	66	219	15.214	67.360
Resultado instrumentos financeiros derivativos	20	–	–	5.497	12.506
Juros sobre arrendamentos	12	108	749	81.489	17.811
IRPJ e CSLL diferidos	6 b	–	–	(22.856)	(10.656)
Despesas com IRPJ e CSLL	6 c	–	–	3.772	18.834
Equivalência patrimonial	10	30.541	(28.984)	–	–
Resultado nas alienações de imobilizado	11	(24)	(62)	1.782	(11.759)
Resultado nas baixas de arrendamentos		(10)	–	(1.645)	
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	4	–	–	6.687	(2.705)
Reversão para participação nos lucros e resultados		–	(1.000)	(347)	(10.224)
(Reversão) provisão para contingências	16	(29)	29	(8.307)	936
		2.695	1.964	366.836	262.483
Contas a receber de clientes		(41)	–	54.720	(4.410)
Estoques		–	–	(11.257)	(20.253)
IRPJ, CSLL e impostos a recuperar		2.938	1.972	362	(22.333)
Dividendos recebidos		12.397	6.606	12.397	6.606
Juros sobre capital próprio recebidos		11.719	19.049	–	–
Despesas antecipadas		(91)	(14)	9.177	(19.748)
Adiantamentos diversos		40	(16)	9.843	(13.241)
Depósitos judiciais		1	(1)	1.112	(276)
Retenções contratuais		–	–	(5.819)	(9.548)
Acréscimo ou (decréscimo) de passivos:					
Fornecedores		457	(19)	1.733	81.457
Impostos e contribuições a recolher		(3.205)	(3.683)	(5.001)	2.422
Salários e encargos sociais		123	10	2.879	2.707
Provisão para férias		202	(172)	1.577	23.952
Partes relacionadas		443	(183)	20.000	–
Outras obrigações a pagar		(25)	29	(2.725)	11.373
IRPJ e CSLL diferidos		–	–	–	(1.839)
Adiantamento de clientes		–	–	(19.037)	(46.919)
Impostos pagos sobre o lucro		–	–	(5.191)	(7.586)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		27.653	25.543	431.606	244.847
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Alienações de imobilizado	11	160	62	7.897	39.434
Caixa e equivalentes de caixa saída de investimento		–	–	–	(18.499)
Aquisições de imobilizado	2 f	(1.859)	(1.970)	(89.377)	(319.285)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.699)	(1.908)	(81.480)	(298.350)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Captações de empréstimos e financiamentos	13	–	–	368.321	544.860
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	–	–	(333.514)	(366.566)
Juros pagos sobre empréstimos e financiam.	13	–	–	(16.080)	(35.636)
Pagamentos de arrendamentos	12	(703)	(1.125)	(252.701)	(41.187)
Juros pagos sobre arrendamentos	12	(108)	(749)	(81.489)	(17.811)
Dividendos pagos	5	(15.000)	(5.022)	(27.397)	(11.628)
Juros sobre capital próprio pagos	5	(10.635)	(17.287)	(10.635)	(17.287)
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de financiamentos		(26.446)	(24.183)	(333.495)	54.744
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		(492)	(548)	(3.369)	1.241
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	3	615	1.163	19.644	18.403
Caixa e equiv. de caixa no fim do exercício	3	123	615	16.275	19.644
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		(492)	(548)	(3.369)	1.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

1. Informações sobre o Grupo: A Manserv Investimentos e Participações S.A. ("Manserv" ou "Companhia"), constituída em 05/01/2010, e suas controladas, Manserv Montagem e Manutenção S.A., LSI Logística S.A., LSI Administração e Serviços S.A. e Manserv Facilities Ltda. são sociedades por ações de capital fechado e de responsabilidade limitada, respectivamente, domiciliadas na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, n° 1.511, Conjunto 71, Salas 1, 2, 3 e 4, Cidade de Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, que possuem como atividades preponderantes de prestações de diversos serviços. A Manserv Investimentos e Participações S.A. realiza a prestação de serviços administrativos às sociedades controladas, a administração de bens próprios e a participação como sócia, acionista ou quotista, no capital de outras sociedades. A Companhia tem firmado com as empresas do Grupo Econômico Manserv um contrato de prestação de serviços corporativos que, com base na apuração mensal dos gastos dos seus departamentos que prestam serviços, é realizado o rateio das despesas comuns baseado nas atividades dedicadas a cada Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Manserv Investimentos e Participações S.A. e suas controladas ("Grupo") para exercício findo em 31/12/2024 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução do Conselho de Administração em 28/04/2025. **1.1. Relação das entidades controladas e interligadas:**

			Participação acionária %	
	País	**Controle**	**2024**	**2023**
Manserv Montagem e Manutenção S.A.	Brasil	Direto	99,99%	99,99%
LSI Administração e Serviços S.A.	Brasil	Direto	99,99%	99,99%
LSI Logística S.A.	Brasil	Direto	99,99%	99,99%
Manserv Facilities Ltda.	Brasil	Direto	99,99%	99,99%
Simak Locação e Serviços S. A	Brasil	–	–	–

• **Manserv Montagem e Manutenção S.A**. - Presta serviços de manutenção de ativos físicos industriais e de infraestrutura incluindo instalações de indústrias extrativas, de transformação e manufatureira, refinarias de petróleo, oleodutos, gasodutos, minerodutos, plataformas de extração de petróleo, plantas de geração de energia, linhas de transmissão, subestações e redes de distribuição de energia, estações de tratamento de água e efluentes, instalações portuárias e ferrovias. Os serviços de manutenção prestados pela Manserv Montagens e Manutenção S.A. são individuais ou integrados incluindo componentes estruturais, equipamentos, caldeiraria, vasos, tanques, dutos, tubo-vias, tubulações, instalações elétricas, instalações de instrumentação e controle, isolamento térmico, pintura e tratamento de superfície. Os referidos serviços são prestados em diversos Estados da Federação. • **LSI Administração e Serviços S.A.** - Presta serviços de manutenção e conservação de ativos físicos prediais tais como edifícios corporativos, shopping centers, hospitais, edificações industriais e aeroportos. Além de manutenção dos componentes estruturais, hidráulicos, elétricos, ar condicionado e acessórios de edificações, as empresas executam limpeza social e industrial, preservação de áreas externas como jardins e vias de acesso, bem como atividades de apoio, administração de recepção, mensageria e portaria, projetos e execução de layouts, gerenciamento de atividades de terceiros e administração de compras de materiais e serviços relacionados. Os referidos serviços são prestados em diversos Estados da Federação. • **LSI Logistica S.A**. - Presta serviços de operação de processos de produção envolvendo movimentação de matérias primas, produtos intermediários e produtos acabados, denominados intra-logística. Além de intra-logística a LSI Logística S.A. executa: serviço de recebimento, controle de almoxarifado, embalagem e expedição, treinamento de operações logísticas, montagem de kits e embalagens de produtos, locação de veículos e equipamentos de movimentação de cargas e atividades auxiliares na produção, empacotamento de sólidos e embalagem e etiquetagem de produtos diversos. Os referidos serviços são prestados em diversos Estados da Federação. • **Manserv Facilities Ltda.** - Presta serviços de manutenção e conservação de ativos físicos prediais tais como edifícios corporativos, shopping centers, hospitais, edificações industriais e aeroportos. Além de manutenção dos componentes estruturais, hidráulicos, elétricos, ar condicionado e acessórios de edificações, as empresas executam limpeza social e industrial, preservação de áreas externas como jardins e vias de acesso, bem como atividades de apoio, administração de recepção, mensageria e portaria, projetos e execução de layouts, gerenciamento de atividades de terceiros e administração de compras de materiais e serviços relacionados. Os referidos serviços são prestados em diversos Estados da Federação. • **Simak Locação Serviços S.A**. **(Interligada)** - Locadora de máquinas e veículos para carga, descarga, manipulação de materiais, tais como pás-carregadeiras, empilhadeiras, escavadeiras, inclusive equipamentos pesados para terraplanagem, pavimentação, construção e demolição, máquinas e equipamentos agrícolas, sem operador, veículos de transporte rodoviário de cargas, mercadorias e produtos de terceiros em geral, máquinas e equipamentos industriais e comerciais sem operador. Os referidos serviços são prestados em diversos Estados da Federa**ção. 2. Base de preparação**: a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC: As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os princípios contábeis em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia tem divulgado todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber*: O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo e as taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber do Grupo estão divulgadas na nota explicativa 4. *Ativo fiscal diferido*: É reconhecido ativo diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos, a compensação dos prejuízos fiscais acumulados é restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide nota explicativa 6 b). *Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros*: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 21 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. *Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos*: O Grupo determina taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar em um financiamento, caso adquirisse o bem locado como novo. O Grupo estima a taxa incremental usando dados observáveis quando disponíveis as informações estão divulgadas na nota explicativa 12. *Provisões para riscos contingente cíveis e trabalhistas*: O Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões ou informações adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A nota explicativa 16 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. e) Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. e.1) *Apuração do resultado*: O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo, quando mensurada de forma confiável e no cumprimento de suas obrigações vinculadas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida e impostos ou encargos sobre os serviços prestados. e.2) *Operações de arrendamento mercantil*: No começo de um contrato o Grupo define se um contrato ou conjunto de contratos é ou contém um arrendamento mercantil financeiro quando: (i) o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado e (ii) o contrato contém direito de utilização do ativo. Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais o Grupo fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro. Essas transações são registradas como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento. e.3) *Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")* : A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o seu valor contábil líquido. e.4) *Ajuste a valor presente*: Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As operações efetuadas junto a clientes e fornecedores não possuem vencimentos relevantes, não havendo necessidade de se efetuar ajuste a valor presente destes. Os valores contabilizados relativos a empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil estão registrados a valor presente. e.5) *Benefícios de curto prazo a empregados*: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso o Grupo tenha uma obrigação legal de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado, e que possa ser estimada de maneira confiável. e.6) *Tributos sobre as vendas*: Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. e.7) Distribuição de lucros: A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a ser distribuídos, sendo a mensuração ao valor justo reconhecida diretamente no patrimônio líquido. No momento da distribuição de ativos sem desembolso de caixa, eventual diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado. e.8) *Provisões*: Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/07/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Manserv Investimentos e Participações S.A.

descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. e.9) *Classificação corrente versus não corrente*: O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. e.10) Estoques: Os estoques são registrados ao custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens, sendo apresentado pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos incorridos são contabilizados da seguinte forma: • Produtos para revenda - custo de aquisição registrado ao custo médio, baixado à medida que os itens são revendidos ao cliente; • Produtos industrializados - custo de aquisição registrado ao custo médio, baixado à medida que os itens são vendidos ao cliente; • Peças de reposição – custo de aquisição registrado ao custo médio, baixado à medida que as peças são utilizadas na operação. f) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC): As informações anuais dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC). Os efeitos no caixa que não afetaram a DFC estão apresentados como informação suplementar abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aquisições de ativo imobilizado – Nota 11	(1.526)	(1.341)	(68.727)	(461.794)
Captações de CDC/Finame/*Leasing* – Nota 13	141	–	22.868	232.675
Pagamentos de CDC/Finame/*Leasing* – Nota 13	(474)	(629)	(43.518)	(90.166)
Caixa pago pela aquisição de ativos	(1.859)	(1.970)	(89.377)	(319.285)

2.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (Primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 01/01/2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 01/01/2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 01/01/2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudancas nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 01/01/2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. 3. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	123	125	9.167	8.819
Aplicações financeiras	–	490	7.108	10.825
	123	**615**	**16.275**	**19.644**

Os saldos das contas bancárias são aplicados ao final de cada dia de acordo com as seguintes premissas de resgate: menor risco, liquidez diária e rendimento atrelado ao CDI. Para operações de prazo menor que 30 dias, utilizam-se operações compromissadas de bancos de primeira linha, remuneradas a taxa de 85% a 97% a.a. do CDI com isenção de IOF (79% a.a. 97% a.a. do CDI em 2023). 4. Contas a receber de clientes: Política contábil: As contas a receber de clientes são registradas pela receita faturada, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo. As contas a receber não são registradas pelo seu valor presente, considerando que o Grupo avaliou que eventuais ajustes não seriam materiais em relação às demonstrações financeiras. Contas a receber a faturar refere-se ao direito reconhecido em troca dos serviços prestados aos clientes. O Grupo atua fornecendo serviços a clientes antes que o cliente pague a contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, logo as receitas a faturar são reconhecidas pela contraprestação que é condicional. Para os serviços prestados em que os clientes ainda não aprovaram a medição no final do período, a receita é reconhecida com base em estimativas ou medições internas. Após a conclusão dos serviços e aceitação pelos clientes, o valor reconhecido como contas a receber a faturar é reclassificado para contas a receber - serviços. O Grupo constituiu a provisão para crédito de liquidação duvidosa por um modelo de "perdas de crédito esperadas". A análise é realizada trimestralmente. O Grupo também operou cessão de recebíveis com coobrigação onde não transfere o risco do sacado de não honrar sua dívida, e estão sendo apresentados em empréstimos e financiamentos no passivo. O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes do Grupo é de 55 dias em 2024 (61 dias em 2023).

	Consolidado	
	2024	2023
Contas a receber – serviços	252.941	318.044
Contas a receber – a faturar	296.016	264.926
	548.957	**582.970**
Cessão de recebíveis com coobrigação	–	16.403
	548.957	**599.373**
Créditos a identificar	(7.471)	(3.167)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(19.007)	(12.320)
	522.479	**583.886**

A gestão das contas a receber de clientes do Grupo é realizada de forma centralizada pela Manserv. *Movimentação da provisão para perda de liquidação duvidosa*:

	Consolidado
Saldo em 2022	(15.025)
Provisões	(10.884)
Reversões	13.589
Saldo em 2023	(12.320)
Provisões	(16.990)
Reversões	10.303
Saldo em 2024	**(19.007)**

O Grupo realizou a cessão de recebíveis sem coobrigação de parte de suas contas a receber com o objetivo de antecipar seus fluxos de caixa. O saldo correspondente da operação é de R$237.203 (em 2023 R$87.518), sendo deduzido do saldo de contas a receber no balanço, pois todos os riscos relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos aos bancos. 5. Partes relacionadas: Política contábil: *Despesas gerais e administrativas* : A prestação dos serviços em caráter exclusivo pela Manserv Investimentos e Participações S.A. ("Controladora") para as controladas, dos serviços administrativos corporativos, gestão administrativa, serviços de informática, serviços de gestão de suprimentos, serviços contábeis, serviços financeiros, serviços jurídicos, serviços de administração de pessoal, serviços de engenharia e *marketing* institucional são ressarcidos mensalmente pelas entidades controladas. *Partes relacionadas a pagar/receber*: Refere-se à concessão sucessiva e recíproca de créditos e débitos entre as partes através de conta corrente em moeda nacional. As transações entre a Manserv e suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes em condições de mercado.

	Controladora	Controladora
	2024	2023
Despesas holding (a)		
Manserv Montagem e Manutenção S.A.	31.825	28.531
LSI Administração e Serviços S.A.	8.454	7.139
LSI Logística S.A.	14.351	14.332
Manserv Facilities Ltda.	19.727	16.658
	74.357	**66.660**
Despesas locação de equipamentos (b)		
Manserv Montagem e Manutenção S.A.	35.007	21.589
LSI Administração e Serviços S.A.	10.326	7.957
LSI Logística S.A.	203.590	91.493
Manserv Facilities Ltda.	12.481	7.381
	261.404	**128.420**
Despesas locação de imóveis (c)		
Manserv Montagem e Manutenção S.A.	3.988	3.055
LSI Administração e Serviços S.A.	997	466
LSI Logística S.A.	937	877
Manserv Investimento e Participações S.A.	1.015	1.015
Manserv Facilities Ltda.	2.047	1.752
	8.984	**7.165**
Despesas gestão de saúde (d)		
Manserv Montagem e Manutenção S.A.	7.555	7.181
LSI Administração e Serviços S.A.	1.944	2.659
LSI Logística S.A.	2.575	2.059
Manserv Facilities Ltda.	4.970	3.904
	17.044	**15.803**
Aquisição de Investimentos (e)		
LSI Logística S.A.	–	54.722
Partes relacionadas a receber		
Manserv Montagem e Manutenção S.A.	20.580	2.190
LSI Administração e Serviços S.A.	792	532
LSI Logística S.A.	1.344	1.068
Manserv Facilities Ltda.	1.847	1.179
	24.563	**4.969**
Partes relacionadas a pagar		
LSI Logística S.A.	54.750	–
Acionistas	20.000	–
Manserv Facilities Ltda.	10	–
	74.760	**–**
Dividendos a receber		
LSI Administração e Serviços S.A.	12.153	13.700
LSI Logística S.A.	350	1.200
Manserv Facilities Ltda.	12.924	2.924
	25.427	**17.824**
Juros sobre capital próprio a receber		
LSI Administração e Serviços S.A.	1.422	1.568
Manserv Facilities Ltda.	1.300	967
	2.722	**2.535**
Dividendos a pagar		
Acionistas	5.000	–
Juros sobre capital próprio a pagar		
Acionistas	2.471	2.301
Fornecedores – Simak Locação e Serviços S.A. (b)		
Manserv Montagem e Manutenção S.A.	7.799	8.483
LSI Administração e Serviços S.A.	2.001	2.644
LSI Logística S.A.	36.715	47.315
Manserv Facilities Ltda.	3.770	2.977
	50.285	**61.419**
Fornecedores – C3 Administração de Bens e Participações Ltda. (c)		
Manserv Montagem e Manutenção S.A.	225	26
LSI Administração e Serviços S.A.	83	82
LSI Logística S.A.	79	78
Manserv Investimento e Participações S.A.	80	95
Manserv Facilities Ltda.	172	167
	639	**448**
Fornecedores – GRS Núcleo de Saúde Empresarial Ltda. (d)		
Manserv Montagem e Manutenção S.A.	1.475	1.163
LSI Administração e Serviços S.A.	425	237
LSI Logística S.A.	603	310
Manserv Investimento e Participações S.A.	5	3
Manserv Facilities Ltda.	966	729
	3.474	**2.442**
Empréstimos e financiamentos (f)		
Manserv Montagem e Manutenção S.A.	148.863	138.806
LSI Administração e Serviços S.A.	990	1.989
LSI Logística S.A.	38.264	15.540
Manserv Investimentos e Participações S.A.	261	528
Manserv Facilities Ltda.	5.051	9.761
Total Grupo Manserv	**193.429**	**166.624**
Simak Locação e Serviços S. A	863.896	554.053
Total	**1.057.325**	**720.677**

(a) Referem-se substancialmente a reembolso de despesas administrativas incorridas pela Manserv, como salários de funcionários, seguros e outras em benefício do Grupo. (b) Referem-se a despesas com locação de equipamentos e veículos com a empresa Simak Locação e Serviços S.A. (c) Referem-se a despesas com locação de imóveis com a empresa C3 Administração de Bens e Participações Ltda. (d) Referem-se a despesas com gestão de saúde com a empresa GRS Núcleo de Saúde Empresarial Ltda. (e) Referem-se a compra da Participação societária da Simak Locação e Serviços S.A. efetuada em 5 vezes com parcelas de R$10.944 liquidadas em agosto de 2024. (f) A Manserv Investimentos e Participações S.A. é avalista nas operações de empréstimos e financiamentos das empresas do Grupo Manserv e da Simak Locação e Serviços S.A. *Movimentação dos dividendos a pagar*:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	–	22
Dividendos destinados	20.000	86.822
Dividendos pagos	(15.000)	(5.022)
Dividendos pagos mediante a dação em pagamento – vide nota 9	–	(81.822)
Saldo em 31 de dezembro	5.000	–

Movimentação dos juros sobre capital próprio a pagar:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	2.301	8.809
Juros sobre capital próprio apropriados	10.805	10.779
Juros sobre capital próprio pagos	(10.635)	(17.287)
Saldo em 31 de dezembro	2.471	2.301

Remuneração dos membros-chave da administração: O Conselho de Administração da Manserv é composto por sete membros sendo: dois acionistas titulares da totalidade das ações ordinárias da Companhia, e cinco conselheiros independentes. A remuneração dos acionistas é feita consoante disposto no seu Estatuto Social e nos artigos 202 e seguintes da Lei n° 6.404/76. O Grupo possui ainda seis diretores-executivos, sendo: dois na Manserv Montagem e Manutenção S.A., dois na LSI Logística S.A. e dois na Manserv Facilities Ltda., os quais não possuem ações ordinárias. Os membros-chave da administração foram remunerados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pró–labore	1.451	1.704	5.520	6.170
Encargos sociais	290	353	658	1.088
	1.741	**2.057**	**6.178**	**7.258**

O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, tampouco oferece outros proveitos de longo prazo, tais como licença e/ou outros benefícios por tempo de serviço. O Grupo também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da Alta Administração, além daqueles definidos em contratos de prestação de serviços e pela legislação trabalhista vigente no Brasil. 6. IRPJ e CSLL: Política contábil: *IRPJ e CSLL*: O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O IRPJ corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, ou, em outros resultados abrangentes. *IRPJ e CSLL - correntes*: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado e gera lucro tributável. IRPJ e CSLL correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. *Imposto diferido*: O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de IRPJ e CSLL diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de IRPJ e CSLL diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. a) IRPJ e CSLL a recuperar:

	Consolidado	
	2024	2023
IRPJ	41.051	31.492
CSLL	22.459	21.411
	63.510	**52.903**

Referem-se ao excesso de retenção de IRPJ e CSLL nas notas fiscais por nossos clientes, gerando saldo negativo para compensação de impostos futuros a partir da apuração de 2025. b) IRPJ e CSLL diferidos: O IRPJ e a CSLL diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	2024	2023
Provisões para participação nos lucros e resultados	471	590
Provisão para contingências	7.318	10.130
Provisão de despesas	6.341	4.591
Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	6.462	4.189
Instrumentos financeiros	689	970
Arrendamentos	11.542	3.480
Depreciação sobre bens do ativo imobilizado	101	374
Prejuízos fiscais	43.755	28.730
	76.679	**53.054**
Leasing	(3.586)	(3.713)
Depreciação sobre bens do ativo imobilizado	(3.903)	(3.007)
	(7.489)	**(6.720)**
Diferido líquido	69.190	46.334

Reconciliação patrimonial do IRPJ e a CSLL diferidos:

	2024	2023
Em 1º de Janeiro	46.334	7.063
Receita (despesa) de imposto reconhecida no resultado	22.856	10.656
Alienação Simak	–	28.615
Em 31 de dezembro	69.190	46.334

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos demais eventos que geraram sua constituição e dos seus prejuízos fiscais na expectativa de lucros tributários futuros. Com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, a Companhia demonstra para 31 de dezembro de 2024 que o IRPJ e CSLL diferido ativo, o qual prevê a seguinte realização:

Ano realização	Ativo
2025	38.647
2026	14.540
2027	5.411
2028	4.536
2029	5.480
Mais de cinco anos	8.065
Total	**76.679**

Reconciliação para a taxa efetiva - consolidado: A diferença da alíquota de imposto efetiva em relação a alíquota nominal foi causada pelos seguintes fatores:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(49.625)	37.162
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Expectativa débito de IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	16.872	(12.635)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):		
Juros sobre capital próprio	4.764	4.751
Outras exclusõeS.Adições permanentes, líquidas	(2.704)	(428)
Incentivos fiscais	104	794
Outros	48	896
Equivalência Patrimonial	–	(1.556)
Débito de IRPJ e CSLL	19.084	(8.178)
IRPJ e CSLL		
Corrente	(3.772)	(18.834)
Diferido	22.856	10.656
	19.084	**(8.178)**
Taxa efetiva	38,46%	22,01%

7. Impostos a recuperar: Política contábil: Os créditos relativos a impostos retidos sobre o faturamento são oriundos de valores de retenções efetuadas pelos clientes do Grupo sobre as notas fiscais de prestação de serviço.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ retido na fonte	873	1.710	873	1.710
INSS retido sobre o faturamento	–	–	3.630	7.300
ISS a recuperar	–	–	352	1.609
Outros impostos	–	–	462	2.146
	873	1.710	5.317	12.765

8. Despesas antecipadas: Política contábil: Custos incrementais para cumprir um contrato devem ser reconhecidos como ativo se o Grupo espera recuperar esses custos com a transferência dos serviços prestados de acordo com CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Entende-se por custos incrementais aqueles custos necessários para implantação de um novo cliente, onde o Grupo tem como objeto e obrigação a entrega de uma prestação de serviços previamente acordada. As amortizações do ativo reconhecido devem acontecer à medida que exista a transferência ao cliente dos serviços prestados.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custos de implantação	–	–	25.744	33.167
Conta prestação ao cliente	–	–	–	716
Outros	157	65	3.611	4.648
	157	**65**	**29.355**	**38.531**
Circulante	157	65	29.355	38.184
Não Circulante	–	–	–	347
	157	**65**	**29.355**	**38.531**

9. Retenções contratuais: Política contábil: Referem-se a retenções previstas em contrato de prestação de serviços, com percentual pré-definido entre 1,00% a 6,62%, efetuadas por clientes no ato do pagamento das notas fiscais, com a finalidade de garantir pagamentos de verbas trabalhistas, inclusive verbas rescisórias durante a vigência do contrato, sendo ao término do contrato de prestação de serviços esses valores são reembolsados, após o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas do Grupo com seus colaboradores.

continuação

continuação

Manserv Investimentos e Participações S.A.

	2024	2023
A vencer		
De 1 a 30 dias	149	7
De 31 a 60 dias	456	1.567
De 61 a 90 dias	–	541
De 91 a 180 dias	5.309	–
Acima de 181 dias	17.027	9.672
Vencido		
De 01 a 30 dias	1.001	–
De 31 a 60 dias	2.203	7.043
De 61 a 90 dias	217	4
De 91 a 180 dias	465	385
Acima de 181 dias	1.124	2.913
Total	**27.951**	**22.132**

10. Investimentos: Política contábil: *Controladas*: A Companhia controla uma entidade quando está exposta aos - ou tem direito sobre os - retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos, exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Manserv, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. *Perda de controle*: Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. *Transações eliminadas na consolidação*: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. *Movimento dos investimentos:*

	Manserv Montagem e Manutenção S.A.	LSI Administração e Serviços S.A.	LSI Logística S.A.	LSI Manserv Facilities Ltda.	Investimentos
Participação %	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	–
Ativo	624.335	170.020	713.121	322.045	–
Patrimônio líquido	47.412	88.448	44.244	70.571	–
Receita líquida	1.430.870	320.055	727.748	926.337	–
Resultado do exercício	(24.135)	12.555	(21.036)	2.075	–
Saldo de investimentos 2023	**71.940**	**92.243**	**66.742**	**84.299**	**315.224**
Dividendos destinados	–	(10.000)	–	(10.000)	(20.000)
Equivalência patrimonial	(24.135)	12.555	(21.038)	2.075	(30.541)
Juros sobre capital próprio	(392)	(6.350)	(1.462)	(5.803)	(14.007)
Saldo de investimentos 2024	**47.414**	**88.449**	**44.243**	**70.571**	**250.677**

	Manserv Montagem e Manutenção S.A.	LSI Administração e Serviços S.A.	LSI Logística S.A.	Manserv Facilities Ltda.	Simak Locação Serviços S.A	Investimentos
Participação %	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%		–
Ativo	496.461	163.179	258.039	286.948	730.034	–
Patrimônio líquido	71.940	92.243	66.742	84.299	81.822	–
Receita líquida	1.459.820	354.952	609.031	982.575	197.538	–
Resultado do exercício	(25.542)	22.654	5.053	26.819	4.576	–
Saldo de investimentos 2022	**110.569**	**112.673**	**72.751**	**69.532**	**–**	**365.527**
Dividendos destinados	–	(20.000)	(1.200)	(2.924)	–	(24.124)
Baixa de investimento (a)	(7.096)	(15.406)	–	(4.597)	–	(27.099)
Aquisição de investimento	–	–	–	–	81.822	81.822
Alienação de investimento	–	–	–	–	(81.822)	(81.822)
Equivalência patrimonial	(25.542)	22.654	5.053	26.819	–	28.984
Juros sobre capital próprio	(3.353)	(6.568)	–	(4.053)	–	(13.974)
Transação com acionistas	(2.638)	(1.110)	(9.864)	(476)	–	(14.088)
Saldo de investimentos 2023	**71.940**	**92.243**	**66.742**	**84.299**	**–**	**315.224**

(a) Venda de ações das coligadas com distribuição de dividendos. **11. Imobilizado:** Política contábil: O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças sobressalentes substituídas são baixados e registrados na conta do resultado do exercício. Todos os reparos de manutenção preventiva ou corretiva efetuados nos ativos imobilizados são lançados em contrapartida no resultado do exercício, quando incorridos. *Depreciação*: A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando-se o método linear onde a depreciação é reconhecida no resultado do exercício. As taxas de depreciação utilizadas para os ativos imobilizados do Grupo são determinadas de acordo com a avaliação da vida útil dos ativos imobilizados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos pelo menos uma vez ao ano, havendo alteração o valor é ajustado nas contas do resultado do exercício de forma prospectiva. *Revisão da vida útil*: Conforme estabelecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a vida útil dos ativos imobilizados do Grupo é reavaliada anualmente. A estimativa da vida útil foi embasada nos processos de coleta de informações, realizadas pela área de engenharia do Grupo, as premissas relevantes para o cálculo da vida útil e o valor recuperável do bem foram consideradas e após a estimativa da vida útil do bem, estimou-se a vida remanescente dos ativos através da utilização da metodologia de depreciação linear. Cada um dos bens que fez parte da análise possui uma vida transcorrida até a data de referência. Ao longo desse período os ativos imobilizados mantem condições operacionais que estão fundamentalmente compostas pelo uso que foi dado ao bem e pela manutenção que este recebeu ao longo da sua vida útil. Este histórico operacional está diretamente relacionado com o estado de conservação do bem e este por sua vez diretamente relacionado com a expectativa de sobrevida que possa ter. Existem outras variáveis que têm impacto sobre os prognósticos de vidas úteis remanescentes tais como os graus de obsolescência em todas suas formas e também os programas de substituição de equipamentos que possa haver. Os prognósticos de vida útil remanescente para cada bem da classe de máquinas e equipamentos e veículos foram estabelecidos em função dos seguintes parâmetros: (a) Idade cronológica; (b) Estado de conservação física; (c) Condições de operação; (d) Condições de manutenção; (e) Graus de obsolescência; (f) Programas de substituição. Todos os fatores indicados foram considerados para determinação final quanto ao prognóstico de vida útil remanescente. *Arrendamentos de ativos*: O valor residual do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31/12/2024 foi de R$38.440 (R$44.919 em 31/12/2023). As adições ao imobilizado sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro no exercício findo em 31/12/2024 foi de R$3.726 (R$14.257 em 31/12/2023), que são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos. *Alienação de imobilizado*: Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso, ocorridas nas seguintes situações: venda direta, venda por leilão, venda entre coligadas, furto, sinistro, roubo e no momento do inventário físico. Eventual ganho ou perda resultante da alienação de imobilizado são consideradas no resultado conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Valor de venda	7.897	39.434
Valor de baixa do ativo imobilizado	(9.474)	(26.511)
Baixa residual – Inventário	(205)	(1.164)
	(1.782)	**11.759**

Movimentação dos saldos - Controladora:

Custo	2022 Custo	Adições	Baixas	2023 Custo	Adições	Baixas	2024 Custo
Máquinas e equipamentos	86	105	–	191	74	–	265
Instalação	–	–	–	–	3	–	3
Equipamentos de informática	4.280	1.109	–	5.389	1.039	(146)	6.282
Móveis e utensílios	649	28	–	677	264	–	941
Veículos	1.678	–	(84)	1.594	141	(169)	1.566
Outros	976	99	–	1.075	5	–	1.080
	7.669	**1.341**	**(84)**	**8.926**	**1.526**	**(315)**	**10.137**

Depreciação acumulada	Taxa	2022 Depreciação	Adições	Baixas	2023 Depreciação	Adições	Baixas	2024 Depreciação
Máquinas e equipamentos	10%	4	(76)	–	(72)	3	–	(69)
Equip. de informática	10% a 20%	(2.491)	(533)	–	(3.024)	(1.646)	106	(4.565)
Móveis e utensílios	10%	(288)	(74)	–	(362)	(90)	–	(452)
Veículos	20%	(908)	(201)	84	(1.025)	(155)	73	(1.106)
Outros		(910)	(20)	–	(930)	(32)	–	(962)
		(4.592)	**(904)**	**84**	**(5.413)**	**(1.920)**	**179**	**(7.154)**
Imobilizado líquido		**3.077**			**3.513**			**2.983**

Movimentação dos saldos – Consolidado:

Custo	2022 Custo	Adições	Baixas	Alienação (a)	2023 Simak (b)	Custo	Adições	Baixas	2024 Custo
Instalações	3.898	1.080	(28)	(67)	–	4.883	5.026	(272)	9.637
Ferramentas	25.901	6.239	(568)	(394)	(27)	31.151	9.904	(1.074)	39.981
Máquinas e equipamentos	350.672	225.143	(53.907)	(389.011)	(381)	132.516	28.992	(11.272)	150.236
Aeronave	40.070	–	–	–	–	40.070	–	–	40.070
Equipamentos de informática	50.815	13.016	(1.746)	(3.132)	(1.400)	57.553	14.971	(10.008)	62.516
Móveis e utensílios	6.238	1.500	(245)	(413)	–	7.080	2.054	(461)	8.673
Veículos	332.743	168.842	(28.887)	(444.635)	188	28.251	2.350	(3.713)	26.886
Outros	13.709	11.208	(501)	(2)	(371)	24.043	5.432	(2.141)	27.334
Imobilizado em andamento	–	34.766	–	(34.766)	–	–	–	–	–
	824.046	**461.794**	**(85.882)**	**(872.420)**	**(1.991)**	**325.547**	**68.727**	**(28.941)**	**365.333**

Depreciação acumulada	Taxa	2022 Depreciação	Adições	Baixas	Alienação(a)	2023 Simak(b)	Depreciação	Adições	Baixas	2024 Depreciação
Instalações	10% a 20%	(1.056)	(274)	21	3	–	(1.306)	(406)	27	(1.685)
Ferramentas	10% a 25%	(10.259)	(2.676)	362	11	27	(12.535)	(3.437)	644	(15.328)
Máquinas e equipamentos	10% a 20%	(155.385)	(52.165)	36.529	123.321	38	(46.069)	(12.542)	7.167	(51.444)
Aeronave	10%	(1.503)	(601)	–	–	–	(3.697)	(2.146)	–	(5.843)
Equipamentos de informática	10% a 25%	(22.632)	(9.557)	1.217	510	–	(30.462)	(11.309)	6.842	(34.929)
Móveis e utensílios	10% a 20%	(3.116)	(566)	147	9	–	(3.526)	(774)	355	(3.945)
Veículos	10% a 25%	(161.306)	(38.714)	19.070	163.316	256	(17.378)	(1.731)	2.693	(16.416)
Outros		(7.492)	(3.961)	861	–	–	(10.592)	(5.740)	1.534	(14.798)
		(362.749)	**(108.514)**	**58.207**	**287.170**	**321**	**(125.565)**	**(38.085)**	**19.262**	**(144.388)**
Imobilizado líquido		**461.297**				**199.982**			**220.945**	

(a) Refere-se a baixa pela perda de controle ocorrida na venda de ações da Simak Locação Serviços S.A. pela controladora e controladas do Grupo Manserv em dez/23. (b) Em novembro de 2023, respectivamente, foi realizada a integralização via aporte de capital na Simak Locação Serviços S.A. com ativos imobilizado.

12. Direito de uso em arrendamentos e Arrendamentos a pagar:

Política contábil: O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso é mensurado inicialmente pelo seu valor de custo ajustado a valor presente, e posteriormente pelo custo menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelos pagamentos remanescentes dos contratos ajustados a valor presente, com a utilização da taxa de juros incremental. A taxa incremental é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar em um financiamento, caso adquirisse o bem locado como novo. O Grupo utilizou como componente de custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos, que representam os pagamentos mínimos acordados em contrato. As possíveis variações nos pagamentos não podem ser estimadas e estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidas mensalmente como despesas de locação. O Grupo não reconhece contratos com vigência inferior a 12 meses e valor do ativo identificado de baixo valor. Para esses contratos a despesa com locação é reconhecida mensalmente ao longo da vigência do contrato.

	Controladora Direito de uso		Arrendamentos a pagar	
Categoria	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Imóveis	2.217	262	2.228	301
Frota	244	559	274	610
Total	**2.461**	**821**	**2.502**	**911**

Movimentação dos saldos:

	Direito de uso 2024	Direito de uso 2023	Arrendamentos a pagar 2024	Arrendamentos a pagar 2023
Saldo início do exercício	821	808	911	898
Adições e remensuração de contratos	2.633	1.138	2.633	1.138
Depreciação de arrendamentos	(664)	(1.125)	–	–
Baixas de contratos	(329)	–	(339)	–
Pagamento de principal	–	–	(703)	(1.125)
Pagamento de juros	–	–	(108)	(749)
Juros provisionados	–	–	108	749
Saldo final do exercício	2.461	821	2.502	911
Circulante		–	692	647
Não circulante	2.461	821	1.810	264
Saldo final do exercício	2.461	821	2.502	911

	Consolidado Direito de uso		Consolidado Arrendamentos a pagar	
Categoria	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Imóveis	38.647	46.659	43.478	52.263
Frota	45.152	30.847	47.223	34.516
Equipamentos	593.715	23.719	620.802	24.775
Total	**677.514**	**101.225**	**711.503**	**111.554**

Movimentação dos saldos:

	Direito de uso 2024	Direito de uso 2023	Arrendamentos a pagar 2024	Arrendamentos a pagar 2023
Saldo início do exercício	101.225	99.054	111.554	107.688
Adições e remensuração de contratos (a)	886.625	45.053	886.625	45.053
Depreciação de arrendamentos	(278.006)	(42.882)	–	–
Baixa de contratos	(32.330)	–	(33.975)	
Pagamento de principal	–	–	(252.701)	(41.187)
Pagamento de juros	–	–	(81.489)	(17.811)
Juros provisionados	–	–	81.489	17.811
Saldo final do exercício	677.514	101.225	711.503	111.554
Circulante	–	–	321.478	52.732
Não circulante	677.514	101.225	390.026	58.822
Saldo final do exercício	677.514	101.225	711.503	111.554

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora	Consolidado
2026	549	307.274
2027	491	32.274
2028	486	27.047
2029	284	22.165
Mais de cinco anos	–	1.265
Total	**1.810**	**390.025**

(a) Aumento devido ao reconhecimento dos contratos de arrendamento com a Simak Locação e Serviços S.A. com um incremento de R$701.192 e vigência contratual até 12/2026. **13. Empréstimos e financiamentos:** Política contábil: A política contábil relacionada a empréstimos e financiamentos está descrita na nota 21. O Grupo possui compromissos decorrentes de: contratos de arrendamento mercantil financeiro, contratos de empréstimos via Finame e contratos de empréstimos via CDC, relativos às aquisições de máquinas e equipamentos e veículos, com prazos que variam entre 24 a 72 meses. Em sua maioria, os contratos de arrendamento contêm cláusulas de opção de compra dos bens por valor residual de 1%. Todas as operações de financiamentos relativas às aquisições de máquinas, equipamentos e veículos, possuem como garantia o próprio bem financiado; já as demais operações de empréstimos e financiamentos são tomadas nas empresas controladas e interligadas, com aval da Companhia. O Grupo possui compromissos decorrentes de cessão de recebíveis com coobrigação onde foram antecipadas as notas fiscais a receber dos clientes de serviços já performados, e com aceite dos nossos clientes.

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Controladora 2024 Circulante	Não circulante	Total	2023 Circulante	Não circulante	Total
Arrendamento mercantil (a)	14,12% a.a.	128	–	128	411	117	528
CDC (b)	CDI + 2,65% a.a.	48	85	133	–	–	–
Total financiamentos		**176**	**85**	**261**	**411**	**117**	**528**
Total de empréstimo e financiamento		**176**	**85**	**261**	**–**	**–**	**–**

(a) O Grupo contratou arrendamentos aquisição de imobilizado. Esses arrendamentos têm opção de compra dos bens por valor residual de 1%, mas não possuem cláusulas de reajuste de preço e tem prazo de vencimento em até 10/2025. (b) Os empréstimos contratados pela modalidade CDC, são remunerados a taxa de juros de CDI + 2,65% a.a. e possuem prazo de vencimento em até 09/2027 e foram captados para financiar aquisição de imobilizado. As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos:	
13 a 24 meses	48
25 a 36 meses	37
Total	**85**

Movimentação dos Saldos:

Modalidade	2023 Saldo final	Controladora 2024 Adições	Liquidações	Despesas de juros	Juros pagos	Saldo final
Passivos de arrendamentos financeiros	528		(336)	58	(122)	128
CDC a pagar	–	141	(16)	8	–	133
Financiamento ativo imobilizado	**528**	**141**	**(352)**	**66**	**(122)**	**261**
Total	**528**	**141**	**(352)**	**66**	**(122)**	**261**

Modalidade	2022 Saldo final	Controladora 2023 Adições	Liquidações	Despesas de juros	Juros pagos	Saldo final
Passivos de arrendamentos financeiros	938	–	(501)	219	(128)	528
Total	**938**	**–**	**(501)**	**219**	**(128)**	**528**

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado 2024 Circulante	Não circulante	Total	2023 Circulante	Não circulante	Total
Arrendamento mercantil (a)	Média 14,12% a.a.	13.456	13.916	27.372	13.717	21.919	35.636
Finame (b)	Média 15,65% a.a.	26.398	7.875	34.273	20.895	24.093	44.988
CDC (c)	CDI + 2,65% A 3,64% a.a.	3.330	5.445	8.775	–	–	–
Total financiamentos		**43.184**	**27.236**	**70.420**	**34.612**	**46.012**	**80.624**
Itaú – operação 4131 (d)	USD + CDI + 1,94% a.a.	2.623	–	2.623	46.810	2.315	49.125
Citibank– operação 4131 (e)	USD + CDI + 1,94% a 2,10% a.a.	33.733	6.595	40.328	15.965	4.512	20.477
Votorantim– operação 4131 (f)	USD + CDI + 1,65% a.a.	16.575	33.483	50.058	–	–	–
Itaú – capital de giro (g)	CDI + 2,00% a.a.	30.000	–	30.000	–	–	–
Cessão de Recebíveis (j)	1,06% a 1,09% a.m.	–	–	–	16.403	–	16.403
Total de empréstimo		**82.931**	**40.078**	**123.009**	**79.178**	**6.827**	**86.005**
Total de empréstimo e financiamento		**126.115**	**67.314**	**193.429**	**113.790**	**52.839**	**166.629**

(a) O Grupo contratou arrendamentos financeiros para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm opção de compra dos bens por valor residual de 1%, mas não possuem cláusulas de reajuste de preço e tem prazo de vencimento em até 10/2029. (b) Os empréstimos contratados pela modalidade Finame possuem prazo de vencimento em até 10/2028 e foram captados para financiar a aquisição de vários itens do imobilizado. (c) Os empréstimos contratados pela modalidade CDC, são remunerados a taxa de juros de CDI + 2,65% a 3,64% a.a. e possuem prazo de vencimento em até 09/2027 e foram captados para financiar aquisição de vários itens do imobilizado. (d) Captação de operação 4131 (USD) atrelado a um contrato de *Swap* na mesma instituição financeira, com prazo de vencimento em até 02/2025. (e) Captações de operações 4131 (USD) atreladas a contratos de *Swap* na mesma instituição financeira, com prazo de vencimento em até 02/2026. (f) Captações de operações 4131 (USD) atreladas a contratos de *Swap* na mesma instituição financeira, com prazo de vencimento em até 11/2028. (g) O Grupo contratou empréstimos junto ao Banco Itaú, com prazo de vencimento em 01/2025. (j) O Grupo realizou antecipações de recebíveis junto ao Banco Votorantim, com prazo de vencimento em até 03/2024. As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos:	
13 a 24 meses	38.290
25 a 36 meses	17.291
37 a 48 meses	11.383
49 a 60 meses	350
Total	**67.314**

Modalidade	2023 Saldo final	Adições	Liquidações	Despesas de juros	Variação cambial	Juros pagos	Consolidado 2024 Saldo final
Passivos de arrendamentos financeiros	35.636	3.726	(11.815)	4.161	–	(4.336)	27.372
Finame	44.988	9.857	(22.692)	5.752	–	(3.632)	34.273
CDC	–	9.285	(1.034)	533	–	(9)	8.775
Financiamento ativo imobilizado	**80.624**	**22.868**	**(35.541)**	**10.446**	**–**	**(7.977)**	**70.420**
Empréstimos – operação 4131	69.602	95.002	(79.012)	4.768	13.509	(10.860)	93.009
Empréstimo – capital de giro	–	30.000	–	–	–	–	30.000
Cessão de Recebíveis	16.403	237.341	(248.524)	–	–	(5.220)	–
Saldo negativo – banco Itaú	–	5.978	(5.978)	–	–	–	–
Outras modalidades	**86.005**	**368.321**	**(333.514)**	**4.768**	**13.509**	**(16.080)**	**123.009**
Total	**166.629**	**391.189**	**(369.055)**	**15.214**	**13.509**	**(24.057)**	**193.429**

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/07/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Manserv Investimentos e Participações S.A.

	2022							Consolidado 2023
Modalidade	Saldo final	Adições	Liquidações	Despesas de juros	Variação cambial	Juros pagos	Alienação de investimento(a)	Saldofinal
Passivos de arrendamentos financeiros	73.056	34.420	(31.439)	13.813	–	(5.833)	(48.381)	35.636
Finame	78.426	198.255	(42.144)	28.481	–	(10.747)	(207.283)	44.988
Financiamento ativo imobilizado	**151.482**	**232.675**	**(73.583)**	**42.294**	**–**	**(16.580)**	**(255.664)**	**80.624**
Empréstimos – operação 4131	120.503	171.474	(122.809)	9.096	8.637	(6.917)	(110.382)	69.602
Empréstimo – capital de giro	55.017	251.073	(132.169)	13.239	–	(13.234)	(173.926)	–
Cessão de Recebíveis	18.432	122.313	(111.588)	2.731	–	(15.485)	–	16.403
Outras modalidades	**193.953**	**544.860**	**(366.566)**	**25.066**	**8.637**	**(35.636)**	**(284.308)**	**86.005**
Total	**345.434**	**777.535**	**(440.149)**	**67.360**	**8.637**	**(52.216)**	**(539.972)**	**166.629**

(a) Refere-se a baixa pela perda de controle ocorrida na venda de ações da Simak Locação Serviços S.A. pela controladora e controladas do Grupo Manserv em dez/23. *Covenants*: Os contratos de operação 4131 incluem cláusulas restritivas ("covenants") que exigem a manutenção da relação "Dívida Líquida/EBITDA" em níveis específicos: no Banco Citibank, inferior ou igual a 2,5 vezes, e no Banco BV, inferior ou igual a 3,0 vezes. O cálculo é realizado pela instituição financeira com base no balanço auditado. **14. Adiantamento de clientes:** Política contábil: Os adiantamentos de clientes são valores previamente acordados no início dos contratos firmados entre as partes. Os valores são registrados no momento do recebimento bancário e sua liquidação ocorre após a prestação de serviço, respeitando o cronograma de abatimentos também previamente acordado.

	2024	2023
Circulante	14.400	31.212
Não circulante	5.378	7.602
	19.778	**38.814**

15. Impostos e contribuições a recolher: Política contábil: Os impostos e contribuições são reconhecidos no resultado de acordo com sua apuração, e acrescidos de encargos monetários, multas e juros quando devidos.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
COFINS	77	78	7.289	8.980
PIS	17	17	1.583	1.946
ISS	11	(7)	2.367	1.619
IRRF – IRPJ retido na fonte sobre terceiros	780	805	11.693	11.575
INSS retido sobre faturamento	–	–	6.259	6.981
Contribuição previdenciária sobre receita bruta	–	–	11.234	9.718
Outros	64	58	3.611	2.914
Total	949	951	44.036	43.733

16. Provisão para contingências e depósitos judiciais: Política contábil: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O processo de estimativa da provisão para contingências é efetuado pela Administração com o suporte de seus assessores jurídicos. Para os processos em andamento, de naturezas trabalhista, cível e tributária, em que a opinião dos assessores jurídicos é de perda provável, o Grupo constituiu provisão, sendo está a melhor estimativa de desembolso futuro:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Trabalhistas – individuais (a)	–	29	13.639	20.902
Trabalhistas – ações coletivas (b)	–	–	4.542	5.588
Cíveis	–	–	1.947	664
Previdenciário	–	–	1.389	2.670
	–	**29**	**21.517**	**29.824**

Movimentação dos saldos:

					2024
	Trabalhistas individuais	Trabalhistas ações coletivas	Cíveis	Previdenciária	Total
Saldo em 2022	17.748	9.185	173	1.782	**28.888**
Provisões	16.936	910	649	2.600	21.095
Reversões	(13.782)	(4.507)	(158)	(1.712)	(20.159)
Saldo em 2023	20.902	5.588	664	2.670	**29.824**
Provisões	9.582	885	1.406	117	11.990
Reversões	(16.845)	(1.931)	(123)	(1.398)	(20.297)
Saldo em 2024	**13.639**	**4.542**	**1.947**	**1.389**	**21.517**

a) *Causas trabalhistas - ações individuais*: As empresas que compõem o Grupo Manserv figuram no polo passivo em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. A estimativa da provisão para essas demandas judiciais é efetuada pela Administração com o suporte de seus assessores jurídicos, baseada nas perdas prováveis atribuídas aos pedidos reclamados, a saber: diferenças salariais, indenizações, horas extras, horas à disposição, descaracterização da jornada de trabalho, adicional de função, adicional de periculosidade/insalubridade, dentre outros, os quais perfazem, consoante registrada em 31/12/2024 uma provisão de R$13.639 (R$20.902 em 31/12/2023), a qual é considerada suficiente para suportar às correspondentes indenizações. b) *Causas trabalhistas - ações coletivas*: São caracterizados por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados (ações coletivas). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista de cada categoria profissional. Segundo os advogados internos, o Grupo mantém registrada em 31/12/2024 uma provisão de R$4.542 (R$5.588 em 31/12/2023), a qual é considerada suficiente para suportar às prováveis perdas nesses processos. c) *Outras contingências*: A Administração do Grupo, suportada na opinião de seus consultores jurídicos, não constitui provisão às demandas com riscos classificados como "possível". O montante total correspondente a tais causas, dentre elas, processos trabalhistas individuais e coletivos, é de R$29.367 (R$19.453 em 31/12/2023). d) *Depósitos Judiciais*: O Grupo possui o valor contabilizado de R$685 (R$1.798 em 31/12/2023) de depósitos judiciais, correspondentes aos processos trabalhistas, cíveis e tributários apresentados no ativo não circulante. **17. Patrimônio líquido:** Capital social: O capital social de R$170.000 em 31/12/2024 e 2023, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 170 milhões de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal todas pertencentes aos acionistas, Celso Antonio Lambais e Cleusa Aparecida Guardalbem Lambais, com a mesma participação societária, pessoas físicas, domiciliadas no Brasil. Reserva legal: Constituída em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital realizado atualizado. Não foram destinados valores para reserva legal dos saldos da retenção de lucros ano base 2024 (R$1.445 em 31/12/2023). Reserva de lucros: Corresponde ao remanescente de lucro visando, principalmente, atender ao plano de investimentos da Companhia e ao reforço de capital circulante. Foram destinados para reserva de lucros o valor de R$14.088 dos saldos da reserva de capital ano base 2023. O saldo de reserva de lucros em 2024 é de R$75.605 (R$80.709 em 2023). Retenção de lucros: Os saldos da retenção de lucros ano base 2023 foram destinados para reserva de lucros o valor de R$28.984. Em 2024, não há saldo de retenção de lucros devido ao prejuízo do exercício, no valor de R$30.541. Juros sobre capital próprio: De acordo com a faculdade prevista na Lei n° 9.249/95, o Grupo calculou juros sobre capital próprio, limitados à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o exercício de 2024 no valor de R$14.007 e 2023 no valor de R$13.974. **Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina que do lucro líquido de cada exercício, após constituídas as reservas, será deduzida quantia correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas, como dividendo mínimo, ou, por proposta dos órgãos de administração, como juros sobre capital próprio, ou combinação dos dois. Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2024 e 2023, na rubrica de dividendos a pagar, juntamente com os dividendos propostos pela administração, conforme segue:

	2024	2023
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(30.541)	28.984
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido do exercício)	–	6.883
Juros sobre capital próprio (líquido de IRPJ)	(11.573)	(10.779)
Dividendos propostos	(20.000)	(86.822)

17.1. Lucro por ação: O cálculo do lucro por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, pela quantidade de ações ordinárias atribuídas aos seus detentores. A seguir cálculo do lucro por ação do exercício findo em 31/12/2024 e 2023.

	2024	2023
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(30.541)	28.984
Quantidade de ações ordinárias	170.000	170.000
(Prejuízo) lucro por ação	(0,18)	0,17

18. Receita liquida da prestação de serviços: Política contábil: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. As receitas provenientes das prestações de serviços são reconhecidas, pelo Grupo, em concordância com o contrato firmado com seus clientes, podendo ser: (a) Contrato fixo, o qual, tem como base valores e datas mensais pré-estabelecidos, (b) Contrato por medição, que tem seu valor mensal atrelado a boletim de medição dos serviços prestados e com aprovação do cliente. As receitas são apresentadas no resultado do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre as mesmas.

	Consolidado	
	2024	2023
Receita bruta	3.991.759	4.044.280
Impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB e ICMS)	(586.748)	(578.150)
Receita operacional líquida	3.405.011	3.466.130

19. Despesas por natureza: As demonstrações de resultado do consolidado são apresentadas por função. A seguir, demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

	Consolidado	
	2024	2023
Custos com materiais, locações e serviços	(529.847)	(612.115)
Depreciação	(38.085)	(108.514)
Depreciação de direito de uso em arrendamentos	(278.006)	(42.882)
Resultado na alienação de imobilizado	(1.782)	11.759
Despesas com pessoal	(2.476.873)	(2.568.710)
Outras (despesas) receitas operacionais	1.719	2.555
Total	**(3.322.874)**	**(3.317.907)**
Custos dos serviços prestados	(3.118.272)	(3.112.479)
Despesas gerais e administrativas	(199.190)	(208.851)
Despesas com vendas	(3.829)	(7.413)
Despesas com impostos e taxas	(2.763)	(3.478)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.180	14.314
Total	**(3.322.874)**	**(3.317.907)**

20. Receitas e despesas financeiras: Política contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros, descontos obtidos, atualização de impostos retidos e outras receitas financeiras. As despesas financeiras abrangem, impostos sobre operações financeiras, juros sobre empréstimos e financiamentos, multas por atraso no pagamento, descontos concedidos, despesas bancárias e despesas com contrato de fiança/financiamento. Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira, ou, despesa financeira dependendo se, as variações cambiais estão em posição de ganho ou perda líquida.

	Consolidado	
	2024	2023
Receitas financeiras		
Receitas de juros	2.169	5.200
Atualização de impostos retidos	6.314	3.825
Instrumentos financeiros derivativos (a)	21.731	–
Outras receitas financeiras	3.409	2.481
	33.623	**11.506**
Despesas financeiras		
IOF e IRRF sobre operações 4131	(1.464)	(421)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e cessão de recebíveis com coobrigação	(15.214)	(67.360)
Juros sobre arrendamentos operacionais	(81.489)	(17.811)
Juros sobre cessão de recebíveis sem coobrigação	(38.056)	(20.691)
Juros e multas por atraso no pagamento	(119)	(353)
Descontos concedidos	(261)	(689)
Despesas bancárias	(724)	(1.386)
Despesa com contrato de fiança/financiamentos	(762)	(455)
Instrumentos financeiros derivativos (a)	(27.228)	(12.506)
Variação cambial	(68)	(895)
	(165.385)	**(122.567)**
Resultado financeiro líquido	(131.761)	(111.061)

(a) Resultado com instrumentos financeiros derivativos relacionados a contratação de *Swap* na captação de empréstimos operação 4131.

	2024	2023
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	21.731	–
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(27.228)	(12.506)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(5.497)	(12.506)
Reconhecimento do contrato de *Swap*	19.457	(3.869)
Atualização da dívida	(24.954)	(8.637)
	(5.497)	**(12.506)**

21. Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros: Política contábil: O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito; risco de liquidez; risco de mercado; e risco operacional. *Gerenciamento de risco*: A Manserv Investimentos e Participações S.A. (controladora final) tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. Com base nas políticas da Manserv, foi estabelecido o Comitê de Finanças, Investimentos, Auditoria e Riscos, o qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. Visando o gerenciamento de risco, a Manserv mapeou os respectivos eventos identificando-os em uma matriz, envolvendo as diversas áreas de negócios do grupo. Para garantir a efetividade e consistência das ações mitigatórias, o Grupo busca estabelecer políticas e instrumentos de controle, que se encontram em fase de implantação. *Gestão de capital*: A política da Administração é manter uma sólida base de capital para salvaguardar a confiança do investidor, credor e mercado, e, sustentar o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, bem como, o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo da Administração é assegurar sustentabilidade do Grupo no longo prazo, resguardando sua continuidade operacional, mitigando riscos inerentes a suas atividades, de forma a sustentar sua estratégia de crescimento e retorno para os acionistas. O Grupo inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Consolidado	
	2024	2023
Empréstimos e financiamentos – Nota 13	193.429	166.629
(–) Caixa e equivalentes de caixa – Nota 3	(16.275)	(19.644)
Dívida líquida	197.154	146.985
Patrimônio líquido – Nota 17	216.195	280.743

a) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, as quais surgem principalmente dos recebíveis de clientes. O Grupo segue procedimentos de política interna na qual estabelece que todo novo cliente tem sua capacidade de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	123	615	16.275	19.644
Contas a receber de clientes	4	–	–	548.957	599.374
Retenções contratuais	9	–	–	27.951	22.132
Partes relacionadas	5	24.564	4.969	–	–
Dividendos a receber	5	25.427	17.824	–	–
Juros sobre capital próprio a receber	5	2.722	2.535	–	–
		52.836	**25.943**	**593.183**	**641.150**

A maior exposição a crédito do Grupo é o contas a receber e os valores constantes nessa rubrica são rastreados preponderantemente por contratos de longo prazo superior a 1 ano, cuja prestação de serviços é atestada pelos clientes antes do faturamento. O risco de inadimplência é baixo, sendo que o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa representa 3,46% do saldo do contas a receber de clientes de 2024. Os vencimentos dos títulos a receber estão distribuídos da seguinte forma:

	2024	2023
A vencer	482.254	536.163
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	32.585	35.287
De 31 a 60 dias	7.493	5.701
De 61 a 90 dias	2.743	4.620
De 91 a 180 dias	7.027	6.826
Acima de 181 dias	16.855	10.777
	548.957	**599.374**

O Grupo constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa por um modelo de perdas de crédito esperadas conforme CPC 48, os percentuais de perda esperada variam da seguinte forma:

A Vencer:	
matriz de migração:	de 0,20% a 0,28%;
matriz de recuperação:	de 74,33% a 93,18%.
Vencidos entre 1 a 180 dias:	
matriz de migração:	de 3,18% a 63,28%;
matriz de recuperação:	de 54,88% a 96,82%
Vencidos a mais de 180 dias:	100%

b) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que o Grupo se depara ao cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento. A Companhia realiza a gestão do contas a receber, com acompanhamento diário dos recebimentos e cobranças efetivas sob montante de R$548.957 registrados em "Contas a receber de clientes" advém de contratos de prestação de serviços, com prazo médio de recebimento de 55 dias. O Grupo possui linhas de crédito substanciais, pré-aprovadas em bancos de primeira linha nas mais variadas modalidades. Com base nos fatos apresentados o Grupo entende que possui liquidez suficiente para cumprir suas obrigações e para sustentar o crescimento dos negócios. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

						Consolidado 2024
Passivos financeiros	Nota	Valor contábil	Valor futuro	1 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos
Empréstimos e financiamentos	13	193.429	215.760	127.596	76.316	11.848
Fornecedores		236.933	236.933	236.933	–	–
Outras obrigações a pagar		13.053	13.053	13.053	–	–
Juros sobre capital próprio	5	2.471	2.471	2.471	–	–
Total		**465.886**	**467.217**	**380.053**	**76.316**	**11.848**

						Consolidado 2023
Passivos financeiros	Nota	Valor contábil	Valor futuro	1 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos
Empréstimos e financiamentos	13	166.629	170.854	116.578	38.182	16.094
Fornecedores		235.205	235.205	235.205	–	–
Outras obrigações a pagar		15.778	15.778	15.778	–	–
Juros sobre capital próprio	5	2.301	2.301	2.301	–	–
Total		**419.913**	**424.138**	**369.862**	**38.182**	**16.094**

O endividamento está composto por Empréstimos e Financiamentos, sendo 14,15% em operações de Leasing, 17,72% de Finame, 4,54% em CDC, 63,59% para capital de giro (21,39% em operações de Leasing, 27,00% de Finame, 41,77% para capital de giro e 9,84% para antecipação de recebíveis em 2023). c) Risco de mercado: O Grupo poderá incorrer em um risco de mercado em casos de desaceleração econômica que traga impacto direto para seus clientes. Nesse sentido, tal evento poderia repercutir nos negócios do Grupo, causando, num primeiro momento diminuição de margem de lucro. Para minimizar esse impacto, o Grupo tem como prática o controle firme de seus custos, buscando sempre a proteção contra a corrosão de suas margens. Em uma situação de aumento da carga tributária (impostos indiretos), o Grupo possui mecanismos contratuais de repasse. **c.1) Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade do Grupo sofrer perdas em virtude de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI. O Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições à taxa de juros ativas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI pós-fixado. O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível 2: outras técnicas para as quais todas as informações que tem efeito material sobre o valor justo reconhecido são disponíveis e podem ser observadas, diretamente ou indiretamente. Em 31/12/2024 e 2023, o Grupo possuía os seguintes instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo:

	Controladora Nível 2		Consolidado Nível 2	
	2024	2023	2024	2023
Aplicações financeiras de curto prazo	–	490	7.108	10.825
Arrendamento financeiro	128	528	27.372	35.636
Empréstimo – capital de giro		–	123.009	69.602
CDC	133	–	8.775	–

Análise de sensibilidade: Estando os instrumentos financeiros do Grupo sujeitos às oscilações do CDI, a análise de sensibilidade foi realizada considerando: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros pós fixados em 31/12/2024 seja mantido para 2025 e (ii) que o respectivo indexador anual acumulado para esta data base permaneça estável (CDI média: 10,88 % a.a.). O quadro abaixo apresenta o impacto no resultado financeiro analisado em três cenários de variação de índices CDI (i) manutenção do índice de acordo com dados do Banco Central, disponibilizado em 31/12/2024: 10,88 % a.a.; (ii) alta do índice atual em 25%; (iii) alta do índice atual em 50%; (iv) diminuição do índice atual em 25%; e (v) diminuição do índice atual em 50%.

Controladora Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I Manutenção CDI 2024	Cenário II Alta do índice em 25%	Cenário III Alta do índice em 50%	Cenário IV Diminuição do índice em 25%	Cenário V Diminuição do índice em 50%
Aplicações Financeiras	–	Variação CDI	–	–	–	–	–
Arrendamento Financeiro	128	Variação CDI	13	16	21	10	6
CDC	133	Variação CDI	13	16	21	10	7

Consolidado Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I Manutenção CDI 2024	Cenário II Alta do índice em 25%	Cenário III Alta do índice em 50%	Cenário IV Diminuição do índice em 25%	Cenário V Diminuição do índice em 50%
Aplicações Financeiras	7.108	Variação CDI	704	880	1.144	528	352
Arrendamento Financeiro	27.372	Variação CDI	2.710	3.389	4.404	2.034	1.355
CDC	8.775	Variação CDI	869	1.086	1.412	652	434
Empréstimo – capital de giro	123.009	Variação CDI	12.178	15.229	19.792	9.140	6.089

c.2) Risco de moeda (cambial) : O Grupo está sujeito ao risco cambial nas contratações de empréstimo de operação 4131 com contratações de *Swap* denominadas em moeda diferente da moeda funcional do Grupo, o Real (R$). O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível 2: outras técnicas para as quais todas as informações que tem efeito material sobre o valor justo reconhecido são disponíveis e podem ser observadas, diretamente ou indiretamente. Em 31/12/2024, o Grupo possuía os seguintes instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo:

	2024 Nível 2	2023 Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos (ativo circulante e não circulante/passivo circulante)	2.566	(5.445)

Análise de sensibilidade: Para os instrumentos financeiros derivativos do Grupo sujeitos às oscilações das taxas de moedas estrangerias foi realizada a análise de sensibilidade considerando: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2024 seja mantido para 2025. O quadro abaixo apresenta o impacto no resultado financeiro analisado em três cenários de variação: (i) manutenção do índice das taxas fixadas nos contratos de *Swap;* (ii) alta do índice atual em 25%; (iii) alta do índice atual em 50%; (iv) diminuição do índice atual em 25%; e (v) diminuição do índice atual em 50% para análise de sensibilidade no cenário provável, a Companhia segue as projeções do mercado futuro da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I Manutenção Câmbio 2024	Cenário II Alta do índice em 25%	Cenário III Alta do índice em 50%	Cenário IV Diminuição do índice em 25%	Cenário V Diminuição do índice em 50%
Instrumentos financeiros derivativos	2.566	Variação câmbio	4.100	(5.124)	(6.149)	(3.075)	(2.050)

d) Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação, buscando eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. *Instrumentos financeiros*: O Grupo classifica ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado e valor justo por meio de resultado. *Redução ao valor recuperável (impairment)*: Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: i) inadimplência ou atraso do devedor, ii) a reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condição normais, iii) indicações de que o devedor ou emissor irá entrar em processo de falência, iv) o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento e v) dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual, como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente, quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente, quanto

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/07/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Manserv Investimentos e Participações S.A.

à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução do valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração: as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores, ou, menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques, impostos a recuperar e IRPJ e CSLL diferidos, são revistos a cada data de balanço afim de verificar se há a indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou unidades geradoras de caixa (UGCs). Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente quando o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, empréstimos, financiamentos e cessão de recebíveis, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado: Os empréstimos e financiamentos são classificados como custo amortizado no reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contratados sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. A amortização dos empréstimos, financiamentos e cessão de recebíveis é pelo método da taxa de juros efetiva e a despesa de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. *Desreconhecimento*: Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge*: O Grupo contratou empréstimos em moeda estrangeira com operação 4131 que sofrem impactos de variação cambial, e visando a proteção dos fluxos de caixa foram atrelados aos contratos a contratação de *Swap*, com a finalidade de proteção. Em atendimento ao CPC 48 - Instrumentos financeiros, com objetivo de apresentar aos usuários das demonstrações financeiras as atividades de gerenciamento de risco para exposições que podem afetar o resultado e fluxos de caixas futuros, o Grupo realizou a contabilização de hedge conforme marcação de mercado. *Classificação contábil e valor justo dos instrumentos financeiros*: O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A tabela abaixo apresenta os valores contábeis e os valores justos (os quais são aproximados aos valores contábeis) dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo no balanço patrimonial em 31/12/2024 e 2023:

		Controladora		
		Valor contábil		
Saldo em 2024	**Nota**	**Valor justo por meio de resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3	123	–	123
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	13	–	20.261	20.261
Fornecedores		–	2.951	2.951
Partes relacionadas	5	–	54.760	54.760
Dividendos a pagar	5	–	5.000	5.000
Juros sobre capital próprio	5	–	2.471	2.471
Outras obrigações a pagar	–	5	5	
		123	**85.448**	**85.571**

		Controladora		
		Valor contábil		
Saldo em 2023	**Nota**	**Valor justo por meio de resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3	615	–	615
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	13	–	528	528
Fornecedores		–	2.496	2.496
Dividendos a pagar	5	–	–	–
Juros sobre capital próprio	5	–	2.301	2.301
Outras obrigações a pagar	–	29	29	
		615	**5.354**	**5.969**

		Consolidado		
		Valor contábil		
Saldo em 2024	**Nota**	**Valor justo por meio de resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3	16.275	–	16.275
Contas a receber de clientes	4	–	548.957	548.957
Retenções contratuais	9	–	27.951	27.951
Instrumentos financeiros	21	2.566	–	2.566
		18.841	**576.908**	**595.749**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	13	–	193.429	193.429
Fornecedores		–	236.934	236.934
Dividendos a pagar	5	–	5.000	5.000
Juros sobre capital próprio	5	–	2.471	2.471
Outras obrigações a pagar		–	13.052	13.052
		–	**470.887**	**470.887**

		Consolidado		
		Valor contábil		
Saldo em 2023	**Nota**	**Valor justo por meio de resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3	19.644	–	19.644
Contas a receber de clientes	4	–	599.374	599.374
Retenções contratuais	9	–	22.132	22.132
Instrumentos financeiros	21	300	–	300
		19.944	**621.506**	**641.450**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	13	–	166.629	166.629
Fornecedores		–	235.205	235.205
Dividendos a pagar	5	–	–	–
Juros sobre capital próprio	5	–	2.301	2.301
Outras obrigações a pagar		–	15.778	15.778
Instrumentos financeiros	21	–	5.745	5.745
		–	**425.658**	**425.658**

22. Seguros: A contratação dos seguros é realizada de forma global para contemplar os riscos: trabalhistas, cíveis e de danos materiais com cobertura de responsabilidade civil, profissional e danos em patrimônios para todas as Companhias do Grupo. A seguir, apresentamos o valor de cobertura em 31/12/2024 e 2023:

	2024	**2023**
Responsabilidade Civil	60.700	57.250
D&O	20.000	20.000
Danos materiais	23.000	16.504

23. Eventos subsequentes: O Conselho de Administração, em reunião realizada em 03/02/2025, elegeu o Sr. Carlos Alberto Bezerra de Moura, como Diretor-Presidente, e o Sr. Henrique dos Reis Meirelles, como Diretor Administrativo e Financeiro.

Henrique dos Reis Meirelles - *Diretor Financeiro* **Helem Helene Negri Teixeira Rodrigues** - *Contadora CRC 1SP 246496/O-4*

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **Manserv Investimentos e Participações S.A.**, São Paulo – SP. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Manserv Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28/04/2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes CRC SP-034519/O

Wallace Weberling Pereira **Contador** - CRC SP-230870/O

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

LSI Administração e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 58.034.315/0001-30

Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.313	5.895
Contas a receber de clientes	4	68.502	73.647
Estoques		485	264
Partes relacionadas	5	44.345	44.063
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6 a	6.704	4.783
Impostos a recuperar	7	186	1.034
Despesas antecipadas		724	388
Adiantamentos diversos		343	1.026
Total do ativo circulante		**125.602**	**131.100**
Não circulante			
Depósitos judiciais	13 d	54	12
Retenções contratuais	8	4.121	3.816
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 b	2.228	2.897
		6.403	6.725
Imobilizado	9	15.951	17.408
Direito de uso em arrendamentos	10	22.064	7.946
Total do ativo não circulante		**44.418**	**32.079**
Total do ativo		**170.020**	**163.179**
Passivo	**Nota**	**2024**	**2023**
Circulante			
Empréstimos e financiamentos CP	11	863	1.089
Arrendamentos a pagar	10	11.125	3.962
Fornecedores		21.946	20.629
Impostos e contribuições a recolher	12	4.122	4.201
Salários e encargos sociais		1.204	1.006
Provisão para férias		12.513	11.923
Provisão para participação nos lucros e resultados		294	367
Partes relacionadas	5	792	532
Dividendos a pagar	5	12.153	13.700
Juros sobre capital próprio	5	1.422	1.568
Outras obrigações a pagar		157	120
Total do passivo circulante		**66.591**	**59.097**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	127	900
Arrendamentos a pagar	10	12.712	4.995
Provisão para contingências	13	1.116	4.461
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 b	1.026	1.483
Total do passivo não circulante		**14.981**	**11.839**
Patrimônio líquido			
Capital social		45.000	45.000
Reserva legal		5.860	5.232
Reserva de lucros		31.383	20.469
Reserva de capital		–	(1.111)
Retenção de lucros		6.205	22.653
Total do patrimônio líquido	14	**88.448**	**92.243**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**170.020**	**163.179**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2024	2023
Receita líquida da prestação de serviços	15	320.055	354.952
Custo dos serviços prestados	16	(290.049)	(312.437)
Lucro bruto		**30.006**	**42.515**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(10.710)	(11.976)
Despesas com vendas	16	(21)	(109)
Despesas com impostos e taxas	16	(185)	(210)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	407	284
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**19.497**	**30.504**
Receitas financeiras	17	656	2.820
Despesas financeiras	17	(4.000)	(3.407)
Resultado financeiro líquido		**(3.343)**	**(587)**
Equivalência Patrimonial		–	866
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**16.153**	**30.783**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	6 c	(3.386)	(6.511)
Diferido	6 b	(212)	(1.619)
Lucro líquido do exercício		**12.555**	**22.653**
Lucro por ação			
Lucro por ação – (em R$)	14.1	0,28	0,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	12.555	22.653
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes	**12.555**	**22.653**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Aumento de Capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de capital	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.000	4.099	54.166	–	9.407	–	112.674
Constituição de reserva legal	–	1.133	(1.133)	–	–	–	–
Destinação para reserva de lucros	–	–	9.407	–	(9.407)	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	22.653	22.653
Destinação dos lucros							
Transações com acionistas	–	–	–	(1.111)	–	–	(1.111)
Dividendos	–	–	(35.406)	–	–	–	(35.406)
Juros sobre capital próprio	–	–	(6.567)	–	–	–	(6.567)
Retenção de lucros	–	–	–	–	22.653	(22.653)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**45.000**	**5.232**	**20.469**	**(1.111)**	**22.653**	**–**	**92.243**
Constituição de reserva legal	–	628	(628)	–	–	–	–
Destinação para reserva de lucros	–	–	22.653	–	(22.653)	–	–
Destinação para reserva de capital	–	–	(1.111)	1.111	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	12.555	12.555
Destinação dos lucros							
Dividendos	–	–	(10.000)	–	–	–	(10.000)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(6.350)	–	(6.350)
Retenção de lucros	–	–	–	–	12.555	(12.555)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**45.000**	**5.860**	**31.383**	**–**	**6.205**	**–**	**88.448**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		12.556	22.653
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	9	3.477	4.851
Depreciação de arrendamentos	10	11.853	3.254
Juros e variações monetárias líquidas	11	208	792
Juros sobre arrendamentos	10	3.326	1.210
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 b	212	1.619
Despesas com imposto de renda e contribuição social	6 c	3.386	6.511
Equivalência patrimonial		–	(867)
Resultado nas alienações de imobilizado	9	(265)	(325)
Resultado nas baixas de arrendamento	10	(64)	–
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4	669	(4.351)
Provisão para participação nos lucros e resultados		(74)	368
Reversão para contingências	13	(3.344)	417
		31.940	36.133
(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:			
Contas a receber de clientes		4.477	18.628
Estoques		(221)	(264)
Partes relacionadas		(22)	(13.069)
Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar		(3.980)	(382)
Despesas antecipadas		(336)	828
Adiantamentos diversos		680	(918)
Depósitos judiciais		(42)	(10)
Retenções contratuais		(305)	(1.867)
Acréscimo ou (decréscimo) de passivos:			
Fornecedores		1.320	(3.266)
Impostos e contribuições a recolher		(1.032)	(734)
Salários e encargos sociais		197	(391)
Provisão para férias		590	(3.684)
Provisão para participação nos lucros e resultados		–	(495)
Outras obrigações a pagar		36	74
Impostos pagos sobre o lucro		(478)	(453)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		32.824	30.129
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de investimentos		–	(409)
Alienação de imobilizado	9	2.271	3.640
Aquisições de ativo imobilizado	2 f	(5.231)	(5.193)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.960)	(1.962)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos	11	–	7.528
Pagamento de empréstimos e financiamentos	11	–	(11.953)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	11	–	(247)
Pagamentos de arrendamentos	10	(11.029)	(3.461)
Juros pagos sobre arrendamentos	10	(3.326)	(845)
Dividendos pagos	5	(11.547)	(6.300)
Juros sobre capital próprio pagos	5	(5.544)	(10.824)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(31.446)	(26.102)
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		(1.582)	2.065
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3	5.895	3.830
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	3	4.313	5.895
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		(1.582)	2.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional – A LSI Administração e Serviços S.A. ("Companhia" ou "LSI") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.511, Conjunto 71, Sala 4, Cidade de Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, cujo objetivo é a prestação de serviços de manutenção e conservação de ativos físicos prediais tais como edifícios corporativos, shopping centers, hospitais, edificações industriais e aeroportos. Além de manutenção dos componentes estruturais, hidráulicos, elétricos, ar condicionado e acessórios de edificações, as empresas executam limpeza social e industrial, preservação de áreas externas como jardins e vias de acesso, bem como atividades de apoio, administração de recepção, mensageria e portaria, projetos e execução de layouts, gerenciamento de atividades de terceiros e administração de compras de materiais e serviços relacionados. Os referidos serviços são prestados em diversos Estados da Federação. A Companhia faz parte do Grupo Manserv que tem como holding a Manserv Investimentos e Participações S.A., também domiciliada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.511, Conjunto 71, Sala 1, Cidade de Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As demonstrações financeiras da Companhia para exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 30 de abril de 2025. **1.2 Relação das entidades investidas:** Em março de 2022 a Companhia participou do investimento da Simak Locação Serviços S.A. com aporte inicial e em outubro de 2022 e novembro de 2023 realizou integralização de capital com bens, direitos e obrigações, com as demais coligadas do grupo. Em dezembro de 2023 a Companhia vendeu sua participação societária na Simak. **Simak Locação Serviços S.A. –** Locadora de máquinas e veículos para carga, descarga, manipulação de materiais, tais como pás-carregadeiras, empilhadeiras, escavadeiras, inclusive equipamentos pesados para terraplanagem, pavimentação, construção e demolição, máquinas e equipamentos agrícolas, sem operador, veículos de transporte rodoviário de cargas, mercadorias e produtos de terceiros em geral, máquinas e equipamentos industriais e comerciais sem operador e gerenciamento e gestão de ativos. Os referidos serviços são prestados em diversos Estados da Federação. **2. Base de preparação – a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os princípios contábeis em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia tem divulgado todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. **b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:** A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e as taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na nota explicativa 4. **Ativo fiscal diferido:** É reconhecido ativo diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos, a compensação dos prejuízos fiscais acumulados é restrito ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide nota explicativa 6 b). **Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. **Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia determina taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar em um financiamento, caso adquirisse o bem locado como novo. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis quando disponíveis as informações estão divulgadas na nota explicativa 10. **Provisões para riscos contingentes cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões ou informações adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A nota explicativa 13 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. **e) Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **e.1) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando mensurada de forma confiável e no cumprimento de suas obrigações vinculadas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida e impostos ou encargos sobre os serviços prestados. **e.2) Operações de arrendamento mercantil:** No começo de um contrato a Companhia define se um contrato ou conjunto de contratos é ou contém um arrendamento mercantil financeiro quando: (i) o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado e (ii) o contrato contém direito de utilização do ativo. Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro. Essas transações são registradas como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento. **e.3) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido. **e.4) Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As operações efetuadas junto a clientes e fornecedores não possuem vencimentos relevantes, não havendo necessidade de se efetuar ajuste a valor presente destes. Os valores contabilizados relativos a empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil estão registrados a valor presente. **e.5) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação legal, ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **e.6) Tributos sobre as vendas:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **e.7) Distribuição de lucros:** A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a ser distribuídos, sendo a mensuração ao valor justo reconhecida diretamente no patrimônio líquido. No momento da distribuição de ativos sem desembolso de caixa, eventual diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado. **e.8) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **e.9) Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **f) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)** As informações anuais dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC). Os efeitos no caixa que não afetaram a DFC estão apresentados como informação suplementar abaixo:

	2024	2023
Aquisições de ativo imobilizado – Nota 9	(4.024)	(4.460)
Captações de Finame/Leasing no exercício – Nota 11	–	1.156
Pagamentos de Finame/Leasing no exercício – Nota 11	(1.207)	(1.889)
Caixa pago pela aquisição de ativos	(5.231)	(5.193)

2.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (Primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Caixa e equivalentes de caixa – Política contábil:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

	2024	2023
Caixa e bancos	509	690
Aplicações financeiras	3.804	5.205
Total	**4.313**	**5.895**

Os saldos das contas bancárias são aplicados ao final de cada dia de acordo com as seguintes premissas de resgate: menor risco, liquidez diária e rendimento atrelado ao CDI. Para operações de prazo menor que 30 dias, utilizam-se operações compromissadas de bancos de primeira linha, remuneradas a taxa de 85% a 97% a.a. do CDI com isenção de IOF (79% a 97% a.a. do CDI em 2023). **4. Contas a receber de clientes – Política contábil:** As contas a receber de clientes são registradas pela receita faturada, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. As contas a receber não são registradas pelo seu valor presente, considerando que a Companhia avaliou que eventuais ajustes não seriam materiais em relação às demonstrações financeiras. Contas a receber a faturar refere-se ao direito reconhecido em troca dos serviços prestados aos clientes. A Companhia atua fornecendo serviços a clientes antes que o cliente pague a contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, logo as receitas a faturar são reconhecidas pela contraprestação que é condicional. Para os serviços prestados em que os clientes ainda não aprovaram a medição no final do período, a receita é reconhecida com base em estimativas ou medições internas. Após a conclusão dos serviços e aceitação pelos clientes, o valor reconhecido como contas a receber a faturar é reclassificado para contas a receber – serviços. A Companhia constituiu a provisão para crédito de liquidação duvidosa por um modelo de "perdas de crédito esperadas". A análise é realizada trimestralmente. O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes da Companhia é de 77 dias em 2024 (75 dias em 2023).

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/07/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

LSI Administração e Serviços S.A.

	2024	2023
Contas a receber – serviços	49.031	49.572
Contas a receber – a faturar	21.719	26.685
Subtotal	**70.750**	**76.257**
Créditos a identificar	(310)	(1.341)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.938)	(1.269)
Total	**68.502**	**73.647**

Movimentação da provisão para perda de liquidação duvidosa:

	Valor
Em 31 de março de 2022	(5.621)
Provisões	(2.463)
Reversões	6.815
Em 31 de março de 2023	**(1.269)**
Provisões	(1.639)
Reversões	970
Em 31 de março de 2024	**(1.938)**

5. Partes relacionadas – Política contábil: Despesas gerais e administrativas: A prestação dos serviços em caráter exclusivo pela Manserv Investimentos e Participações S.A. ("Controladora") para a Companhia, dos serviços administrativos corporativos, gestão administrativa, serviços de informática, serviços de gestão de suprimentos, serviços contábeis, serviços financeiros, serviços jurídicos, serviços de administração de pessoal, serviços de engenharia e marketing institucional são ressarcidos mensalmente pela Companhia. **Partes relacionadas a pagar/receber:** Refere-se a concessão sucessiva e recíproca de créditos e débitos entre as partes através de lançamentos incorrentes de valores em moeda corrente nacional. A Manserv Investimentos e Participações S.A. ("Controladora") detém o controle da Companhia com 99,99% do capital. As transações entre a Controladora e a Companhia são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes. As operações com fornecedores realizadas entre partes relacionadas são efetuadas em condições de preço, taxa de juros, prazos e condições definidas entre as partes.

	2024	2023
Despesas gerais e administrativas (a)		
Manserv Investimentos e Participações S.A.	8.454	7.139
Despesas locação de equipamentos (b)		
Simak Locação e Serviços S.A.	10.326	7.957
Despesas locação de imóveis (c)		
C3 Administração de Bens e Participações Ltda	997	976
Despesas gestão de saúde (d)		
GRS Núcleo de Saúde Empresarial Ltda	1.944	2.128
Partes relacionadas a pagar (e)		
Manserv Investimentos e Participações S.A.	792	532
Partes relacionadas a receber (f)		
Manserv Montagem e Manutenção S.A.	44	–
LSI Logística S.A.	152	–
Manserv Facilities Ltda.	44.149	44.063
Subtotal	**44.345**	**44.063**
Dividendos a pagar		
Manserv Investimentos e Participações S.A.	12.153	13.700
Juros sobre capital próprio a pagar		
Manserv Investimentos e Participações S.A.	1.422	1.568
Fornecedores (g)		
Simak Locação e Serviços S.A.	2.001	2.644
C3 Administração de Bens e Participações Ltda	83	83
GRS Núcleo de Saúde Empresarial Ltda	425	238
Total	**2.509**	**2.965**

(a) Referem-se substancialmente a despesas administrativas cobradas pela controladora como salários de funcionários, seguros e outras em benefício da Companhia (b) Referem-se a despesas com locação de equipamentos e veículos com a empresa Simak Locação Serviços S.A. (c) Referem-se a despesas com locação de imóveis com a empresa C3 Administração de Bens e Participações Ltda. (d) Referem-se a despesas com gestão de saúde com empresa GRS Núcleo de Saúde Empresarial Ltda. (e) Referem-se substancialmente a reembolso de despesas administrativas incorridas pela controladora como salários e funcionários, seguros e outras. (f) Referem-se substancialmente a transações de caixa entre as Companhias (g) Referem-se a locações de máquinas e equipamentos, locação de imóveis e gestão de saúde. **Movimentação dos dividendos a pagar**

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	13.700	–
Dividendos propostos	10.000	35.406
Dividendos pagos	(11.547)	(6.300)
Dividendos pagos mediante a dação em pagamento	–	(15.406)
Saldo em 31 de dezembro	12.153	13.700

Movimentação dos juros sobre capital próprio a pagar

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	1.568	6.810
Juros sobre capital próprio apropriados (nota 14)	5.398	5.582
Juros sobre capital próprio pagos	(5.544)	(10.824)
Saldo em 31 de dezembro	1.422	1.568

6. Imposto de renda e contribuição social – Política contábil: Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto de renda corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, ou, em outros resultados abrangentes. **Imposto de renda e contribuição social – correntes:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Imposto de renda e contribuição social – diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2024	2023
Imposto de renda	4.081	1.897
Contribuição social	2.623	2.886
Total	**6.704**	**4.783**

Referem-se ao excesso de retenção de imposto de renda e contribuição social nas notas fiscais por nossos clientes, gerando saldo negativo para compensação de impostos futuros a partir da apuração de 2025. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2024	2023
Ativo não circulante		
Provisões para participação nos lucros e resultados	100	125
Provisão para contingências	380	1.514
Provisão de despesas	487	272
Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	658	432
Depreciação sobre bens do ativo imobilizado	–	208
Arrendamentos	603	346
Total	**2.228**	**2.897**
Passivo não circulante		
Depreciação sobre bens do ativo imobilizado	(21)	–
Arrendamento financeiro	(1.005)	(1.483)
Total	**(1.026)**	**(1.483)**
Diferido líquido	1.202	1.414

Reconciliação patrimonial do imposto de renda e a contribuição social diferidos:

	2024	2023
Em 1º de janeiro	1.414	3.031
Despesa (receita) de imposto reconhecida no resultado	(212)	(1.619)
Tributos diferidos transferidos Simak	–	2
Em 31 de dezembro	1.202	1.414

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. Com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, a Companhia demonstra para 31 de dezembro de 2024 que o imposto de renda e contribuição social diferido, o qual prevê a seguinte realização:

Ano realização	**Valor**
2025	1.765
2026	296
2027	69
2028	49
2029	46
Mais de cinco anos	3
Total	**2.228**

c) Imposto de renda e contribuição social corrente: Reconciliação para a taxa efetiva: A diferença da alíquota de imposto efetiva em relação a alíquota nominal foi causada pelos seguintes fatores:

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	16.153	30.783
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Expectativa débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(5.492)	(10.466)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):		
JCP	2.159	2.233
Outras adições permanentes, líquidas	(382)	(193)
Incentivos fiscais	93	273
Outros – Adicional 10%	24	24
Débito de imposto de renda e contribuição social	**(3.598)**	**(8.129)**
Corrente	(3.386)	(6.511)
Diferido	(212)	(1.619)
Total	**(3.598)**	**(8.130)**
Taxa efetiva	**22,27%**	**26,41%**

7. Impostos a recuperar – Política contábil: Os créditos relativos a impostos retido sobre o faturamento são oriundos de valores de retenções efetuadas pelos nossos clientes sobre as nossas notas fiscais de prestação de serviço.

	2024	2023
INSS retido sobre o faturamento	–	725
Outros	186	309
Total	**186**	**1.034**

8. Retenções contratuais – Política contábil: Referem-se a retenções previstas em contrato de prestação de serviços, com percentual pré-definido entre 1,00% e 6,62%, efetuadas por clientes no ato do pagamento das notas fiscais, com a finalidade de garantir pagamentos de verbas trabalhistas, inclusive verbas rescisórias durante a vigência do contrato e ao término do contrato de prestação de serviços esses valores são reembolsados, após o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas da Companhia com seus colaboradores. Os vencimentos das retenções contratuais estão distribuídos da seguinte forma:

	2024	2023
A vencer		
De 31 a 60 dias	–	397
De 61 a 90 dias	–	466
De 91 a 180 dias	900	–
Acima de 181 dias	377	1.103
Vencido(*)		
De 01 a 30 dias	1.002	–
De 31 a 60 dias	1.815	720
De 91 a 180 dias	27	368
Acima de 181 dias	–	762
Total	**4.121**	**3.816**

9. Imobilizado – Política contábil: O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças sobressalentes substituídas são baixados e registrados na conta do resultado do exercício. Todos reparos de manutenção preventiva ou corretiva efetuados nos ativos imobilizados são lançados em contrapartida no resultado do exercício, quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando-se o método linear onde a depreciação é reconhecida no resultado do exercício. As taxas de depreciação utilizadas para os ativos imobilizados da Companhia são determinadas de acordo com a avaliação da vida útil dos ativos imobilizados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos pelo menos uma vez ao ano, havendo alteração o valor é ajustado nas contas do resultado do exercício de forma prospectiva. **Revisão da vida útil:** Conforme estabelecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a vida útil dos ativos imobilizados da Companhia são reavaliadas anualmente. A estimativa da vida útil foi embasada nos processos de coleta de informações, realizadas pela área de engenharia da Companhia, as premissas relevantes para o cálculo da vida útil e o valor recuperável do bem foram consideradas e após a estimativa da vida útil do bem, estimou-se a vida remanescente dos ativos através da utilização da metodologia de depreciação linear. Cada um dos bens que fez parte da análise possui uma vida transcorrida até a data de referência. Ao longo desse período os ativos imobilizados mantem condições operacionais que estão fundamentalmente compostas pelo uso que foi dado ao bem e pela manutenção que este recebeu ao longo da sua vida útil. Este histórico operacional está diretamente relacionado com o estado de conservação do bem e este por sua vez diretamente relacionado com a expectativa de sobrevida que possa ter. Existem outras variáveis que têm impacto sobre os prognósticos de vidas úteis remanescentes tais como os graus de obsolescência em todas suas formas e também os programas de substituição de equipamentos que possa haver. Os prognósticos de vida útil remanescente para cada bem das classes de máquinas e equipamentos e veículos foram estabelecidos em função dos seguintes parâmetros: (a) Idade cronológica; (b) Estado de conservação física; (c) Condições de operação; (d) Condições de manutenção; (e) Graus de obsolescência; (f) Programas de substituição. Todos os fatores indicados foram considerados para determinação final quanto ao prognóstico de vida útil remanescente. **Arrendamentos de ativos:** O valor residual do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2024 foi de R$3.243 (R$5.191 em 31 de dezembro de 2023). **Alienação de imobilizado:** Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso, ocorridas nas seguintes situações: venda direta, venda por leilão, venda entre coligadas, furto, sinistro, roubo e no momento do inventário físico. Eventual ganho ou perda resultante da alienação de imobilizado são consideradas no resultado conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Valor de venda	2.271	3.640
Valor de baixa do ativo imobilizado	(1.791)	(2.606)
Baixa residual – Inventário	(214)	(709)
Total	**266**	**325**

Movimentação dos saldos

Custo	2022	2023				2024		
	Custo	Adições	Baixas	Simak (a)	Custo	Adições	Baixas	Custo
Instalações	43	6	–	–	49	56	(25)	80
Ferramentas	1.657	73	(248)	–	1.482	103	(282)	1.303
Máquinas e equipamentos	32.180	3.803	(5.478)	(688)	29.817	2.982	(4.594)	28.205
Equipamentos de informática	5.424	229	(457)	(1.400)	3.796	343	(967)	3.172
Móveis e utensílios	253	75	(79)	–	249	196	(38)	407
Veículos	1.692	274	(804)	(176)	985	156	(556)	586
Outros	1.413	–	(13)	(4)	1.395	188	(26)	1.557
Total	**42.661**	**4.460**	**(7.079)**	**(2.268)**	**37.773**	**4.024**	**(6.488)**	**35.310**

Depreciação acumulada		2022	2023			2024		
	Taxa	Depreciação	Adições	Baixas	Simak (a)	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Instalações	10% a 20%	–	(3)	–	–	(3)	(1)	2	(2)
Ferramentas	10% a 20%	(780)	(149)	170	–	(760)	(112)	108	(764)
Máquinas e equipamentos	10% a 20%	(15.899)	(2.913)	2.530	140	(16.143)	(2.457)	3.452	(15.148)
Equipamentos de informática	10% a 25%	(1.887)	(890)	305	363	(2.109)	(598)	622	(2.085)
Móveis e utensílios	10% a 20%	(99)	(26)	38	–	(87)	(46)	27	(106)
Veículos	11% a 50%	(670)	(240)	708	33	(169)	(179)	250	(98)
Outros		(476)	(630)	12	–	(1.094)	(84)	22	(1.156)
		(19.811)	**(4.851)**	**3.763**	**536**	**(20.365)**	**(3.477)**	**4.483**	**(19.359)**
Imobilizado líquido		**22.850**				**17.408**			**15.951**

(a) Em outubro de 2022 e novembro de 2023, respectivamente foi realizada a integralização via aporte de capital na Simak Locação Serviços S.A. com ativos imobilizados. **10. Direito de uso em arrendamentos e Arrendamentos a pagar – Política contábil:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso é mensurado inicialmente pelo seu valor de custo ajustado a valor presente, e posteriormente pelo custo menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelos pagamentos remanescentes dos contratos ajustados a valor presente, com a utilização da taxa de juros incremental. A taxa incremental é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar em um financiamento, caso adquirisse o bem locado como novo. A Companhia utilizou como componente de custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos, que representam os pagamentos mínimos acordados em contrato. As possíveis variações nos pagamentos não podem ser estimadas e estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidas mensalmente como despesas de locação. A Companhia não reconhece contratos com vigência inferior a 12 meses e valor do ativo identificado de baixo valor. Para esses contratos a despesa com locação é reconhecida mensalmente ao longo da vigência do contrato.

	2024	2023	2024	2023
Categoria	**Direito de uso**		**Arrendamentos a pagar**	
Imóveis	3.241	4.685	3.905	5.406
Frota	1.720	1.896	1.831	2.157
Equipamentos	17.103	1.365	18.100	1.394
Total	**22.064**	**7.946**	**23.836**	**8.957**

Movimentação dos saldos

	Direito de uso		Arrendamentos a pagar	
	2024	2023	2024	2023
Saldo início do exercício	7.946	7.930	8.957	8.783
Adições e remensuração de contratos (a)	27.374	3.270	27.374	3.270
Baixas de contratos	(1.403)	–	(1.467)	–
Depreciação de arrendamentos	(11.853)	(3.254)	–	–
Pagamento de principal	–	–	(11.027)	(3.461)
Pagamento de juros	–	–	(3.326)	(845)
Juros provisionados	–	–	3.326	1.210
Saldo final do exercício	**22.064**	**7.946**	**23.837**	**8.957**
Circulante			11.125	3.962
Não circulante	22.064	7.946	12.712	4.995
Saldo final do exercício	22.064	7.946	23.837	8.957

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano	**Valor**
2026	10.391
2027	910
2028	705
2029	706
Total	**12.712**

(a) Aumento devido ao reconhecimento dos contratos de arrendamento com a Simak Locação e Serviços S.A. com um incremento de R$25.249 e vigência contratual até 12/2026. **11. Empréstimos e financiamentos – Política contábil:** A política contábil relacionada a empréstimos e financiamentos está descrita na nota 18. A Companhia possui compromissos decorrentes de: Arrendamento mercantil financeiro e contratos de empréstimos via Finame, relativos às aquisições de máquinas e equipamentos e veículos, com prazos que variam de 24 a 60 meses. Em sua maioria, os contratos de arrendamento contêm cláusulas de opção de compra dos bens por valor residual de 1%. Todas as operações de financiamentos relativas às aquisições de máquinas, equipamentos e veículos, possuem como garantia o próprio bem financiado; já as demais operações de empréstimos e financiamentos são tomadas nas empresas Controladas, com aval da Controladora.

Modalidade	**Encargos financeiros anuais**	**12/2024**			**12/2023**		
		Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Arrendamento mercantil (a)	CDI + 4,04% a.a.	160	127	287	565	264	829
Finame (b)	SELIC + 3,04 a.a.	703	–	703	524	636	1.160
Total		**863**	**127**	**990**	**1.089**	**900**	**1.989**

(a) A Companhia contratou arrendamentos financeiros para aquisição de imobilizado. Esses arrendamentos têm opção de compra dos bens por valor residual de 1%, mas não possuem cláusulas de reajuste de preço com prazo de vencimento em 09/2026. (b) Os empréstimos contratados pela modalidade Finame com prazo de vencimento em 12/2025. As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos	**Valor**
13 a 24 meses	127
Total	127

Movimentação dos saldos

	2023					2024
Modalidade	**Saldo final**	**Adições**	**Liquidações**	**Despesas de juros**	**Juros pagos**	**Saldo final**
Passivos de arrendamentos financeiros	829	–	(486)	77	(133)	287
Finame	1.160	–	(520)	131	(68)	703
Financiamento ativo imobilizado	1.989	–	(1.006)	208	(201)	990
	2022					**2023**
Modalidade	**Saldo final**	**Adições**	**Liquidações**	**Despesas de juros**	**Juros pagos**	**Saldo final**
Passivos de arrendamentos financeiros	2.315	–	(1.610)	364	(241)	829
Finame	30	1.156	(31)	13	(7)	1.160
Financiamento ativo imobilizado	2.346	1.156	(1.641)	377	(248)	1.989
Empréstimos – capital de giro	4.257	–	(4.257)	217	(217)	–
Antecipação de Recebíveis – Banco Votorantim	–	7.528	(7.696)	198	(30)	–
Outras modalidades	4.257	7.528	(11.953)	415	(247)	–
Total	**6.603**	**8.684**	**(13.594)**	**792**	**(495)**	**1.989**

12. Impostos e contribuições a recolher – Política contábil: Os impostos e contribuições são reconhecidos no resultado de acordo com sua apuração, e acrescidos de encargos monetários, multas e juros quando devidos.

Item	2024	2023
COFINS	514	585
PIS	112	125
ISS	331	362
IRRF – Imposto de renda retido na fonte sobre terceiros	206	270
INSS retido sobre faturamento	2.510	2.187
Outros	449	672
Total	**4.122**	**4.201**

13. Provisão para contingências e depósitos judiciais – Política contábil: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O processo de estimativa da provisão para contingências é efetuado pela Administração com o suporte de seus assessores jurídicos. Para os processos em andamento, de naturezas trabalhista, cível e tributária, em que a opinião dos assessores jurídicos é de perda provável, a Companhia constituiu provisão, sendo está a melhor estimativa de desembolso futuro:

Item	2024	2023
Trabalhistas – individuais (a)	531	3.933
Trabalhistas – ações coletivas (b)	–	14
Cíveis	585	504
Previdenciário	–	10
Total	**1.116**	**4.461**

Movimentação dos saldos

Item	Trabalhistas individuais	Trabalhistas ações coletivas	Cíveis	Previdenciária	2024 Total
Saldo em 2022	**3.975**	**9**	**60**	**–**	**4.044**
Provisões	2.297	14	504	10	2.825
Reversões	(2.339)	(9)	(60)	–	(2.408)
Saldo em 2023	**3.933**	**14**	**504**	**10**	**4.461**
Provisões	940	3	81	–	1.024
Reversões	(4.342)	(17)	–	(10)	(4.369)
Saldo em 2024	**531**	**–**	**585**	**–**	**1.116**

a) Causas trabalhistas – ações individuais: A Companhia figura no polo passivo em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. A estimativa da provisão para essas demandas judiciais é efetuada pela Administração com o suporte de seus assessores jurídicos, baseada nas perdas prováveis atribuídas aos pedidos reclamados, a saber: diferenças salariais, indenizações, horas extras, horas à disposição, descaracterização da jornada de trabalho, adicional de função, adicional de periculosidade/insalubridade, dentre outros, os quais perfazem, consoante registrado em 31 de dezembro de 2024 uma provisão de R$531 (R$ 3.933 em 31 de dezembro de 2023), a qual é considerada suficiente para suportar às correspondentes indenizações. **b) Causas trabalhistas – ações coletivas:** São caracterizados por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados (ações coletivas). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista de cada categoria profissional. Segundo os advogados internos, a Companhia mantém registrada em 31 de dezembro de 2024 uma provisão de R$0 (R$14 em 31 de dezembro de 2023), a qual é considerada suficiente para suportar às prováveis perdas nesses processos. **c) Outras contingências possíveis:** A Administração da Companhia, suportada na opinião de seus consultores jurídico, não constitui provisão as demandas com riscos classificados como "possível". O montante total correspondente a tais causas, dentre elas processos trabalhistas individuais e coletivos é de R$3.752 (R$3.021 em 31 de dezembro de 2023). **d) Depósitos judiciais:** A Companhia possui o valor contabilizado de R$54 (R$12 em 31 de dezembro de 2023) de depósitos judiciais, correspondentes aos processos trabalhistas, cíveis e tributários apresentados no ativo não circulante. **14. Patrimônio líquido – Capital social:** O capital social de R$45.000 em 31 de dezembro de 2024 (R$45.000 em 31 de dezembro de 2023), totalmente subscrito e integralizado, é representado por 45 milhões (45 milhões em 31 de dezembro de 2023) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal todas pertencentes à Manserv Investimentos e Participações S.A. **Reserva legal:** Constituída em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital realizado atualizado. Foram destinados para reserva legal o valor de R$628 dos saldos da retenção de lucros ano base 2024 (R$1.133 em 31 de dezembro de 2023). **Reserva de lucros:** Corresponde ao remanescente de lucro visando, principalmente, atender ao plano de investimentos da Companhia e ao reforço de capital circulante. Foram destinados para reserva de lucros o valor de R$1.111 dos saldos da reserva de capital. **Retenção de lucros:** Os saldos da retenção de lucros ano base 2022 foram destinados para reserva de lucros o valor de R$9.407. Os saldos da retenção de lucros ano base 2023 foram destinados para reserva de lucros o valor de R$22.653. O saldo de reserva de lucros em 2024 é de R$31.383 (R$20.469 em 2023). **Juros sobre capital próprio:** De acordo com a faculdade prevista na Lei no 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre capital próprio, limitados à variação pro-rata die da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP para o exercício de 2024 o valor de R$6.350 e 2023 no valor de R$6.567. **Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina que do lucro líquido de cada exercício, após constituídas as reservas, será deduzida quantia correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas, como dividendo mínimo, ou, por proposta dos órgãos de administração, como juros sobre capital próprio, ou combinação dos dois. Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2024 e 2023 na rubrica de dividendos a pagar, conforme segue:

Item	2024	2023
Lucro líquido do exercício	12.555	22.653
Reserva legal	628	1.133
Base de cálculo para dividendos	11.927	21.520
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido do exercício)	–	5.380
Juros sobre capital próprio (líquido de imposto de renda)	(5.398)	(5.582)
Dividendos propostos	10.000	35.406

14.1. Lucro por ação: O cálculo do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade de ações ordinárias atribuídas aos seus detentores. A seguir cálculo do lucro por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Item	2024	2023
Lucro líquido do exercício	12.555	22.653
Quantidade de ações ordinárias	45.000	45.000
Lucro por ação	0,28	0,50

Não ocorreram transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações financeiras. **15. Receita líquida da prestação de serviços – Política contábil:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/07/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação **LSI Administração e Serviços S.A.**

ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. As receitas provenientes das prestações de serviços são reconhecidas, pela Companhia, em concordância com o contrato firmado com seus clientes, podendo ser: (a) Contrato fixo, o qual, tem como base valores e datas mensais pré-estabelecidos; (b) Contrato por medição, que tem seu valor mensal atrelado a boletim de medição dos serviços prestados e com aprovação do cliente. As receitas são apresentadas no resultado do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre as mesmas.

Item	2024	2023
Receita bruta	370.388	409.646
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(50.333)	(54.694)
Receita operacional líquida	**320.055**	**354.952**

16. Despesas por natureza – As demonstrações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

Item	2024	2023
Custos com materiais, locações e serviços	(52.752)	(63.265)
Depreciação	(3.477)	(4.851)
Depreciação de direito de uso em arrendamentos	(11.853)	(3.254)
Resultado na alienação de imobilizado	266	325
Despesas com pessoal	(232.847)	(253.253)
Outras despesas operacionais	(105)	(150)
Total	**(300.558)**	**(324.448)**

Detalhamento por função:

Item	2024	2023
Custos dos serviços prestados	(290.049)	(312.437)
Despesas gerais e administrativas	(10.710)	(11.976)
Despesas com vendas	(21)	(109)
Despesas com impostos e taxas	(185)	(210)
Outras receitas operacionais, líquidas	407	284
Total	**(300.558)**	**(324.448)**

17. Receitas e despesas financeiras – Política contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros, descontos obtidos, atualização de impostos retidos e outras receitas financeiras. As despesas financeiras abrangem, impostos sobre operações financeiras, juros sobre empréstimos e financiamentos, multas por atraso no pagamento e despesas bancárias. Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira, ou, despesa financeira dependendo se, as variações cambiais estão em posição de ganho ou perda líquida.

Item	2024	2023
Receitas financeiras		
Receitas de juros	253	1.453
Atualização de impostos retidos	186	906
Outras receitas financeiras	–	461
Variação cambial	217	–
Subtotal	**656**	**2.820**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(208)	(792)
Juros sobre arrendamentos operacionais	(3.326)	(1.210)
Juros e multas por atraso no pagamento	(21)	(28)
Juros sobre cessão de recebíveis sem coobrigação	(320)	(455)
Descontos concedidos	(18)	(84)
Despesas bancárias	(68)	(194)
Despesa com contrato de fiança/financiamento	–	(18)
Variação cambial	(39)	(626)
Subtotal	**(4.000)**	**(3.407)**
Resultado financeiro líquido	**(3.344)**	**(587)**

18. Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros – Política contábil: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito; risco de liquidez; risco de mercado; e risco operacional. **Gerenciamento de risco:** A Manserv Investimentos e Participações S.A. (Controladora da Companhia) tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Com base nas políticas da Controladora, foi estabelecido o Comitê de Finanças, Investimentos, Auditoria e Riscos, o qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Visando o gerenciamento de riscos, a Controladora mapeou os respectivos eventos identificando-os em uma matriz, envolvendo as diversas áreas de negócios do grupo. Para garantir a efetividade e consistência das ações mitigatórias, a Companhia busca estabelecer políticas e instrumentos de controles, que se encontram em fase de implantação. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para salvaguardar a confiança do investidor, credor e mercado, e, sustentar o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, bem como, o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo da Administração é assegurar sustentabilidade da Companhia no longo prazo, resguardando sua continuidade operacional, mitigando riscos inerentes a suas atividades, de forma a sustentar sua estratégia de crescimento e retorno para os acionistas. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Item	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	990	1.989
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(4.313)	(5.895)
Dívida líquida	(3.323)	(3.906)
Patrimônio líquido	88.448	92.243

a) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, as quais surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A Companhia segue procedimentos de política interna na qual estabelece que todo novo cliente tem sua capacidade de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Item	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.313	5.895
Contas a receber de clientes	4	70.751	76.257
Partes relacionadas	5	44.345	44.063
Retenções contratuais	8	4.121	3.816
Total		**123.530**	**130.031**

A maior exposição à crédito da Companhia é o contas a receber e os valores constantes nessa rubrica são lastreados preponderantemente por contratos de longo prazo superior a 1 ano, cuja prestação de serviços é atestada pelos clientes antes do faturamento. O risco de inadimplência é baixo, sendo o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa representa 2,74% do saldo do contas a receber de clientes (1,66% em 31 de dezembro de 2023). Os vencimentos dos títulos a receber estão distribuídos da seguinte forma:

Item	2024	2023
A vencer	61.667	70.175
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	3.805	2.898
De 31 a 60 dias	1.576	1.158
De 61 a 90 dias	444	432
De 91 a 180 dias	2.023	436
Acima de 181 dias (a)	1.236	1.158
Total	**70.751**	**76.257**

A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa por um modelo de perdas de crédito esperadas conforme CPC 48, os percentuais de perda esperada variam da seguinte forma: • **A Vencer:** o matriz de migração: 0,20% o matriz de recuperação: 93,18% • **Vencidos entre 1 a 180 dias:** o matriz de migração: de 3,93% a 63,28% o matriz de recuperação: de 61,44% a 96,07% • **Vencidos a mais de 180 dias:** 100%. **b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia se depara ao cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento. A Companhia realiza a gestão do contas a receber, com acompanhamento diário dos recebimentos e cobranças efetivas sob montante de R$70.751 registrados em "Contas a receber de clientes" advém de contratos de prestação de serviços, com prazo médio de recebimento de 77 dias. A Companhia possui linhas de crédito substanciais, pré-aprovadas em bancos de primeira linha nas mais variadas modalidades. Com base nos fatos apresentados a Companhia entende que possui liquidez suficiente para cumprir suas obrigações e para sustentar o crescimento dos negócios. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Valor futuro	1 – 12 meses	1 – 2 anos
Empréstimos e financiamentos	11	990	1.008	879	129
Fornecedores		21.946	21.946	21.946	–
Outras obrigações a pagar		157	157	157	–
Partes relacionadas	5	792	792	792	–
Juros sobre capital próprio a pagar	5	1.422	1.422	1.422	–
Total		**25.307**	**25.325**	**25.196**	**129**

Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Valor futuro	1 – 12 meses	1 – 2 anos
Empréstimos e financiamentos	11	1.989	2.016	1.107	909
Fornecedores		20.629	20.629	20.629	–
Outras obrigações a pagar		120	120	120	–
Partes relacionadas	5	532	532	532	–
Juros sobre capital próprio a pagar	5	1.568	1.568	1.568	–
Total		**24.838**	**24.865**	**23.956**	**909**

O endividamento está composto por Empréstimos e Financiamentos, sendo 28,99% em operações de Leasing, 71,01% em Finame. (41,66% em operações de Leasing e 58,34% em Finame em 2023). **c) Risco de mercado:** A Companhia poderá incorrer em um risco de mercado em casos de desaceleração econômica que traga impacto direto para seus clientes. Nesse sentido, tal evento poderia repercutir nos negócios da Companhia, causando, num primeiro momento diminuição de margem de lucro. Para minimizar esse impacto, a Companhia tem como prática o controle firme de seus custos, buscando sempre a proteção contra a corrosão de suas margens. Em uma situação de retração da economia, também é possível um aumento da carga tributária (impostos indiretos), onde a Companhia já possui mecanismos contratuais de repasse. **c.1) Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em virtude de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI. A Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições à taxa de juros ativas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI pós-fixado. A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • **Nível 2:** outras técnicas para as quais todas as informações que tem efeito material sobre o valor justo reconhecido são disponíveis e podem ser observadas, diretamente ou indiretamente. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo:

Item	2024 Nível 2	2023 Nível 2
Aplicações financeiras de curto prazo	3.804	5.205
Arrendamento mercantil	287	829

Análise de sensibilidade: Estando os instrumentos financeiros da Companhia sujeitos às oscilações do CDI, a análise de sensibilidade foi realizada considerando: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros pós fixados em 31 de dezembro de 2024 seja mantido para 2025 e (ii) que o respectivo indexador anual acumulado para esta data base permaneça estável (CDI média: 10,30 % a.a.). O quadro abaixo apresenta o impacto no resultado financeiro analisado em três cenários de variação de índices CDI (i) manutenção do índice de acordo com dados Banco Central, disponibilizado em 31 de dezembro de 2024: 10,30 % a.a.; (ii) alta do índice atual em 25%; (iii) alta do índice atual em 50%; (iv) diminuição do índice atual em 25%; e (v) diminuição do índice atual em 50%.

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I Manutenção CDI 2024	Cenário II Alta do índice em 25%	Cenário III Alta do índice em 50%	Cenário IV Diminuição do índice em 25%	Cenário V Diminuição do índice em 50%
Aplicações Financeiras	3.804	Variação do CDI	377	471	612	283	188
Arrendamento mercantil	287	Variação do CDI	28	36	46	21	14

d) Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação, buscando eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado e valor justo por meio de resultado. **Redução ao valor recuperável (impairment) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: i) inadimplência ou atraso do devedor, ii) a reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condição normais, iii) indicações de que o devedor ou emissor irá entrar em processo de falência, iv) o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento e v) dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um Companhia de ativos financeiros. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual, como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente, quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente, quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução do valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração: as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores, ou, menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, impostos a recuperar e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço afim de verificar se há a indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou unidades geradoras de caixa (UGCs). Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente quando o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Os empréstimos e financiamentos são classificados como custo amortizado no reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contratados sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. A amortização dos empréstimos e financiamentos é pelo método da taxa de juros efetiva e a despesa de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **Desreconhecimento:** Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros:** O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A tabela abaixo apresenta os valores contábeis e os valores justos (os quais são aproximados aos valores contábeis) dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Saldo em 2024	Nota	Valor justo por meio do resultado	Valor contábil: Custo amortizado	Valor contábil: Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.313	–	4.313
Contas a receber de clientes	4	–	70.751	70.751
Retenções contratuais	8	–	4.121	4.121
		4.313	**74.872**	**79.185**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	11	–	990	990
Fornecedores		–	21.946	21.946
Partes relacionadas	5	–	792	792
Dividendos a pagar		–	12.153	12.153
Juros sobre capital próprio a pagar	5	–	1.422	1.422
Outras obrigações a pagar		–	157	157
		–	**37.460**	**37.460**

Saldo em 2023	Nota	Valor justo por meio do resultado	Valor contábil: Custo amortizado	Valor contábil: Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.895	–	5.895
Contas a receber de clientes	4	–	76.257	76.257
Retenções contratuais	8	–	3.816	3.816
		5.895	**80.073**	**85.968**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	11	–	1.990	1.990
Fornecedores		–	20.629	20.629
Partes relacionadas	5	–	532	532
Dividendos a pagar		–	13.700	13.700
Juros sobre capital próprio a pagar	5	–	1.568	1.568
		–	**38.419**	**38.419**

19. Seguros – A contratação dos seguros é realizada de forma global para contemplar os riscos: trabalhistas, cíveis e de danos materiais com cobertura de responsabilidade civil, profissional e danos em patrimônios para todas as Companhias do Grupo Manserv. A seguir, apresentamos o valor de cobertura em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Responsabilidade Civil	60.700	57.250
D&O	20.000	20.000
Danos materiais	23.000	16.504

20. Eventos subsequentes – O Conselho de Administração, em reunião realizada em 3 de fevereiro de 2025, elegeu o Sr. Carlos Alberto Bezerra de Moura, como Diretor Presidente, e o Sr. Henrique dos Reis Meirelles, como Diretor Administrativo e Financeiro.

Marcelo Augusto Felipe – Diretor Presidente

Helem Helene Negri Teixeira Rodrigues – Contadora CRC 1SP 246496/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
LSI Administração e Serviços S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da LSI Administração e Serviços S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

Ernst & young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP - 034.519/O
Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP - 230.870/O

LSI Logística S.A.

CNPJ/MF nº 04.057.495/0001-46

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.456	5.745
Contas a receber de clientes	4	66.970	99.076
Partes relacionadas	5	84.145	–
Alienação de investimentos	5	–	54.722
IRPJ e contribuição social a recuperar	6 a	5.144	5.458
Impostos a recuperar		1.796	6.575
Despesas antecipadas		6.741	4.362
Adiantamentos diversos		373	8.442
Total do ativo circulante		**168.625**	**184.380**
Não circulante			
Depósitos judiciais	11 d	7	46
IRPJ e contribuição social diferidos	6 b	24.592	13.572
		24.599	**13.618**
Imobilizado	7	26.313	23.904
Direito de uso em arrendamentos	8	493.584	36.137
Total do ativo não circulante		**544.496**	**73.659**
Total do ativo		**713.121**	**258.039**
Passivo	**Nota**	**2024**	**2023**
Circulante			
Empréstimos e financiamentos CP	9	33.256	9.285
Arrendamentos a pagar	8	226.823	18.439
Fornecedores		70.245	72.265
Adiantamento de clientes		–	20.000
Impostos e contribuições a recolher	10	7.078	7.028
Salários e encargos sociais		1.981	1.411
Provisão para férias		25.616	20.924
Partes relacionadas	5	1.344	1.068
Dividendos a pagar	5	350	1.200
Outras obrigações a pagar		1.884	3.399
Total do passivo circulante		**368.577**	**155.019**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	5.008	6.255
Arrendamentos a pagar	8	289.159	20.544
Provisão para contingências	11	3.897	6.606
IRPJ e contribuição social diferidos	6 b	2.169	2.605
Outras obrigações a pagar		67	268
Total do passivo não circulante		**300.300**	**36.278**
Patrimônio líquido			
Capital social		60.000	60.000
Reserva legal		5.309	5.309
Reserva de lucros		1.433	6.244
Reserva de capital		–	(9.864)
Retenção de lucros		–	5.053
Prejuízos acumulados		(22.498)	–
Total do patrimônio líquido	12	**44.244**	**66.742**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**713.121**	**258.039**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita líquida da prestação de serviços	13	727.748	609.031
Custo dos serviços prestados	14	(653.314)	(553.598)
Lucro bruto		**74.434**	**55.433**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(39.611)	(39.129)
Despesas com vendas	14	(1.818)	(2.454)
Despesas com impostos e taxas	14	(343)	(209)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	14	1.188	5.052
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**33.850**	**18.693**
Receitas financeiras	15	1.413	1.031
Despesas financeiras	15	(67.757)	(16.469)
Resultado financeiro líquido		**(66.344)**	**(15.438)**
Equivalência Patrimonial		–	2.984
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		**(32.494)**	**6.239**
IRPJ e CSLL			
Corrente	6 c	–	(2.179)
Diferido	6 b	11.458	993
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		**(21.036)**	**5.053**
(Prejuízo) Lucro por ação			
(Prejuízo) Lucro por ação – (em R$)	13.1	(0,35)	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(21.036)	5.053
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes	**(21.036)**	**5.053**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de lucros	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.000	5.056	–	6.571	1.126	–	72.753
Constituição de reserva legal	–	253	–	(253)	–	–	–
Destinação para reserva de lucro	–	–	–	1.126	(1.126)	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	5.053	5.053
Destinação dos lucros							
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(1.200)	–	–	(1.200)
Transações com acionistas	–	–	(9.864)	–	–	–	(9.864)
Retenção de lucros	–	–	–	–	5.053	(5.053)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**60.000**	**5.309**	**(9.864)**	**6.244**	**5.053**	**–**	**66.742**
Destinação para reserva de lucro	–	–	–	5.053	(5.053)	–	–
Destinação para reserva de capital	–	–	9.864	(9.864)	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(21.036)	(21.036)
Destinação dos lucros							
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(1.462)	(1.462)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**60.000**	**5.309**	**–**	**1.433**	**–**	**(22.498)**	**44.244**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		(21.036)	5.053
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	7	4.447	8.465
Depreciação de arrendamentos	8	191.714	18.175
Juros sobre empréstimos, financiamentos e cessão de recebíveis	9	1.142	3.744
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	16	–	1.680
Juros sobre arrendamentos	8	57.776	5.380
IRPJ e CSLL diferidos	6 b	(11.458)	(993)
Despesas com imposto de renda e contribuição social	6 c	–	2.179
Equivalência patrimonial		–	(2.985)
Resultado na alienação de imobilizado	7	(517)	(3.864)
Resultado nas baixas de arrendamento		(945)	–
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	4	3.688	2.594
Provisão para contingências	11	(2.709)	99
		222.102	**39.527**
(Acréscimo) ou decréscimo de ativos:			
Contas a receber de clientes		28.417	2.801
Partes relacionadas		(29.417)	(46.409)
IRPJ, CSLL e impostos a recuperar		9.427	(4.143)
Despesas antecipadas		(2.379)	757
Adiantamentos diversos		8.067	(8.371)
Depósitos judiciais		40	116
Acréscimo ou (decréscimo) de passivos:			
Fornecedores		(2.017)	17.773
Impostos e contribuições a recolher		(170)	2.393
Salários e encargos sociais		570	(306)
Provisão para férias		4.692	839
Provisão para participação nos lucros e resultados		–	(1.544)
Adiantamento de clientes		(20.000)	–
Impostos pagos sobre o lucro		(4.333)	(8.073)
Outras obrigações a pagar		(1.716)	2.708
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		**213.553**	**(1.932)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Alienação de imobilizado	7	2.647	11.518
Aquisições de ativo imobilizado	2 f	(10.753)	(10.105)
Alienação de investimento		–	54.722
Aquisições de investimento		–	(2.620)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		**(8.106)**	**53.515**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos, financiamentos e cessão de recebíveis com coobrigação	9	102.900	41.978
Pagamento de empréstimos, financiamentos e cessão de recebíveis com coobrigação	9	(79.102)	(69.902)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e cessão de recebíveis com coobrigação	9	(449)	(1.651)
Pagamentos de arrendamentos	8	(171.217)	(16.908)
Juros pagos sobre arrendamentos	8	(57.776)	(5.380)
Dividendos pagos	5	(850)	(267)
Juros sobre capital próprio pagos	5	(1.241)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(207.737)**	**(52.130)**
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		**(2.289)**	**(547)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3	5.745	6.292
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	3	**3.456**	**5.745**
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		**(2.289)**	**(547)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto Operacional – A LSI Logística S.A. ("Companhia" ou "LSI") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.511, Conjunto 71, Sala 3, Cidade de Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, presta serviços de operação de processos de produção envolvendo movimentação de matérias primas, produtos intermediários e produtos acabados, denominados intra-logística. Além de intra-logística a LSI Logística S.A. executa: serviço de recebimento, controle de almoxarifado, embalagem e expedição, treinamento de operações logísticas, montagem de kits e embalagens de produtos, locação de veículos e equipamentos de movimentação de cargas e atividades auxiliares na produção, empacotamento de sólidos e embalagem e etiquetagem de produtos diversos. Os referidos serviços são prestados em diversos Estados da Federação. A Companhia faz parte do Grupo Manserv que tem como holding a Manserv Investimentos e Participações S.A., também domiciliada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.511, Conjunto 71, Sala 1, Cidade de Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As demonstrações financeiras da Companhia para exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 30 de abril de 2025. **1.1 Relação das Entidades Investidas:** Em março de 2022 a Companhia participou do investimento da Simak Locação Serviços S.A. com aporte inicial e em outubro de 2022 e novembro de 2023 realizou integralização de capital com bens, direitos e obrigações, com as demais coligadas do Grupo. Em dezembro de 2023 a Companhia vendeu sua participação societária na Simak. **Simak Locação Serviços S.A.** – Locadora de máquinas e veículos para carga, descarga, manipulação de materiais, tais como pás-carregadeiras, empilhadeiras, escavadeiras, inclusive equipamentos pesados para terraplanagem, pavimentação, construção e demolição, máquinas e equipamentos agrícolas, sem operador, veículos de transporte rodoviário de cargas, mercadorias e produtos de terceiros em geral, máquinas e equipamentos industriais e comerciais sem operador e gerenciamento e gestão de ativos. Os referidos serviços são prestados em todos os Estados da Federação. **2. Base de Preparação – a) Declaração de Conformidade com Relação às Normas do CPC:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem os princípios contábeis em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia tem divulgado todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. **b) Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. **c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Estimativas e Premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. **Provisão para Perdas de Crédito Esperadas para Contas a Receber:** A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e as taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na nota explicativa 4. **Ativo fiscal diferido:** É reconhecido ativo diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos, a compensação dos prejuízos fiscais acumulados é restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide nota explicativa 6 b). **Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 16 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. **Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia determina taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar em um financiamento, caso adquirisse o bem locado como novo. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis quando disponíveis as informações estão divulgadas na nota explicativa 8. **Provisões para riscos contingentes tributárias, trabalhistas e cíveis:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões ou informações adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A nota explicativa 11 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. **e) Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **e.1) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando mensurada de forma confiável e no cumprimento de suas obrigações vinculadas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida e impostos ou encargos sobre os serviços prestados. **e.2) Operações de arrendamento mercantil:** No começo de um contrato a Companhia define se um contrato ou conjunto de contratos é ou contém um arrendamento mercantil financeiro quando: (i) o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado e (ii) o contrato contém direito de utilização do ativo. Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro. Essas transações são registradas como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento. **e.3) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido. **e.4) Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As operações efetuadas junto a clientes e fornecedores não possuem vencimentos relevantes, não havendo necessidade de se efetuar ajuste a valor presente destes. Os valores contabilizados relativos a empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil estão registrados a valor presente. **e.5) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação legal, ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **e.6) Tributos sobre as vendas:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **e.7) Distribuição de lucros:** A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a ser distribuídos, sendo a mensuração ao valor justo reconhecida diretamente no patrimônio líquido. No momento da distribuição de ativos sem desembolso de caixa, eventual diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado. **e.8) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **e.9) Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **f) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC):** As informações anuais dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC). Os efeitos no caixa que não afetaram a DFC estão apresentados como informação suplementar abaixo:

	2024	2023
Aquisições de ativo imobilizado – Nota 7	(8.986)	(6.025)
Captações de CDC/Finame/Leasing – Nota 9	1.731	3.216
Pagamentos de CDC/Finame/Leasing – Nota 9	(3.498)	(7.296)
Caixa pago pela aquisição de ativos	(10.753)	(10.105)

2.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (Primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. **Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Caixa e equivalentes de caixa – Política contábil:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

	2024	2023
Caixa e bancos	155	1.224
Aplicações financeiras	3.301	4.521
Total	**3.456**	**5.745**

Os saldos das contas bancárias são aplicados ao final de cada dia de acordo com as seguintes premissas de resgate: menor risco, liquidez diária e rendimento atrelado ao CDI. Para operações de prazo menor que 30 dias, utilizam-se operações compromissadas de bancos de primeira linha, remuneradas a taxa de 85% a 97% a.a. do CDI com isenção de IOF (79% a 97% a.a. do CDI em 2023). **4. Contas a receber de clientes – Política contábil:** As contas a receber de clientes são registradas pela receita faturada, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. As contas a receber não são registradas pelo seu valor presente, considerando que a Companhia avaliou que eventuais ajustes não seriam materiais em relação às demonstrações financeiras. Contas a receber a faturar refere-se ao direito reconhecido em troca dos serviços prestados aos clientes. A Companhia atua fornecendo serviços a clientes antes que o cliente pague a contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, logo as receitas a faturar são reconhecidas pela contraprestação que é condicional. Para os serviços prestados em que os clientes ainda não aprovaram a medição no final do período, a receita é reconhecida com base em estimativas ou medições internas. Após a conclusão dos serviços e aceitação pelos clientes, o valor reconhecido como contas a receber a faturar é reclassificado para contas a receber – serviços. A Companhia constituiu a provisão para crédito de liquidação duvidosa por um modelo de "perdas de crédito esperadas". A análise é realizada trimestralmente. A Companhia também operou cessão de recebíveis com coobrigação onde não transfere o risco do sacado de não honrar sua dívida, e estão sendo apresentados em empréstimos e financiamentos no passivo. O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes da Companhia é de 33 dias em 2024 (59 dias em 2023).

	2024	2023
Contas a receber – serviços	28.288	54.883
Contas a receber – a faturar	46.266	40.823
Subtotal	**74.554**	**95.706**
Cessão de recebíveis com coobrigação	–	6.651
Subtotal	**74.554**	**102.357**
Créditos a identificar	(710)	(95)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.874)	(3.186)
Total	**66.970**	**99.076**

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/07/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

LSI Logística S.A.

Movimentação da provisão para perda de liquidação duvidosa:

	Valor
Em 31 de dezembro de 2022	(592)
Provisões	(4.438)
Reversões	1.844
Em 31 de dezembro de 2023	(3.186)
Provisões	(5.343)
Reversões	1.655
Em 31 de dezembro de 2024	**(6.874)**

A Companhia realizou a cessão de recebíveis sem coobrigação de parte de suas contas a receber com o objetivo de antecipar seus fluxos de caixa. O saldo correspondente a operação é deduzido do contas a receber no balanço, pois todos os riscos relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos aos bancos. **5. Partes relacionadas – Política contábil: Despesas gerais e administrativas:** A prestação dos serviços em caráter exclusivo pela Manserv Investimentos e Participações S.A. ("Controladora") para a Companhia, dos serviços administrativos corporativos, gestão administrativa, serviços de informática, serviços de gestão de suprimentos, serviços contábeis, serviços financeiros, serviços jurídicos, serviços de administração de pessoal, serviços de engenharia e marketing institucional são ressarcidos mensalmente pela Companhia. **Partes relacionadas a pagar/receber:** Refere-se à concessão sucessiva e recíproca de créditos e débitos entre as partes através de conta corrente em moeda nacional. A Manserv Investimentos e Participações S.A. ("Controladora") detém o controle da Companhia com 99,99% do capital. As transações entre a Controladora e a Companhia são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes. As operações com fornecedores realizadas entre partes relacionadas são efetuadas em condições de preço, taxa de juros, prazos e condições definidas entre as partes.

	2024	2023
Despesas gerais e administrativas (a)		
Manserv Investimentos e Participações S.A.	14.351	14.332
Despesas locação de equipamentos (b)		
Simak Locação e Serviços S.A.	203.590	91.493
Despesas locação de imóveis (c)		
C3 Administração de Bens e Participações Ltda	937	930
Despesas gestão de saúde (d)		
GRS Núcleo de Saúde Empresarial Ltda	2.575	2.059
Alienação de investimentos (e)		
Manserv Investimentos e Participações S.A.	–	54.722
Partes relacionadas a receber		
Manserv Montagem e Manutenção S.A.	29.169	–
Manserv Investimentos e Participações S.A.	54.750	–
Manserv Facilities Ltda.	226	–
Total	**84.145**	**–**
Partes relacionadas a pagar		
Manserv Investimentos e Participações S.A. (f)	1.344	1.068
Dividendos a pagar		
Manserv Investimentos e Participações S.A.	350	1.200
Fornecedores (g)		
Simak Locação e Serviços S.A.	36.715	47.315
C3 Administração de Bens e Participações Ltda	79	26
GRS Núcleo de Saúde Empresarial Ltda	603	2.444

(a) Referem-se substancialmente a despesas administrativas cobradas pela Controladora como salários de funcionários, seguros e outras em benefício da Companhia. (b) Referem-se a despesas com locação de equipamentos e veículos com a empresa Simak Locação e Serviços S.A. (c) Referem-se a despesas com locação de imóveis com a empresa C3 Administração de Bens e Participações Ltda. (d) Referem-se a despesas com gestão de saúde com empresa GRS Núcleo de Saúde Empresarial Ltda. (e) Referem-se a venda da Participação societária da SIMAK efetuada em 5 vezes com parcelas de R$10.944 cujo prazo de vencimento iniciou-se em abril de 2024 e finalizou em agosto de 2024. (f) Referem-se substancialmente a reembolso de despesas administrativas cobradas pela Controladora. (g) Referem-se as locações de máquinas e equipamentos, locação de imóveis e gestão de saúde.

Movimentação dos dividendos a pagar

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	1.200	267
Dividendos declarados (Nota 13)	–	1.200
Dividendos pagos	(850)	(267)
Saldo em 31 de dezembro	350	1.200

Movimentação dos juros sobre capital próprio a pagar

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	–	–
Juros sobre capital próprio apropriados	1.241	–
Juros sobre capital próprio pagos	(1.241)	–
Saldo em 31 de dezembro	–	–

Remuneração dos membros-chave da administração: A Companhia é administrada por dois diretores executivos (dois diretores executivos em 2023), os quais não possuem ações ordinárias e foram remunerados da seguinte forma:

	2024	2023
Pró labore	1.518	1.328
Encargos sociais	304	284
Total	**1.822**	**1.612**

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros proveitos de longo prazo, tais como licença e/ou outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. **6. Imposto de renda e contribuição social – Política contábil: Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto de renda corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, ou, em outros resultados abrangentes. **Imposto de renda e contribuição social – correntes:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Imposto de renda e contribuição social – diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2024	2023
Imposto de renda	3.709	3.968
Contribuição social	1.435	1.490
Total	**5.144**	**5.458**

Referem-se ao excesso de retenção de imposto de renda e contribuição social nas notas fiscais por nossos clientes, gerando saldo negativo para compensação de impostos futuros a partir da apuração de 2025. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Reconciliação patrimonial do imposto de renda e a contribuição social diferidos:

	2024	2023
Em 1º de janeiro	10.967	9.846
Receita (despesa) de imposto reconhecida no resultado	11.458	993
Tributos diferidos transferidos Simak	–	128
Em 31 de dezembro	22.425	10.967

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos demais eventos que geraram sua constituição e dos seus prejuízos fiscais na expectativa de lucros tributários futuros, considerando estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. Com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, a Companhia demonstra para 31 de dezembro de 2024 que o imposto de renda e contribuição social diferido, o qual prevê a seguinte realização:

	2024	2023
Ativo não circulante		
Provisão para contingências	1.325	2.246
Provisão de despesas	3.147	1.080
Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	2.337	1.083
Arrendamentos	7.616	968
Prejuízos fiscais	10.167	8.195
Subtotal	**24.592**	**13.572**
Passivo não circulante		
Depreciação sobre bens do ativo imobilizado	(1.932)	(2.323)
Leasing	(237)	(282)
Subtotal	**(2.169)**	**(2.605)**
Diferido líquido	**22.425**	**10.967**

Cronograma de realização:

Ano realização	**Valor**
2025	17.405
2026	6.906
2027	153
2028	64
2029	51
Acima de cinco anos	13
Total	**24.592**

c) Imposto de renda e contribuição social: Reconciliação para a taxa efetiva: A diferença da alíquota de imposto efetiva em relação a alíquota nominal foi causada pelos seguintes fatores:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(32.494)	6.239
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Expectativa débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	11.048	(2.121)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):		
Juros sobre capital próprio	498	–
Outras exclusões/adições permanentes, líquidas	(88)	806
Incentivos fiscais	–	105
Outros	–	24
Débito de IRPJ e contribuição social	**11.458**	**(1.186)**
IRPJ e contribuição social corrente		
Corrente	–	(2.179)
Diferido	11.458	993
Total	**11.458**	**(1.186)**
Taxa efetiva	**35,26%**	**19,01%**

7. Imobilizado – Política contábil: O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças sobressalentes substituídas são baixados e registrados na conta do resultado do exercício. Todos reparos de manutenção preventiva ou corretiva efetuados nos ativos imobilizados são lançados em contrapartida no resultado do exercício, quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando-se o método linear onde a depreciação é reconhecida no resultado do exercício. As taxas de depreciação utilizadas para os ativos imobilizados da Companhia são determinadas de acordo com a avaliação da vida útil dos ativos imobilizados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos pelo menos uma vez ao ano, havendo alteração o valor é ajustado nas contas do resultado do exercício de forma prospectiva. **Revisão da vida útil:** Conforme estabelecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a vida útil dos ativos imobilizados da Companhia é reavaliada anualmente. A estimativa da vida útil foi embasada nos processos de coleta de informações, realizadas pela área de engenharia da Companhia, as premissas relevantes para o cálculo da vida útil e o valor recuperável do bem foram consideradas e após a estimativa da vida útil do bem, estimou-se a vida remanescente dos ativos através da utilização da metodologia de depreciação linear. Cada um dos bens que fez parte da análise possui uma vida transcorrida até a data de referência. Ao longo desse período os ativos imobilizados mantem condições operacionais que estão fundamentalmente compostas pelo uso que foi dado ao bem e pela manutenção que este recebeu ao longo da sua vida útil. Este histórico operacional está diretamente relacionado com o estado de conservação do bem e este por sua vez diretamente relacionado com a expectativa de sobrevida que possa ter. Existem outras variáveis que têm impacto sobre os prognósticos de vidas úteis remanescentes tais como os graus de obsolescência em todas suas formas e também os programas de substituição de equipamentos que possa haver. Os prognósticos de vida útil remanescente para cada bem das classes de máquinas e equipamentos e veículos foram estabelecidos em função dos seguintes parâmetros: (a) Idade cronológica; (b) Estado de conservação física; (c) Condições de operação; (d) Condições de manutenção; (e) Graus de obsolescência; (f) Programas de substituição. Todos os fatores indicados foram considerados para determinação final quanto ao prognóstico de vida útil remanescente. **Arrendamentos de ativos:** O valor residual do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2024 foi de R$2.366 (R$3.228 em 31 de dezembro de 2023) e as adições sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$0 (R$1.460 em 31 de dezembro de 2023), que são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos. **Alienação de imobilizado:** Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso, ocorridas nas seguintes situações: venda direta, venda por leilão, venda entre coligadas, furto, sinistro, roubo e no momento do inventário físico. Eventual ganho ou perda resultante da alienação de imobilizado são consideradas no resultado conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Valor de venda	2.647	11.518
Valor de baixa do ativo imobilizado	(2.098)	(7.652)
Baixa residual – Inventário	(32)	(2)
Total	**517**	**3.864**

Movimentação dos saldos

	2022	2023				2024		
Custo:	**Custo**	**Custo**	**Adições**	**Baixas**	**Simak (a)**	**Custo**	**Adições**	**Baixas**
Instalações	2.012	336	–	–	2.347	2.564	(5)	4.906
Ferramentas	804	32	(6)	(27)	804	258	(45)	1.017
Máquinas e equipamentos	53.332	2.872	(12.285)	(8.997)	34.923	3.388	(3.047)	35.264
Equipamentos de informática	5.561	642	(120)	–	6.082	1.003	(457)	6.628
Móveis e utensílios	588	143	–	(2)	731	335	(42)	1.024
Veículos	15.589	1.525	(5.310)	(6.224)	5.580	570	(2.363)	3.787
Outros	2.265	475	362	(367)	2.735	868	(1.362)	2.241
Total	**80.151**	**6.025**	**(17.359)**	**(15.617)**	**53.202**	**8.986**	**(7.321)**	**54.867**

Depreciação acumulada:

		2022			2023			2024	
	Taxa	**Depreciação**	**Adições**	**Baixas**	**Simak (a)**	**Depreciação**	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**
Instalações	10%	(576)	(113)	–	–	(690)	(140)	1	(829)
Ferramentas	20%	(318)	(88)	5	27	(373)	(95)	32	(436)
Máquinas e equipamentos	8% a 75%	(17.270)	(4.550)	6.520	4.025	(11.276)	(2.198)	2.243	(11.231)
Equipamentos de informática	20%	(2.777)	(817)	79	–	(3.514)	(836)	363	(3.987)
Móveis e utensílios	10%	(133)	(84)	–	1	(216)	(161)	15	(362)
Veículos	11% a 33%	(15.058)	(2.215)	3.101	2.400	(11.775)	(375)	1.648	(10.502)
Outros		(856)	(598)	–	–	(1.454)	(642)	889	(1.207)
Total		**(36.988)**	**(8.465)**	**9.705**		**(29.298)**	**(4.447)**	**5.191**	**(28.554)**
Imobilizado líquido		**43.163**				**23.904**			**26.313**

8. Direito de uso em arrendamentos e Arrendamentos a pagar – Política contábil: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso é mensurado inicialmente pelo seu valor de custo ajustado a valor presente, e posteriormente pelo custo menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelos pagamentos remanescentes dos contratos ajustados a valor presente, com a utilização da taxa de juros incremental. A taxa incremental é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar em um financiamento, caso adquirisse o bem locado como novo. A Companhia utilizou como componente de custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos, que representam os pagamentos mínimos acordados em contrato. As possíveis variações nos pagamentos não podem ser estimadas e estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidas mensalmente como despesas de locação. A Companhia não reconhece contratos com vigência inferior a 12 meses e valor do ativo identificado de baixo valor. Para esses contratos a despesa com locação é reconhecida mensalmente ao longo da vigência do contrato.

Composição dos saldos:

	2024	2023	2024	2023
			Arrendamentos	
Categoria	**Direito de uso**		**a pagar**	
Imóveis	5.679	12.046	6.648	13.618
Frota	3.209	2.228	3.405	2.504
Equipamentos	484.696	21.863	505.929	22.861
Total	**493.584**	**36.137**	**515.982**	**38.983**

Movimentação dos saldos:

	Direito de uso		Arrendamentos a pagar	
	2024	2023	2024	2023
Saldo início do exercício	36.137	17.988	38.983	19.567
Adições e remensuração de contratos (a)	658.599	36.324	658.599	36.324
Depreciação de arrendamentos	(191.714)	(18.175)	–	–
Baixa de contratos	(9.438)	–	(10.383)	–
Pagamento de principal	–	–	(171.217)	(16.908)
Pagamento de juros	–	–	(57.776)	(5.380)
Juros provisionados	–	–	57.776	5.380
Saldo final do exercício	**493.584**	**36.137**	**515.982**	**38.983**
Circulante	–	–	226.823	18.439
Não circulante	493.584	36.137	289.159	20.544
Saldo final do exercício	**493.584**	**36.137**	**515.982**	**38.983**

Cronograma de pagamentos do passivo não circulante:

	Valor
2026	222.852
2027	25.244
2028	22.842
2029	18.221
Total	**289.159**

(a) Aumento devido ao reconhecimento dos contratos de arrendamento com a Simak Locação e Serviços S.A. com um incremento de R$541.795 e vigência contratual até 12/2026.

9. Empréstimos e financiamentos – Política contábil: A política contábil relacionada a empréstimos e financiamentos está descrita na nota 17. A Companhia possui compromissos decorrentes de: arrendamento mercantil financeiro, contratos de empréstimos via Finame, relativos às aquisições de máquinas e equipamentos e veículos, com prazos que variam de 24 a 72 meses. Em sua maioria, os contratos de arrendamento contêm cláusulas de opção de compra dos bens por valor residual de 1%. Todas as operações de financiamentos relativas às aquisições de máquinas, equipamentos e veículos, possuem como garantia o próprio bem financiado; já as demais operações de empréstimos e financiamentos são tomadas nas empresas Controladas, com aval da Controladora. A Companhia possui compromissos decorrentes de: cessão de recebíveis com coobrigação onde foram antecipadas as notas fiscais a receber dos clientes de serviços já performados, e com aceite dos nossos clientes.

Composição dos saldos:

		2024			2023		
Modalidade	**Encargos financeiros anuais**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Arrendamento mercantil (a)	Média 14,12% a.a	703	967	1.670	872	1.525	2.397
Finame (b)	Média 15,65% a.a.	2.352	3.732	6.084	1.762	4.730	6.492
CDC (c)	CDI + 3,64% a. a	201	309	510	–	–	–
Itaú (d) – capital de giro	CDI + 2,00% a.a.	30.000	–	30.000	–	–	–
Cessão de Recebíveis (e)	1,07% a 1,09% a.m.	–	–	–	6.651	–	6.651
Total		**33.256**	**5.008**	**38.264**	**9.285**	**6.255**	**15.540**

(a) A Companhia contratou arrendamentos financeiros para aquisição de imobilizado. Esses arrendamentos têm opção de compra dos bens por valor residual de 1%, mas não possuem cláusulas de reajuste de preço. com prazo de vencimento em 01/2029. (b) Os empréstimos contratados pela modalidade Finame, com prazo de vencimento em 10/2028 e foram captados para financiar a aquisição de vários itens do imobilizado. (c) Os empréstimos contratados pela modalidade CDC, com prazo de vencimento em 09/2027. (d) A Companhia contratou empréstimos junto ao Banco Itaú, com prazo de vencimento em 01/2025. (e) A Companhia realizou antecipações de recebíveis junto ao Banco Votorantim, liquidadas em 03/2024.

Cronograma de pagamentos do passivo não circulante:

Vencimentos	**Valor**
13 a 24 meses	2.195
25 a 36 meses	1.715
37 a 48 meses	1.092
49 a 60 meses	6
Total	**5.008**

Movimentação dos saldos:

	2023						2024
	Saldo final	**Adições**	**Liquidações**	**Despesas de juros**	**Variação cambial**	**Juros pagos**	**Saldo Final**
Modalidade							
Passivos de arrendamentos financeiros	2.397	–	(754)	283	–	(256)	1.670
Finame	6.492	1.157	(1.855)	806	–	(516)	6.084
CDC	–	574	(117)	53	–	–	510
Financiamento ativo imobilizado	8.889	1.731	(2.726)	1.142	–	(772)	8.264
Empréstimos – Operação 4131	–	–	–	–	–	–	–
Empréstimos – Capital de giro	–	30.000	–	–	–	–	30.000
Cessão de Recebíveis	6.651	66.922	(73.124)	–	–	(449)	–
Saldo negativo – Banco Itaú	–	–	(5.978)	–	–	–	(5.978)
Outras modalidades	6.651	102.900	(79.102)	–	–	(449)	30.000
Total	**15.540**	**104.631**	**(81.828)**	**1.142**	**–**	**(1.221)**	**38.264**

	2022						2023
	Saldo final	**Adições**	**Liquidações**	**Despesas de juros**	**Variação cambial**	**Juros pagos**	**Saldo Final**
Modalidade							
Passivos de arrendamentos financeiros	1.919	1.460	(1.238)	486	–	(229)	2.397
Finame	9.496	1.756	(5.418)	1.069	–	(411)	6.492
Financiamento ativo imobilizado	11.415	3.216	(6.656)	1.555	–	(640)	8.889
Empréstimos – Operação 4131	7.913	–	(9.507)	47	1.606	(59)	–
Empréstimos – Capital de giro	17.967	–	(17.971)	1.187	–	(1.183)	–
Cessão de Recebíveis	6.551	41.978	(42.424)	955	–	(409)	6.651
Outras modalidades	32.431	41.978	(69.902)	2.189	1.606	(1.651)	6.651
Total	**43.845**	**45.194**	**(76.558)**	**3.744**	**1.606**	**(2.291)**	**15.540**

10. Impostos e contribuições a recolher – Política contábil: Os impostos e contribuições são reconhecidos no resultado de acordo com sua apuração, e acrescidos de encargos monetários, multas e juros quando devidos.

	2024	2023
COFINS	1.387	2.281
PIS	301	495
ISS	279	115
IRRF – Imposto de renda retido na fonte sobre terceiros	1.160	936
INSS retido sobre faturamento	3.350	2.735
Outros	601	466
Total	**7.078**	**7.028**

11. Provisão para contingências e depósitos judiciais – Política contábil: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O processo de estimativa da provisão para contingências é efetuado pela Administração com o suporte de seus assessores jurídicos. Para os processos em andamento, de naturezas trabalhista, cível e tributária, em que a opinião dos assessores jurídicos é de perda provável, a Companhia constituiu provisão, sendo está a melhor estimativa de desembolso futuro:

estimativa de desembolso futuro:	2024	2023
Trabalhistas – individuais (a)	1.759	3.615
Trabalhistas – ações coletivas (b)	414	381
Cíveis	420	28
Tributárias	1.304	2.582
Total	**3.897**	**6.606**

Movimentação dos saldos

					2024
	Trabalhistas individuais	**Trabalhistas ações coletivas**	**Cíveis**	**Tributárias**	**Total**
Saldo em 2022	3.904	793	98	1.712	6.507
Provisões	2.041	36	28	2.582	4.687
Reversões	(2.330)	(448)	(98)	(1.712)	(4.588)
Saldo em 2023	**3.615**	**381**	**28**	**2.582**	**6.606**
Provisões	917	33	420	110	1.480
Reversões	(2.773)	–	(28)	(1.388)	(4.189)
Saldo em 2024	**1.759**	**414**	**420**	**1.304**	**3.897**

a) Causas trabalhistas – ações individuais: A Companhia figura no polo passivo em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. A estimativa da provisão para essas demandas judiciais é efetuada pela Administração com o suporte de seus assessores jurídicos, baseada nas perdas prováveis atribuídas aos pedidos reclamados, a saber: diferenças salariais, indenizações, horas extras, horas à disposição, descaracterização da jornada de trabalho, adicional de função, adicional de periculosidade/insalubridade, dentre outros, os quais perfazem, consoante registrado em 31 de dezembro de 2024 uma provisão de R$1.759 (R$3.615 em 31 de dezembro de 2023), a qual é considerada suficiente para suportar às correspondentes indenizações. **b) Causas trabalhistas – ações coletivas:** São caracterizados por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados (ações coletivas). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista de cada categoria profissional. Segundo os advogados internos, a Companhia mantém registrado em 31 de dezembro de 2024 uma provisão de R$414 (R$381 em 31 de dezembro de 2023), a qual é considerada suficiente para suportar às prováveis perdas nesses processos. **c) Outras contingências possíveis:** A Administração da Companhia, suportada na opinião de seus consultores jurídico, não constitui provisão as demandas com riscos classificados como "possível". O montante total correspondente a tais causas, dentre elas processos trabalhistas individuais e coletivos é de R$5.844 (R$3.141 em 31 de dezembro de 2023). **d) Depósitos judiciais:** A Companhia possui o valor contabilizado de R$7 (R$46 em 31 de dezembro de 2023) de depósitos judiciais, correspondentes aos processos trabalhistas, cíveis e tributários apresentados no ativo não circulante. **12. Patrimônio líquido – Capital social:** O capital social de R$ 60.000 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 60.000 em dezembro de 2023), totalmente subscrito e integralizado, é representado por 60 milhões de ações nominativas, sem valor nominal todas pertencentes à Manserv Investimentos e Participações S.A. **Reserva legal:** Constituída em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital realizado atualizado. Não foram destinados valores para reserva legal dos saldos da retenção de lucros ano base 2024, (R$253 em 31 de dezembro de 2023). **Reserva de lucros:** Corresponde ao remanescente de lucro visando, principalmente, atender ao plano de investimentos da Companhia e ao reforço de capital circulante. Foram destinados para reserva de lucros o valor de R$9.864 dos saldos da reserva de capital. O saldo de reserva de lucros em 2024 é de R$1.433 (R$ 6.244 em 2023). **Retenção de lucros:** Os saldos da retenção de lucros ano base 2023 foram destinados para reserva de lucros o valor de R$5.053. Em 2024, não há saldo de retenção de lucros devido ao prejuízo do exercício, no valor de R$ 21.036. **Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina que do lucro líquido de cada exercício, após constituída as reservas, será deduzida quantia correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas, como dividendo mínimo, ou, por proposta dos órgãos de administração, como juros sobre capital próprio, ou combinação dos dois. Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2024 e 2023, na rubrica de dividendos a pagar, juntamente com os dividendos propostos pela administração, conforme segue:

	2024	2023
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(21.036)	5.053
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido do exercício)	–	1.200
Juros sobre capital próprio (líquido de imposto de renda)	(1.241)	–

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/07/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

LSI Logística S.A.

12.1. Lucro por ação: O cálculo do lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, pela quantidade de ações ordinárias atribuídas aos seus detentores. A seguir cálculo do resultado por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(21.036)	5.053
Quantidade de ações ordinárias	60.000	60.000
Lucro por ação	(0,35)	0,08

13. Receita líquida da prestação de serviços – Política contábil: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. As receitas provenientes das prestações de serviços são reconhecidas, pela Companhia, em concordância com o contrato firmado com seus clientes, podendo ser: (a) Contrato fixo, o qual, tem como base valores e datas mensais pré-estabelecidos; (b) Contrato por medição, que tem seu valor mensal atrelado a boletim de medição dos serviços prestados e com aprovação do cliente. As receitas são apresentadas no resultado do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre as mesmas.

	2024	2023
Receita bruta	834.530	695.781
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(106.782)	(86.750)
Receita operacional líquida	**727.748**	**609.031**

14. Despesas por natureza – As demonstrações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

	2024	2023
Custos com materiais, locações e serviços	(76.003)	(227.018)
Depreciação	(4.447)	(8.465)
Depreciação de direito de uso em arrendamentos	(191.714)	(18.175)
Resultado na alienação de imobilizado	517	3.864
Despesas com pessoal	(422.799)	(347.076)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	548	6.532
Total	**(693.898)**	**(590.338)**
	2024	**2023**
Custos dos serviços prestados	(653.314)	(553.598)
Despesas gerais e administrativas	(39.611)	(39.129)
Despesas com vendas	(1.818)	(2.454)
Despesas com impostos e taxas	(343)	(209)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.188	5.052
Total	**(693.898)**	**(590.338)**

15. Receitas e despesas financeiras – Política contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros, descontos obtidos, atualização de impostos retidos e outras receitas financeiras. As despesas financeiras abrangem, impostos sobre operações financeiras, juros sobre empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos, juros e multas por atraso no pagamento, descontos concedidos, despesas bancárias e despesas com contrato de fiança/financiamento. Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira, ou, despesa financeira dependendo se, as variações cambiais estão em posição de ganho ou perda líquida.

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receitas de juros	502	403
Atualização de impostos retidos	671	554
Outras receitas financeiras	240	74
Subtotal	**1.413**	**1.031**
Despesas financeiras		
Impostos sobre operações financeiras	(184)	–
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.142)	(3.744)
Juros sobre arrendamentos operacionais	(57.776)	(5.380)
Juros e multas por atraso no pagamento	(14)	(46)
Juros sobre cessão de recebíveis sem coobrigação	(8.462)	(5.215)
Descontos concedidos	(78)	(115)
Despesas bancárias	(101)	(289)
Instrumentos financeiros derivativos (a)	–	(1.680)
Subtotal	**(67.757)**	**(16.469)**
Resultado financeiro líquido	**(66.344)**	**(15.438)**

(a) Resultado com instrumentos financeiros derivativos relacionados a contratação de Swap na captação de empréstimos operação 4131.

	2024	2023
Perda com instrumentos financeiros derivativos	–	(1.680)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	–	**(1.680)**
Reconhecimento do contrato de Swap	–	(73)
Atualização da dívida	–	(1.607)
Total	**–**	**(1.680)**

16. Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros – Política contábil: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito; risco de liquidez; risco de mercado; e risco operacional. **Gerenciamento de risco:** A Manserv Investimentos e Participações S.A. (Controladora da Companhia) tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Com base nas políticas da Controladora, foi estabelecido o Comitê de Finanças, Investimentos, Auditoria e Riscos, o qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Visando o gerenciamento de riscos, a Controladora mapeou os respectivos eventos identificando-os em uma matriz, envolvendo as diversas áreas de negócios do grupo. Para garantir a efetividade e consistência das ações mitigatórias, a Companhia busca estabelecer políticas e instrumentos de controles, que se encontram em fase de implantação. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para salvaguardar a confiança do investidor, credor e mercado, e, sustentar o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, bem como, o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo da Administração é assegurar sustentabilidade da Companhia no longo prazo, resguardando sua continuidade operacional, mitigando riscos inerentes a suas atividades, de forma a sustentar sua estratégia de crescimento e retorno para os acionistas. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	38.264	15.540
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.456)	(5.745)
Dívida líquida	**34.808**	**9.795**
Patrimônio líquido	44.244	66.742

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, as quais surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A Companhia segue procedimentos de política interna na qual estabelece que todo novo cliente tem sua capacidade de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.456	5.745
Contas a receber de clientes	4	74.554	95.706
Partes relacionadas	5	84.145	–
Total		**162.155**	**101.451**

A maior exposição à crédito da Companhia é o contas a receber e os valores constantes nessa rubrica são lastreados preponderantemente por contratos de longo prazo (superiores há 2 anos), cuja prestação de serviços é atestada pelos clientes antes do faturamento. O risco de inadimplência é baixo, sendo o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa representa 9,22% do saldo do contas a receber de clientes (3,33% em 31 de dezembro de 2023). Os vencimentos dos títulos a receber estão distribuídos da seguinte forma:

	2024	2023
A vencer	60.707	83.469
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	5.434	7.004
De 31 a 60 dias	984	346
De 61 a 90 dias	453	1.876
De 91 a 180 dias	210	28
Acima de 181 dias	6.766	2.983
Total	**74.554**	**95.706**

A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa por um modelo de perdas de crédito esperadas conforme CPC 48, os percentuais de perda esperada variam da seguinte forma: • **a Vencer:** o Matriz de migração: de 0,22% o Matriz de recuperação: de 90,97%. • **Vencidos entre 1 a 180 dias:** o Matriz de migração: de 3,18% a 53,84%; o Matriz de recuperação: de 54,88% a 96,82%. • **Vencidos a mais de 180 dias:** 100%. **b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia se depara ao cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento. A Companhia realiza a gestão do contas a receber, com acompanhamento diário dos recebimentos e cobranças efetivas sob montante de R$74.554 advém de contratos de prestação de serviços, com prazo médio de recebimento de 33 dias. A Companhia possui linhas de crédito substanciais, pré-aprovadas em bancos de primeira linha. Com base nos fatos apresentados a Companhia entende que possui liquidez suficiente para cumprir suas obrigações e para sustentar o crescimento dos negócios. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

				2024		
Passivos financeiros não derivativos	**Nota**	**Valor contábil**	**Valor futuro**	**1 – 12 meses**	**1 – 2 anos**	**2 – 4 Anos**
Empréstimos e financiamentos	9	38.264	38.689	33.438	4.100	1.151
Fornecedores		70.245	70.245	70.245	–	–
Partes relacionadas	5	1.344	1.344	1.344	–	–
Outras obrigações a pagar		1.951	1.951	1.951	–	–
Total		**111.804**	**112.229**	**106.978**	**4.100**	**1.151**
				2023		
Passivos financeiros não derivativos	**Nota**	**Valor contábil**	**Valor futuro**	**1 – 12 meses**	**1 – 2 anos**	**2 – 4 Anos**
Empréstimos e financiamentos	9	15.540	16.187	9.581	2.652	3.954
Fornecedores		72.265	72.265	72.265	–	–
Partes relacionadas	5	1.068	1.068	1.068	–	–
Outras obrigações a pagar		3.399	3.399	3.399	–	–
Total		**92.272**	**92.919**	**86.313**	**2.652**	**3.954**

O endividamento está composto por Empréstimos e Financiamentos, sendo 4,37% em operações de Leasing, 15,90% de Finame, 1,33% de operações de CDC e 78,40% para capital de giro (15,43% em operações de Leasing, 41,77% de Finame e 42,80% em cessão de recebíveis em 2023). **c) Risco de mercado:** A Companhia poderá incorrer em um risco de mercado em casos de desaceleração econômica que traga impacto direto para seus clientes. Nesse sentido, tal evento poderia repercutir nos negócios da Companhia, causando, num primeiro momento diminuição de margem de lucro. Para minimizar esse impacto, a Companhia tem como prática o controle firme de seus custos, buscando sempre a proteção contra a corrosão de suas margens. Em uma situação de retração da economia, também é possível um aumento da carga tributária (impostos indiretos), onde a Companhia possui mecanismos contratuais de repasse. **c.1) Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em virtude de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em fundos de renda fixa. A Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições à taxa de juros ativas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os juros de empréstimos – capital de giro são corrigidas pelo CDI pós-fixado. A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • **Nível 2:** outras técnicas para as quais todas as informações que tem efeito material sobre o valor justo reconhecido são disponíveis e podem ser observadas, diretamente ou indiretamente. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo:

	2024	2023
	Nível 2	**Nível 2**
Aplicações financeiras de curto prazo	3.301	4.521
Arrendamento Financeiro	1.670	2.397
CDC	510	–
Empréstimos – capital de giro	30.000	–

Análise de sensibilidade: Estando os instrumentos financeiros da Companhia sujeitos às oscilações do CDI, a análise de sensibilidade foi realizada considerando: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros pós fixados em 31 de dezembro de 2023 seja mantido para 2025 e (ii) que o respectivo indexador anual acumulado para esta data base permaneça estável (CDI média: 10,88% a.a.). O quadro abaixo apresenta o impacto no resultado financeiro analisado em três cenários de variação de índices CDI (i) manutenção do índice de acordo com dados Banco Central, disponibilizado em 31 de dezembro de 2024: 9,90% a.a.; (ii) alta do índice atual em 25%; (iii) alta do índice atual em 50%; (iv) diminuição do índice atual em 25%; e (v) diminuição do índice atual em 50%.

Instrumentos	**Exposição**	**Risco**	**Cenário I Manutenção CDI 2024**	**Cenário II Alta do índice em 25%**	**Cenário III Alta do índice em 50%**	**Cenário IV Diminuição do índice em 25%**	**Cenário V Diminuição do índice em 50%**
Aplicações Financeiras	3.301	Variação CDI	327	409	531	245	163
Arrendamento Financeiro	1.670	Variação CDI	165	207	269	124	83
CDC	510	Variação CDI	50	63	82	38	25
Empréstimo – capital de giro	30.000	Variação CDI	2.970	3.714	4.827	2.229	1.485

d) Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação, buscando eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado e valor justo por meio de resultado. **Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: i) inadimplência ou atraso do devedor, ii) a reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condição normais, iii) indicações de que o devedor ou emissor irá entrar em processo de falência, iv) o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento e v) dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um Companhia de ativos financeiros. **Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual, como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente, quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente, quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução do valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração: as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores, ou, menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, impostos a recuperar e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço afim de verificar se há a indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou unidades geradoras de caixa (UGCs). Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente quando o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos, financiamentos e cessão de recebíveis, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Os empréstimos e financiamentos são classificados como custo amortizado no reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contratados sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. A amortização dos empréstimos, financiamentos e cessão de recebíveis é pelo método da taxa de juros efetiva e a despesa de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **Desreconhecimento:** Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros:** O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A tabela abaixo apresenta os valores contábeis e os valores justos (os quais são aproximados aos valores contábeis) dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

		Valor contábil		
Saldo em 2024	**Nota**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.456	–	3.456
Contas a receber de clientes	4	–	74.554	74.554
Total		**3.456**	**74.554**	**78.010**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	9	–	38.264	38.264
Fornecedores		–	70.245	70.245
Partes relacionadas	5	–	1.344	1.344
Dividendos a pagar	5	–	350	350
Outras obrigações a pagar		–	1.951	1.951
Total		**–**	**112.154**	**112.154**

		Valor contábil		
Saldo em 2023	**Nota**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.745	–	5.745
Contas a receber de clientes	4	–	95.076	95.076
Total		**5.745**	**95.706**	**101.821**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	9	–	15.540	15.540
Fornecedores		–	72.265	72.265
Partes relacionadas	5	–	1.068	1.068
Dividendos a pagar	5	–	1.200	1.200
Outras obrigações a pagar		–	3.399	3.399
Total		**–**	**93.472**	**93.472**

17. Seguros – A contratação dos seguros é realizada de forma global para contemplar os riscos: trabalhistas, cíveis e de danos materiais com cobertura de responsabilidade civil, profissional e danos em patrimônios para todas as Companhias do Grupo Manserv. A seguir, apresentamos o valor de cobertura em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Tipo de Seguro	**2024**	**2023**
Responsabilidade Civil	60.700	50.000
D&O	20.000	20.000
Danos materiais	23.000	16.504

18. Eventos subsequentes – O Conselho de Administração, em reunião realizada em 3 de fevereiro de 2025, elegeu o Sr. Carlos Alberto Bezerra de Moura, como Diretor Presidente, e o Sr. Henrique dos Reis Meirelles, como Diretor Administrativo e Financeiro.

Marcio Pagliuso Basso – Diretor Presidente
Helem Helene Negri Teixeira Rodrigues
Contadora CRC-1SP 246.496/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
LSI Logística S.A. São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da LSI Logística S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da Governança pelas Demonstrações Financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP 034.519/O

Wallace Weberling Pereira
Contador
CRC-SP 230.870/O

MM & Santos Participações S/A

CNPJ/MF nº 30.870.079/0001-72 – NIRE 35.300.518.497

Ata de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local da Assembléia: Realizada aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril de 2024, às 9:00 (nove horas), na sede da sociedade, na José Guide, nº 85, Sala 85-F, Distrito Industrial Waldemar de Oliveira Verdi, CEP: 15.035-500, na cidade de São José do Rio Preto (SP). **2. Convocação e Presenças:** Reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas", dispensadas, assim, as convocações pela imprensa, nos termos do parágrafo 4º., do artigo 124, da Lei 6.404/76. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Rubens Facchini, que convidou a mim Sonia Mahfuz Facchini para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia: (i) em Assembléia Geral Ordinária:** a) Aprovação das demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2023; b) Eleição da nova Diretoria para o Triênio 2024/2026; c) Destinação do lucro liquido do exercício e a distribuição de dividendos; **(ii) Em Assembléia Geral Extraordinária:** a) Ratificação da distribuição de dividendos pagos em 2023; b) Proceder à incorporação ao Capital Social do valor total de R$ 22.845.282,44 (vinte e dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), referente ao saldo total da conta de "Reserva de Incentivos Fiscais"; c) Reformulação e Consolidação do Estatuto Social; **5. Deliberações:** Os acionistas presentes, por unanimidade dos votos, deliberaram o quanto segue: **(i) Em Assembleia Geral Ordinária:** A Assembleia, por unanimidade dos votos dos presentes, aprovou integralmente e sem quaisquer restrições, as demonstrações financeiras, o relatório da administração e o balanço patrimonial sem quaisquer reservas ou ressalvas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, destinando 5% (cinco por cento) do resultado para "Reserva Legal", nos termos do artigo 133, parágrafo 2º. da Lei 6.404/76; **(ii)** Na forma do Estatuto Social, os acionistas aprovaram a eleição da nova Diretoria para o triênio 2024/2026, com mandato até 30 de junho de 2027 que ficou assim constituída: Diretor Presidente, o Sr. Rubens Facchini, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.557.530-7(SSP/SP), e do CPF/MF nº 439.159.578-87; Diretora, a Sra. Sonia Mahfuz Facchini, brasileira, casada, empresaria, portadora da cédula de identidade RG nº 4.709.447-3 (SSP/SP), e do CPF/MF nº 086.940.068-12, ambos com escritório na Rua José Guide, nº 85, Sala 85, Distrito Industrial Waldemar de Oliveira Verdi, na cidade de São José do Rio Preto(SP), os quais tomam posse nesse ato; Os Diretores ora eleitos declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer as atividades empresárias ou administração de sociedades empresárias, sendo certo que a eles foi dado amplo conhecimento da legislação aplicável; **(iii)** Por unanimidade dos votos dos presentes, deliberaram também a aprovação da distribuição de dividendos referente ao exercício de 2023, no valor de R$ 43.409.120,36 (quarenta e três milhões, quatrocentos e nove mil, cento e vinte reais e trinta e seis centavos) permanecendo o saldo em "Reserva de Retenção de Lucros"; **(iv) Em Assembleia Geral Extraordinária:** Os acionistas ratificaram o pagamento de dividendos, no valor total de R$ 3.781.505,86 (três milhões, setecentos e oitenta e um mil, quinhentos e cinco reais e oitenta e seis centavos), pagos em 2023; **(v)** Os acionistas, deliberaram também, proceder à incorporação ao Capital Social do valor total de R$ 22.845.282,44 (vinte e dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), referente ao saldo total da conta de "Reserva de Incentivos Fiscais". **(vi)** Os acionistas presentes, cumprindo a representação, aprovaram a consequente alteração estatutária, pelo exame da nova redação do Artigo 4º. do Estatuto Social, relativo ao valor do Capital Social que era de R$333.400.000,00 (trezentos e trinta e três milhões, quatrocentos mil reais), e passa a ser de R$ 356.245.282,44 (trezentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), sem modificação do número de ações, como permite o disposto no artigo 169, parágrafo 1º da Lei 6.404/1976,- ***Artigo 4º*** *– O Capital Social é de* R$ 356.245.282,44 (trezentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos)*, dividido em 83.406.038 (oitenta e três milhões, quatrocentas e seis mil e trinta e oito) ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas*. ***§ 1º –*** *Os acionistas têm preferência para a subscrição das ações do capital na proporção das ações já possuídas anteriormente.* ***§ 2º –*** *A subscrição de ações do capital para integralização a prazo, fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas condições fixadas pela Diretoria.* ***§ 3º-*** *A cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais*. **(vii)** Aprovaram ainda, os acionistas, a consolidação do Estatuto Social com redação constante do Anexo que integra a presente ata. **6. Encerramento e Assinaturas:** Esgotada a ordem do dia, a ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes, ficando cientes os acionistas da sua lavratura na forma do Sumário, conforme faculta o Art. 130, parágrafo 1º. da Lei das Sociedades Anônimas. São José do Rio Preto (SP), 25 de abril de 2.024. a) Rubens Facchini, presidente da mesa e Sonia Mahfuz Facchini, secretária; Acionistas: Rubens Facchini e Sonia Mahfuz Facchini. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Rubens Facchini – Presidente da Mesa; Sonia Mahfuz Facchini – Secretária. Acionistas: Rubens Facchini; Sonia Mahfuz Facchini. **Anexo: Estatuto Social:** ***Capítulo I – Nome, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º – MM & Santos Participações S/A*** é constituída como uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Cidade de São José do Rio Preto (SP), localizada na José Guide, nº 85, Sala 85-F, Distrito Industrial Waldemar de Oliveira Verdi, CEP: 15.035-500, na cidade e comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo e se regerá por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e pelas demais disposições legais que lhes forem aplicáveis. ***Parágrafo Único*** – A Companhia, mediante ato de sua Diretoria, pode abrir filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior. ***Artigo 2º*** – A Companhia tem por objeto social a participação, na qualidade de controladora ou não, no capital de empresas comerciais como sócia ou acionista, bem como a administração de bens próprios. ***Artigo 3º*** – O tempo de duração da Companhia é indeterminado. ***Capítulo II – Capital e Ações: Artigo 4º*** – O capital social subscrito e integralizado é de R$ 356.245.282,44 (trezentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), dividido em 83.406.038 (oitenta e três milhões, quatrocentas e seis mil e trinta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. ***Parágrafo 1º*** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que reconhece apenas um titular para cada ação. ***Parágrafo 2º*** Cada ação ordinária dará direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral dos Acionistas. ***Parágrafo 3º*** A Companhia poderá emitir ações preferenciais em uma ou mais classes, sem direito de voto, resgatáveis ou não, fixando-lhes as preferências e vantagens pertinentes, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da quantidade de ações em que se divide o capital social. ***Artigo 5º –*** Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de ações em aumentos de capital, na proporção das ações detidas pelos mesmos, observadas as disposições legais aplicáveis. ***Capítulo III – Assembleia Geral: Artigo 6º –*** A Assembleia Geral da Companhia deverá se reunir, ordinariamente, uma vez ao ano dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre e na medida em que o interesse social assim exigir. ***Parágrafo Único*** – A Assembleia Geral Ordinária (AGO) e a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. ***Artigo 7º –*** A convocação da Assembleia far-se-á pela imprensa, mediante anúncios assinados por qualquer Diretor, anúncios esses publicados pelo Diário Oficial do Estado e por outro jornal de grande circulação. Os anúncios mencionarão, ainda que sumariamente, a ordem do dia, o local, o dia e a hora da Assembleia. ***Parágrafo 1º*** Entre o dia da primeira publicação de convocação e o da realização da Assembleia, deverá se observar o prazo de 8 (oito) dias, no mínimo, para a primeira convocação, e de 5 (cinco) para a convocação posterior. ***Parágrafo 2º*** Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Acionistas a que comparecam todos os acionistas da Companhia. ***Artigo 8º –*** A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem 100% (cem por cento) do capital com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número, nos termos da Lei. ***Artigo 9º*** – Qualquer acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por um procurador constituído a menos de 1 (um) ano. ***Artigo 10º*** – As Assembleias Gerais serão presididas por pessoa escolhida pelos acionistas presentes, por maioria de votos. Caberá ao Presidente designar um dos presentes, acionista ou não, para secretário. ***Artigo 11º –*** As decisões da Assembleia Geral somente serão válidas se tomadas por Acionistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito de voto. ***Capítulo IV – Administração: Artigo 12º –*** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 2 (dois) membros, acionistas ou não, domiciliados no País, eleitos pela Assembleia Geral, sendo um o Diretor Presidente e o outro simplesmente Diretor. ***Parágrafo 1º*** O prazo de mandato dos Diretores é de 3 (três) anos, exercendo cada um deles, entretanto, suas funções até que seus sucessores sejam investidos no cargo e sendo admitida a sua reeleição. ***Parágrafo 2º*** A investidura no cargo dá-se por termo lavrado no "Livro de Atas das Reuniões de Diretoria", assinado pelo Diretor eleito no prazo de até 30 (trinta) dias da sua eleição. ***Parágrafo 3º*** A Diretoria fará jus a um pro labore mensal a ser definido, por ocasião da realização da Assembleia Geral Ordinária. ***Artigo 13º –*** A Diretoria terá as atribuições que a lei lhe outorga para realizar os objetivos fixados no Artigo 2º e assegurar o funcionamento regular da Companhia, ficando investida dos poderes gerais para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins e objetivos da Companhia, inclusive os de transigir, celebrar acordos, renunciar a direitos, prestar fianças, adquirir, permutar, alienar e onerar, por qualquer forma, bens e direitos, bem como nomear procuradores da Companhia, especificando no instrumento de mandato os respectivos poderes e duração do mandato. ***Parágrafo 1º*** Observadas as disposições contidas neste estatuto, a Companhia será validamente representada se o ato contar com a assinatura do Diretor Presidente, ou de 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador. ***Parágrafo 2º*** As procurações outorgadas pela Companhia deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão prazo de validade limitado a 12 (doze) meses, não podendo ser substabelecidas. ***Artigo 14º*** – É vedado aos Diretores, sendo ineficaz em relação à Companhia, a prática de atos de qualquer natureza estranhos ao objeto social, tais como prestar quaisquer garantias, cauções, avais, fianças e endossos e assumir quaisquer obrigações em favor de terceiros, bem como gravar bens e direitos sociais de qualquer natureza. ***Parágrafo Único:*** Excetuam-se da vedação deste Artigo 14 as garantias, reais ou fidejussórias, ou endossos que a Companhia venha a prestar no interesse de qualquer de suas empresas coligadas ou controladas, desde que aprovadas previamente pela Assembleia Geral na forma do Artigo 11. ***Artigo 15º –*** Observado o item (a) do Parágrafo 1º do Artigo 13 acima, compete: **(i)** Ao Diretor Presidente: (a) representar ativa e passivamente a Companhia, em Juízo ou fora dele, e perante terceiros; (b) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores; (c) coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Sociedade, bem como a sua apresentação aos Acionistas;(d) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; e (e) convocar a Assembleia Geral de Acionistas. ***(ii)*** Ao Diretor:(a) substituir o Diretor Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários; e (b) colaborar e assessorar o Diretor Presidente dentro de suas funções. ***Parágrafo Único****:* Em caso da ausência permanente de qualquer Diretor, o Diretor remanescente poderá substituí-lo emergencialmente, devendo, entretanto, uma Assembleia Geral ser convocada no prazo máximo de 15 (quinze) dias do evento para eleição de um substituto, o qual deverá cumprir o restante do mandato do Diretor substituído. ***Artigo 16º*** – A Diretoria, enquanto órgão colegiado, reunir-se-á sempre que os negócios sociais assim o exigir e, especialmente, com a finalidade de fixar o voto da Companhia a ser proferido em assembleias gerais e/ou reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia detenha participação. Para tanto, devem os Diretores convocar a Assembleia com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data programada para a votação em sociedades nas quais esta Companhia tenha sido convocada a proferir seu voto. ***Artigo 17º*** – As resoluções da Diretoria constarão de Atas lavradas no livro próprio. ***Capítulo V – Conselho Fiscal: Artigo 18º –*** O Conselho Fiscal não será de funcionamento permanente e, quando instalado a pedido de acionistas, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com a competência, deveres e responsabilidades definidos em lei. ***Parágrafo 1º*** Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal, quando instalado, terminará na data da prime*ira Assembleia Geral Ordinária que for realizada* após sua instalação. ***Parágrafo 2º*** A investidura dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será feita por termo lavrado no "Livro de Pareceres do Conselho Fiscal", nos 30 (trinta) dias seguintes ao da eleição. ***Parágrafo 3º*** Os acionistas deverão determinar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando da sua eleição. ***Capítulo VI – Exercício Social, Balanço e Lucros: Artigo 19º –*** O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de janeiro de cada ano e terminará no dia 31 de dezembro do mesmo ano. Ao final de cada exercício social, serão levantados pela Companhia o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício. ***Artigo 20º*** Juntamente com as demonstrações financeiras, a Diretoria submeterá à Assembleia Geral Ordinária o relatório da administração e a proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, observando-se o quanto segue: *(i)* 5% (cinco por cento) será destinado para a Reserva Legal, até que esta atinja 20% do Capital Social; (ii) 1% (um por cento) será destinado para pagamento do dividendo mínimo obrigatório; (iii) O saldo que se verificar após as destinações acima terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais. ***Parágrafo 1º*** A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório previsto no item (ii) deste Artigo 20, ou, ainda, a retenção de todo o lucro. ***Parágrafo 2º*** O dividendo previsto no item (ii) deste Artigo 20, não será obrigatório se a Diretoria comunicar à Assembleia Geral que tal obrigação é incompatível com a situação financeira da Companhia. ***Artigo 21º*** A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanços e demonstrações trimestrais ou semestrais e, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá declarar dividendos baseados nos lucros apurados em tais balanços, observadas as disposições deste Estatuto Social e limites legais. ***Parágrafo 1º*** Os dividendos distribuídos de acordo com este Artigo poderão ser considerados adiantamento do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no item (ii) do Artigo 20, acima. ***Parágrafo 2º*** A Companhia poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração sobre capital próprio calculado sobre as contas do Patrimônio Líquido, observados os limites definidos em lei. ***Capítulo VII – Liquidação da Companhia: Artigo 22º –*** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral nomear o liquidante. ***Parágrafo Único –*** Na liquidação, os haveres da Companhia serão empregados para o cumprimento das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os acionistas de acordo com a participação de cada um deles no capital social. ***Capítulo VIII – das Disposições Gerais: Artigo 23º*** – Os casos omissos serão regulados pelas disposições da Lei nº 10.406/02, Lei nº 6.404, de 15/12/76, e legislação complementar. São José do Rio Preto (SP), 25 de abril de 2.024. Rubens Facchini – Presidente da Mesa; Sonia Mahfuz Facchini – Secretária. Acionistas: Rubens Facchini Sonia Mahfuz Facchini. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 254.248/24-0 em 26/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF n° 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª Emissão da a ser realizada em 06 de agosto de 2025

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª Emissão da **BSI Capital Securitizadora S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 10 do Termo de Securitização, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **06 de agosto de 2025**, **às 11:00 horas**, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **a)** Deliberar sobre a aprovação ou não da concessão de waiver referente à recomposição do fundo de liquidez, conforme prazo a ser estabelecido; **b)** Deliberar sobre eventuais ajustes, modificações ou inclusões necessárias durante a vigência do edital de convocação, em razão de circunstâncias imprevistas ou necessidades identificadas no decorrer de sua execução; **c)** Reestruturação da operação: (i) nova concessão de carência conforme prazo a ser estabelecido para pagamento de juros e amortização dos CRI, a contar da parcela de maio de 2025, sem pagamento de prêmio ou multa pelas Devedoras CAPP4 e C&M e a consequente alteração no fluxo de pagamento; e **d)** Caso o item (a) acima seja aprovado, proceder à aprovação, discussão e deliberação sobre a alteração de outros termos e condições relativos aos CRI, com o consequente aditamento de toda a documentação pertinente aos CRI. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para amanda.melo@bsicapital.com.br,julio.dacar@terrainvestimentos.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 7ª Série da 1ª Emissão), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) Participante pessoa física**: Cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) Demais participantes**: Cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhada de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (como ata de eleição da diretoria) e cópia do documento de identidade do representante legal. Caso este seja representado por procurador, deverá ser enviada também a procuração com firma reconhecida ou assinada eletronicamente com certificado digital, contendo poderes específicos para representação na Assembleia, emitida há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 16 de julho de 2025. **BSI Capital Securitizadora S.A.** (16, 17 e 18/07/2025)

Prandine Participações S/A

CNPJ/MF nº 05.004.351/0001-94 – NIRE 35.300.189.523

Ata de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2024.

1. Data, Hora e Local da Assembléia: Realizada aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 2024, às 15:00 (quinze) horas, na sede da sociedade, na Rua das Imbuias, nº 146, Jardim Monte Carlo, CEP: 15.110-000, na cidade de Guapiaçu(SP). **2. Convocação e Presenças:** Reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas", dispensadas, assim, as convocações pela imprensa, nos termos do parágrafo 4º., do artigo 124, da Lei 6.404/76. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. José Marino Prandine, que convidou a mim Rosani Marly Fachini Prandine para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia: (i) Em Assembléia Geral Ordinária:** (a) Aprovação das demonstrações financeiras contábeis encerradas em 31/12/2023; b) Distribuição de Dividendos; **(ii) Em Assembléia Geral Extraordinária:** a) Consolidação do Estatuto Social; **5. Deliberações:** Os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos o quanto segue: **(i) Em Assembleia Geral Ordinária:** A Assembleia, aprovou integralmente e sem quaisquer restrições, as demonstrações financeiras, o relatório da administração e o balanço patrimonial sem quaisquer reservas ou ressalvas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Deliberaram também a aprovação da distribuição de dividendos referente ao exercício de 2023, no valor total de R$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais), permanecendo o saldo em "Reserva de Retenção de Lucros"; **(iii) Em Assembleia Geral Extraordinária:** Os acionistas presentes, aprovaram a Consolidação do Estatuto Social com redação constante do Anexo que integra a presente Ata. **6. Encerramento e Assinaturas:** Esgotada a ordem do dia, a ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes, ficando cientes os acionistas da sua lavratura na forma do Sumário, conforme faculta o Art. 130, parágrafo 1º. da Lei das Sociedades Anônimas. Guapiaçu(SP), 30 de abril de 2.024. a) José Marino Prandine, presidente da mesa e Rosani Marly Fachini Prandine, secretária; Acionistas: José Marino Prandine e Rosani Marly Fachini Prandine. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. José Marino Prandine – Presidente da mesa; Rosani Marly Fachini Prandine – Secretária. Acionistas: José Marino Prandine; Rosani Marly Fachini Prandine. **Anexo: Estatuto Social: Capitulo I –** *Da Denominação, Sede, Prazo de duração e Objeto social.* **Cláusula Primeira:** Sob denominação de Prandine Participações S/A sociedade por ações, que se regerá pelo presente Estatuto, pela Lei 6.404/76 e suas alterações, para os casos omissos, pela legislação brasileira societária aplicável. **Cláusula Segunda:** A sociedade tem sede na Rua das Imbuias, nº 146, Jardim Monte Carlo, CEP: 15.110-000 na Cidade e Comarca de Guapiaçu(SP), que é seu foro. **Parágrafo Único:** A sociedade poderá abrir e encerrar filiais ou outras dependências no país ou no exterior, mediante resolução da diretoria. **Cláusula Terceira:** O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado. **Cláusula Quarta:** A sociedade tem por objeto, as seguintes atividades: a) A administração de outras sociedades; b) Participações, investimentos; c) Compra e venda de imóveis; d) Locação de bens; Podendo, ainda, praticar todos os atos que se relacionarem com tais objetivos e, inclusive participar como sócia ou acionista em quaisquer outras sociedades. **Capítulo II –** *Do capital Social:* **Cláusula Quinta:** O Capital Social é de R$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Reais), dividido em 1.128 (Um mil, Cento e Vinte e Oito) ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **§ 1º –** Os acionistas têm preferência para a subscrição das ações do capital na proporção das ações já possuídas anteriormente. **§ 2º –** A subscrição de ações do capital para integralização a prazo, fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas condições fixadas pela Diretoria. **§ 3º –** A cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias gerais. **Capítulo III –** *Da Assembleia Geral* e Deliberações Sociais. **Cláusula Sexta:** A Assembleia Geral é o órgão soberano da sociedade e tem os poderes e atribuições que a lei lhe confere. A sua convocação, instalação e deliberações obedecerão ao disposto na lei. **Capítulo IV –** *Da Administração da Sociedade.* **Cláusula Sétima:** A sociedade será administrada por uma Diretoria, que terá as atribuições conferidas por Lei e pelo presente Estatuto Social, estando os diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **Parágrafo Único:** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Cláusula Oitava:** A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, e por esta destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo designados Diretor Presidente e os demais, simplesmente Diretores. **§ 1º -** No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada no prazo de 10 (dez) dias, contados da vacância. **§ 2º –** A Diretoria fará jus a um *pro labore* mensal a ser definido, por ocasião da realização da Assembleia Geral Ordinária. **Cláusula Nona:** Compete à Diretoria a representação da Sociedade, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em Lei ou no presente Estatuto Social. **§ 1º –** Observadas as disposições contidas neste estatuto, a Sociedade será validamente representada se o ato contar com a assinatura do Diretor Presidente, ou de 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador. **§ 2º –** As Procurações outorgadas em nome da Sociedade, serão sempre assinadas pelo Diretor Presidente, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 2 (dois) anos. **Cláusula Décima:** O Diretor Presidente da Sociedade terá poderes específicos para: 10.1. dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais diretores; 10.2 coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Sociedade, bem como a sua apresentação aos Acionistas; 10.3 supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; e 10.4 convocar a Assembleia Geral de Acionistas. **Cláusula Décima Primeira:** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetivos sociais, ou em desacordo com as disposições da Cláusula Nona e Décima acima. **Cláusula Décima Segunda:** As reuniões da Diretoria será convocada por 2 (dois) Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de voto dos presentes. **Capítulo V** – *Do Conselho Fiscal:* **Cláusula Décima Terceira:** A sociedade terá um Conselho Fiscal de caráter não permanente, composto de três membros efetivos e igual número de suplentes. Uma vez instalado, o Conselho Fiscal terá atribuições que a lei lhe confere e a Assembleia Geral que determinar a sua instalação elegerá seus membros e fixará sua remuneração. **Capítulo VI –** *Do Exercício Social, Balanço, Resultado e sua Aplicação:* **Cláusula Décima Quarta:** O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras, na forma da lei. **Cláusula Décima Quinta:** Os resultados apurados nas Demonstrações Financeiras a que se refere o artigo anterior terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral e da legislação em vigor. **Cláusula Décima Sexta:** A sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório, o mínimo de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, apurado na forma da lei, facultando-se à Diretoria levantar balanços e distribuir dividendos mesmo em períodos intermediários, observadas as prescrições legais. **Capítulo VII –** *Da Dissolução da Sociedade.* **Cláusula Décima Sétima:** Para todos os casos de dissolução da sociedade é competente a Assembleia Geral, que decidirá sobre as condições de liquidação. **Capítulo VIII –** *Das Disposições Gerais.* **Cláusula Décima Oitava:** Os casos omissos serão regulados pelas disposições da Lei nº 10.406/02, Lei nº 6.404, de 15/12/76, e legislação complementar. Guapiaçu(SP), 30 de abril de 2024. José Marino Prandine – Presidente da mesa; Rosani Marly Fachini Prandine – Secretária. Acionistas: José Marino Prandine; Rosani Marly Fachini Prandine. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 287.955/24-2 em 30/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 – NIRE 35.300.174.551

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de junho de 2025

1 Data, Hora e Local: Realizada no dia 17 de junho de 2025, às 17.00 horas, na sede da **Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento** ("**Companhia**"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Vila Gertrudes, 15º andar, ala B, CEP 04794-000. **2 Convocação:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, que participaram por teleconferência. **3 Composição da Mesa:** Dominique Edmond Pierre Signora, como Presidente e Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim, como Secretária. **4 Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista o disposto no artigo 10 (m), do Estatuto Social da Companhia, para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias **(i)** a realização de cessão definitiva pela Companhia para o **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Stellantis Mobility I – Responsabilidade Limitada**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.351.481/0001-74 ("**Fundo**"), por meio da celebração do "*Contrato de Cessão Definitiva de Direitos Creditórios sem Coobrigação e Outras Avenças*" ("**Contrato de Cessão**"), de direitos creditórios decorrentes de cédulas de crédito bancárias com garantia de alienação fiduciária de veículos objetos dos financiamentos firmados entre os tomadores de financiamento indicados no Anexo I do Contrato de Cessão e a Companhia ("**Direitos Creditórios**"), no montante total de até R$1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais) ("**Cessão**"); **(ii)** a negociação dos termos e condições e posterior celebração de todos os documentos necessários para a realização da Cessão, incluindo o Contrato de Cessão, o "*Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Cotas da 1ª (Primeira) Emissão da Classe Única do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Stellantis Mobility I – Responsabilidade Limitada*" ("**Contrato de Distribuição**") e demais contratos relacionados à Cessão e a emissão de cotas do Fundo; **(iii)** a subscrição e a integralização de 100.000 (cem mil) cotas da 1ª (primeira) emissão da subclasse subordinada da classe única do Fundo, com valor unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o montante de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("**Aquisição das Cotas Subordinadas**"); e **(iv)** a autorização para que a diretoria da Companhia ("**Diretoria**") pratique todos e quaisquer atos necessários, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a realização da Cessão e da Aquisição das Cotas Subordinadas, assinaturas dos documentos mencionados nos itens (i), (ii) e (iii) acima, bem como todos e quaisquer documentos relacionados à Cessão e ao Fundo, incluindo, sem limitação, eventuais aditamentos e boletins de subscrição, bem como a ratificação dos atos por eles praticados até a presente data. **5 Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os conselheiros presentes deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, **para aprovar:** (i) a realização da Cessão dos Direitos Creditórios pela Companhia para o Fundo, por meio da celebração do Contrato de Cessão; (ii) a negociação dos termos e condições e posterior celebração de todos os documentos necessários para a realização da Cessão, incluindo o Contrato de Cessão, o Contrato de Distribuição e demais contratos relacionados à Cessão e a emissão de cotas do Fundo; (iii) a Aquisição das Cotas Subordinadas; e (iv) a autorização para que a Diretoria pratique todos e quaisquer atos necessários, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a realização da Cessão e da Aquisição das Cotas Subordinadas, assinaturas dos documentos mencionados nos itens (i), (ii) e (iii) acima, bem como todos e quaisquer documentos relacionados à Cessão e ao Fundo, incluindo, sem limitação, eventuais aditamentos e boletins de subscrição, bem como a ratificação dos atos por eles praticados até a presente data. **6 Encerramento**: Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém o fez, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, foi a ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **7 Assinaturas:** Dominique Edmond Pierre Signora, como Presidente e Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim, como Secretária. Conselheiros presentes: Srs. Jean Pierre Avril, Vincent Hervé PY e Dominique Edmond Pierre Signora. São Paulo, 17 de junho de 2025. **Dominique Edmond Pierre Signora** – Presidente da Mesa; **Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim** – Secretária da Mesa. **Conselheiros: Jean Pierre Avril** – Conselheiro; **Vincent Hervé PY** – Conselheiro; **Dominique Edmond Pierre Signora** – Presidente do Conselho. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 234.831/25-0 em 30/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Bioactive Biomateriais S.A.

CNPJ/MF nº 09.474.192/0001-42 – NIRE 35.300.471.385

Edital de Convocação – Assembleia Geral dos Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, para Colocação Privada, da Espécie Quirografária

São convocados os Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, para Colocação Privada, da Espécie Quirografária da **Bioactive Biomateriais S.A.**, com sede na Alameda Júpiter, nº 1010, Distrito Industrial Nova Era, Indaiatuba/SP, CEP 13347-397 ("Companhia"), para a Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de forma **virtual**, através da plataforma **Microsoft Teams**, no dia **29 de julho de 2025**, às **11h**, para deliberar sobre a seguinte **ordem do dia: (i)** a alteração da redação da Cláusula 4.16.3. da Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, Em 2 (Duas) Séries, para Colocação Privada, da Espécie Quirografária da Emissora ("Escritura de Emissão"), para refletir, de forma expressa, as disposições referentes à amortização das Debêntures da 1ª Série, conforme já deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 06 de junho de 2022; e **(ii)** autorizar a Emissora a praticar todos os atos que se fizerem necessários à formalização das deliberações a serem tomadas. **Informações Gerais: 1. Participação e Votação na Assembleia:** os Debenturistas poderão participar e votar na AGD das seguintes formas: ***(i)*** Participação Virtual (em tempo real): os Debenturistas interessados deverão solicitar à Emissora o respectivo link para acesso à AGD através do e-mail ri@bioactive.com.br, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao horário previsto para a realização da AGD, anexando os seguintes documentos: (i.a) Pessoas Físicas – Documento de identidade com foto e comprovante da titularidade das Debêntures emitido pela instituição depositária (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) ou pelo escriturador (Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.); (i.b) Pessoas Jurídicas – contrato social/estatuto social e eventuais alterações que comprovem a representação legal, documento de identidade com foto do(s) seu(s) representante(s) legal(is), e comprovante da titularidade das Debêntures emitido pela instituição depositária ou pelo escriturador; (i.c) Representação por Procurador – Além dos documentos acima, apresentar instrumento de mandato com poderes especiais para o ato, devidamente regularizado, com reconhecimento de firma do outorgante ou com assinatura eletrônica certificada; ***(ii)*** Voto a Distância (por Boletim de Voto a Distância): os Debenturistas que optarem por votar remotamente deverão solicitar o Boletim de Voto a Distância ("BVD") à Emissora através do e-mail ri@bioactive.com.br. O BVD, devidamente preenchido e assinado, juntamente com a cópia dos documentos de identificação do debenturista (conforme detalhado no item de participação virtual acima), deverá ser encaminhado para o mesmo e-mail de solicitação ou entregue na sede da Emissora, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGD. Os votos a distância serão considerados na composição do quórum de instalação e deliberação. **2. Documentos e Informações:** os documentos e informações pertinentes à Ordem do Dia estarão à disposição dos Debenturistas na sede da Emissora e mediante solicitação ao e-mail ri@bioactive.com.br, a partir da data de publicação deste Edital. Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados através do e-mail ri@bioactive.com.br. São Paulo/SP, 14 de julho de 2025. ***Diretoria da Bioactive Biomateriais S.A.*** (14, 15 e 16/07/2025)

QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.

CNPJ/MF nº 26.370.779.0001-20 – NIRE 35.3.0063457-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de junho de 2025

1. Data, Horário e Local: aos 20 dias do mês de junho de 2025, às 10h00 na sede social da **QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.** ("Companhia"), na cidade de Itapevi, estado de São Paulo, na Avenida Caio Cotrim nº 400, Galpão A12, Bairro Itaqui, CEP 06696-060. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa**: Fernando Extrakt Brauner, como Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, como Secretário. **4. Ordem do Dia**: Deliberação sobre os seguintes temas: **(i)** a retificação das deliberações aprovadas pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2025; **(ii)** a retificação das deliberações aprovadas pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de maio de 2025; **(iii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(iv)** autorização aos administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas. **5. Deliberações tomadas por unanimidade**: Preliminarmente, foi aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário. Em seguida, após terem sido discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem reservas, ressalvas ou restrições, deliberam: 5.1. A retificação da deliberação tomada pelos acionistas na ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 19 de março de 2025, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 100.649/25-7, em sessão de 27 de março de 2025 ("AGE de 19.03.2025"), em que, por equívoco, constou que o aumento do capital da Companhia no valor de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) seria realizado mediante a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação, **quando, em verdade, deveria ter constado** a emissão de 25.726 (vinte e cinco mil, setecentas e vinte e seis) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 155,48 (cento e cinquenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) por ação, apurado conforme balanço patrimonial levantado em 28 de fevereiro de 2025 e em observância ao critério estabelecido no inciso II do § 1º do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações. 5.1.1. Em decorrência da deliberação acima, os acionistas decidem substituir o Boletim de Subscrição anexo à AGE de 19.03.2025, no qual constou o número incorreto de ações subscritas pelo acionista Carlos Extrakt Brauner em decorrência do aumento de capital então aprovado, que passará a ter a redação do Boletim de Subscrição que integra esta ata como **Anexo I**. 5.1.2. Ato contínuo, os acionistas decidem retificar a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a corrigir o número total ações ordinárias da Companhia, que totalizam 885.070 (oitocentas e oitenta e cinco mil e setenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, permanecendo inalterado o valor do capital social. Dessa forma, o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º.*** *O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 79.446.283,52 (setenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos), dividido em 885.070 (oitocentas e oitenta e cinco mil e setenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."* 5.2. Em decorrência da retificação da AGE de 19.03.2025, foi aprovada a retificação da ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 12 de maio de 2025, arquivada na JUCESP sob nº 170.953/25-7, em sessão de 21 de maio de 2025 ("AGE de 12.05.2025"), na qual, pela manutenção da mesma redação do estatuto social aprovada na AGE de 19.03.2025, constou, na consolidação presente em seu Anexo I, o número total de 4.859.344 (quatro milhões, oitocentas e cinquenta e nove mil, trezentas e quarenta e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, **quando, em verdade, deveria ter constado** o número total de 885.070 (oitocentas e oitenta e cinco mil e setenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. 5.3. Foi aprovada, para fins de clareza, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que possui a redação constante no **Anexo II**. 5.4. Em razão das deliberações tomadas acima, os acionistas concedem autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias para implementar as resoluções aqui aprovadas. **6. Encerramento e Assinaturas**: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pela Presidente, pela Secretário e pelos acionistas presentes. **Mesa**: Fernando Extrakt Brauner, Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, Secretário. **Acionistas presentes**: Carlos Extrakt Brauner e Fernando Extrakt Brauner. *A presente ata é cópia fiel da via original, lavrada em livro próprio.* Itapevi, 20 de junho de 2025. Mesa: **Fernando Extrakt Brauner –** Presidente; **Mario Slamovitz Weigensberg –** Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 236.956/25-5 em 04/07/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Elgin S/A

CNPJ/MF nº 52.556.578/0001-22 – NRE-35.300.048.113

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2025

Aos 12 (doze) dias do mês de maio de 2025, na sede social da Companhia localizada na Avenida Vereador Dante Jordão Stoppa nº 47, bairro Jardim Cintia, CEP: 08820-390 em Mogi das Cruzes, reuniram-se os membros do **Conselho de Administração** da **Elgin S/A**, a saber: Roberto Bernardo Feder, Edward James Feder, Rafael Feder, Frances Rose Feder e Gabriela Feder Gil. Iniciando os trabalhos, declarou o Sr. Roberto Bernardo Feder – Presidente do Conselho de Administração, que a reunião tinha, por objetivo, deliberar sobre **os pedidos de Renúncia dos senhores Roberto Feder e André Feder aos cargos de Diretores da Companhia com vigência de 16/07/2023 até 15/07/2026**. Colocada a matéria em votação, verificou-se a sua aprovação, por unanimidade, **permanecendo como Diretores os senhores**: **Edward James Feder**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 3.108.111-3 SSP/SP e do CPF nº 875.198.958-15 e **Rafael Feder**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 30.717.613-7 SSP/SP e do CPF nº 293.083.678-45, ficando autorizado o registro da ata desta reunião, na Jucesp, bem como autorizada o Conselho de Administração a firmar os documentos necessários à formalização. Em seguida, estando a palavra a disposição dos Senhores Conselheiros para tratarem de outros assuntos de interesse da Sociedade e ninguém mais se manifestando deram-se por encerrados os trabalhos. Na sequência, procedeu-se a lavratura desta Ata, a qual após lida e aprovada, vai firmada por todos os presentes. Mogi das Cruzes/SP, 12 de maio de 2025. **a) Roberto Bernardo Feder; a) Edward James Feder; a) Rafael Feder, a) Frances Rose Feder, a) Gabriela Feder Gil e a) André Feder. Roberto Bernardo Feder** – Presidente do Conselho de Administração; **Edward James Feder** – Membro do Conselho de Administração; **Rafael Feder** – Membro do Conselho de Administração; **Frances Rose Feder** – Membro do Conselho de Administração; **Gabriela Feder Gil** – Membro do Conselho de Administração; **Roberto Bernardo Feder** – Diretor Renunciante; **Andre Feder** – Diretor Renunciante. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 244.025/25-3 em 14/07/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo